

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

TATIANA APARECIDA PEREIRA

**“A MAGNA CAUSA DO ENSINO POPULAR”:
a criação e consolidação do Grupo Escolar de São Matheus - Juiz
de Fora (1906-1929)**

JUIZ DE FORA

2016

TATIANA APARECIDA PEREIRA

**“A MAGNA CAUSA DO ENSINO POPULAR”:
a criação e consolidação do Grupo Escolar de São Matheus - Juiz de Fora
(1906-1929)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação Brasileira: Gestão e Práticas Pedagógicas

Linhas de Pesquisa: Gestão, políticas públicas e avaliação educacional

Orientador: Prof. Dr. Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos

Juiz de Fora

2016

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Pereira, Tatiana Aparecida.

"A MAGNA CAUSA DO ENSINO POPULAR": a criação e consolidação do Grupo Escolar de São Matheus - Juiz de Fora (1906-1929) / Tatiana Aparecida Pereira. -- 2016.

105 p.

Orientador: Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos
Dissertação (mestrado acadêmico)- Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016.

1. Grupo escolar. 2. Juiz de Fora. 3. Ensino primário. 4. História da educação. I. Lemos, Daniel Cavalcanti de Albuquerque, orient. 11. Título.

TATIANA APARECIDA PEREIRA

**A MAGNA CAUSA DO ENSINO POPULAR: A CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO
GRUPO ESCOLAR DE SÃO MATHEUS – JUIZ DE FORA (1906-1929)**

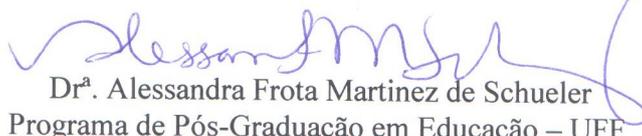
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela seguinte banca examinadora:



Dr. Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos (orientador)
Programa de Pós-Graduação em Educação – UFJF



Dr.^a Sonia Regina Miranda
Programa de Pós-Graduação em Educação – UFJF



Dr.^a Alessandra Frota Martinez de Schueler
Programa de Pós-Graduação em Educação – UFF

Juiz de Fora, 12 de maio de 2016.

*Aos meus pais, Adair e Glória,
por todo amor, dedicação e confiança.*

AGRADECIMENTOS

Em meio a tantos desafios enfrentados durante todos esses meses, palavras são injustas e gestos são insuficientes para expressar a minha gratidão a todas as pessoas que fizeram este momento possível. O trabalho aqui apresentado, apesar de ter sido realizado em momentos solitários e de muitas angústias, foi construído não apenas por mim, mas por todas as pessoas que se fizeram presentes na minha vida, ainda que de distintas formas.

Inicialmente gostaria de agradecer a Deus, por ter me abençoado com o dom da vida e por tantas realizações durante toda a minha trajetória.

À minha família, em especial ao meu irmão Fabiano, aos meus pais Adair e Glória e aos meus tios, tias, primos e primas, que vibraram e permaneceram no meu coração desde o primeiro dia de aula na faculdade em 2009, quando juntos percebemos que aquele espaço, e muitos outros, também poderiam ser ocupados por qualquer um de nós.

Ao professor orientador Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos, por todo o tempo dedicado ao meu trabalho e pelo incentivo em tantos momentos de desânimo. Suas críticas, elogios e sugestões foram fundamentais não apenas para minha formação enquanto pesquisadora.

À banca examinadora, Sônia Regina Miranda e Alessandra Schueller, pelas valiosas contribuições.

Ao grupo de pesquisa NESCE, em especial ao professor Marlos Bessa e aos amigos e amigas que me auxiliaram em diversos momentos, desde o contato inicial com as fontes e até mesmo na escrita: Amanda, Lizmarcia, Anderson Narciso, Priscila Alves e Cristiane Oliveira.

Ao grupo GEPHES, em especial Gláucia, Rafaela e Carlos, pela escuta atenta e o acolto nas horas necessárias. À Mariany, que me acompanhou nos arquivos e esteve ao meu lado em diferentes momentos.

A Universidade Federal de Juiz de Fora, pela bolsa monitoria durante os dois anos, e ao povo brasileiro que fomenta a mesma.

Aos amigos da secretária do PPGE, em especial Getúlio, Cidinha e Amanda, não apenas pelo apoio técnico e administrativo, mas pelos valiosos conselhos e mensagens de incentivo durante esse período.

Às companheiras do mestrado, principalmente Andréa, Andressa, Lorena, Dirlene e Marilena, com quem pude contar nas horas de angústia.

Aos funcionários do Arquivo da Prefeitura de Juiz de Fora, da Biblioteca Murilo Mendes e do Arquivo Público Mineiro, que me auxiliaram sempre que necessário.

Aos funcionários da Escola Estadual Fernando Lobo, por terem me recebido na escola e permitido consultas ao arquivo.

Aos amigos que a vida me apresentou e que me ajudaram a seguir em frente, em especial, Felipe, Bruno, Carla, Alizandra, Simone e tantos outros.

A todos o meu sincero agradecimento.

RESUMO

O trabalho aqui apresentado faz parte de um dos esforços nacionais, situado no campo da história da educação, que tem como um dos objetivos compreender os projetos de escolarização no Brasil e mais especificamente na cidade de Juiz de Fora. A criação do Grupo Escolar de São Matheus suscitou diversos debates sobre a necessidade de sua instalação. As opiniões sobre a construção do estabelecimento são diversas e revelavam a existência de interesses distintos entre os vários segmentos sociais envolvidos – políticos, professores, inspetores, jornalistas e a população em geral – sendo que cada um deles queria fazer valer seu ponto de vista, favorável ou não à criação deste estabelecimento de ensino. Mesmo com posições diversas e interesses distintos, o Grupo Escolar foi criado pelo decreto nº 4772 de 7 de maio de 1917, pelo governador do Estado Delfim Moreira da Costa Ribeiro. Foi o único construído em Juiz de Fora com o fim de abrigar uma instituição desse tipo, os outros inaugurados anteriormente tiveram seus prédios adaptados conforme a exigência da legislação de 1906. Apesar disso, o prédio do Grupo Escolar de São Matheus apresentava sérios problemas em sua estrutura, aproximando-se mais de uma escola isolada. Eram necessários novos reparos e até mesmo a ampliação de seus espaços para que fosse possível atender à demanda escolar da região. As reivindicações por novas restaurações e melhorias nos espaços da instituição prosseguiram nos anos posteriores. Contudo, apenas em 1927, quando Antônio Carlos ocupava a presidência do estado, é que os novos prédios seriam construídos. A presente pesquisa se torna relevante, pois busca a preservação da memória escolar da região, além de contribuir para o estudo da escola pública no país.

Palavras-chave: Grupo escolar. Juiz de Fora. Ensino primário. História da educação.

ABSTRACT

The current work is part of one of the national efforts situated in the field of the history of the education that has as one of the objectives to understand the schooling projects in Brazil, more specifically in the city of Juiz de Fora. The creation of the São Matheus' scholastic group has raised several debates on the necessity of its installation. The opinions on the establishment's construction is diverse and raised to the existence of different interests between the many social segments involved – politicians, teachers, school inspectors, journalists and the population in general – where each one of them wanted to validate their point of view, whether pro or against the creation of this educational establishment. Even with the varied positions and different interests, the Scholastic Group was created by the decree nº4772 on the 7th of May of 1917, by the governor of the State Delfim Moreira da Costa Ribeiro. It was the only one built in Juiz de Fora with the aim of sheltering an institution of this type, as the ones opened previously had their buildings adapted according to the 1906 legislation requirements. Nevertheless, the São Matheus Scholastic group's building had serious problems on its structure, resembling more an isolated school. New repairs were necessary and even the expansion of its space so that it would be possible to attend the region's school demands. The claims for new restorations and improvements in the institution's space went on in the posterior years, however, only in 1927 when Antônio Carlos was occupying the presidency of the State, new buildings could be constructed. The present research becomes relevant as it seeks the preservation of the school memory of the region, besides contributing to the study of the public school in the country.

Keywords: Scholastic group. Juiz de Fora. Primary school. History of education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Grupos Escolares Centrais _____	38
Figura 2 – Edifício instalado o grupo Antônio Carlos _____	38
Figura 3 – Proposta da planta do Grupo Escolar de São Matheus _____	80
Figura 4 – Primeiro prédio do Grupo Escolar de São Matheus _____	82
Figura 5 – Primeiro prédio do Grupo Escolar de São Matheus com seus alunos _____	86
Figura 6 – Alunos e professores, no Grupo Escolar Fernando Lobo _____	91
Figura 7 – Alunos e professores, no Grupo Escolar Fernando Lobo _____	91

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização dos bairros de Juiz de Fora _____	48
Mapa 2 – Linhas dos bondes _____	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Congressos e trabalhos _____	19
Quadro 2 – Comparativo _____	34
Quadro 3 – Recenseamento do número de crianças em idade escolar _____	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 A EMERGÊNCIA DOS GRUPOS ESCOLARES NO BRASIL	26
1.1 A reforma de ensino normal e primário de João Pinheiro (1906)	31
1.2 A consolidação dos primeiros grupos escolares de Juiz de Fora	36
1.3 Grupo escolar: um projeto de cidadania	40
1.4 A cultura escolar nos grupos escolares	41
2 CAMINHO NOVO PARA EDUCAÇÃO: JUIZ DE FORA E OS GRUPOS ESCOLARES	44
2.1 “Benfeitores” e a educação dos menos favorecidos	50
2.2 “O ensino primário em Minas”: falam-nos os professores de Juiz de Fora	56
3 POSIÇÕES DIVERSAS, INTERESSES DISTINTOS: O GRUPO ESCOLAR DE SÃO MATHEUS - JF	60
3.1 A Imprensa e seus desdobramentos para o Grupo Escolar de São Matheus	67
3.2 Falam-nos os moradores de Juiz de Fora: abaixo-assinados em prol da criação do Grupo Escolar de São Matheus	72
3.3 A consolidação do Grupo Escolar de São Matheus	79
3.4 Os primeiros anos de instalação e consolidação	82
3.5 Os alunos do Grupo Escolar de São Matheus	84
3.6 Entre queixas e reivindicações: um novo prédio para o Grupo Escolar de São Matheus	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	96

INTRODUÇÃO

O estudo em questão aponta os caminhos trilhados para o desenvolvimento da dissertação de mestrado a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Este estudo originou-se durante minha inserção como bolsista¹ de Iniciação Científica e do Apoio Estudantil ainda na graduação². Minha inclusão no grupo denominado de “Políticas de educação, escolarização e estratégias de nação: a transição Império/República e as primeiras décadas republicanas”³ possibilitou o meu contato com os periódicos da cidade de Juiz de Fora e com documentos encontrados no Arquivo Nacional (AN), no Rio de Janeiro e no Arquivo Público Mineiro (APM), em Belo Horizonte.

O levantamento de fontes como jornais, ofícios, atas e relatórios para o projeto supracitado me levaram a tentar identificar como se deu a implantação dos Grupos Escolares em Juiz de Fora. Contudo, como uma pesquisa dessa amplitude encontra dificuldades em localizar as fontes dentro do tempo destinado para o mestrado, optamos por um recorte menor. Dessa forma, a opção se deu por apenas uma instituição de ensino, o Grupo Escolar de São Matheus, localizado em Juiz de Fora, já que o mesmo foi criado em um contexto diferente dos primeiros grupos criados pela Reforma João Pinheiro de 1906.

Borges (2000) elucida que o período aqui citado é de grande desafio tanto para a sociedade quanto para a escolarização pública, pois temos diferentes tipos de indivíduos se reconhecendo como brasileiros: sujeitos que foram escravizados, imigrantes de várias regiões, famílias tradicionais, sujeitos empobrecidos, membros da elite etc. Temos, dessa forma, um projeto de nacionalidade no qual o papel da escola é fundamental.

Além dos interesses pela pesquisa elucidados acima, é fundamental destacar que os grupos escolares podem também ser entendidos como espaços de memória na cidade, “faz[em] parte da estratégia de memorização dos sujeitos, de suas contribuições de interesses

¹ O Programa de Bolsas de Iniciação Científica (BIC/UFJF) é destinado a graduandos da UFJF, com recursos orçamentários da Instituição. O Apoio Estudantil (Manutenção) é um auxílio financeiro mediante o desenvolvimento de atividades sociopedagógicas em unidades/órgãos da UFJF.

² Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

³ O projeto intitulado “Políticas de educação, escolarização e estratégias de nação: a transição Império / República e as primeiras décadas republicanas”, tem como coordenador o professor Marlos Bessa Mendes da Rocha, é vinculado ao grupo NESCE, da Faculdade de Educação da UFJF. Teve como agência financiadora apoio sucessivo da FAPEMIG (2008-2009; 2010-2011) e do CNPq (2011-2012).

de um dado momento” (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 4). Eles oportunizam a cidade a pensar e refletir sobre a sua história longa e como a educação pública foi se consolidando. Tais instituições possuem uma vasta densidade histórica, representando quase cem anos, atendendo e educando parte das camadas populares da cidade, que muitas das vezes não teriam a mesma possibilidade de acesso se não fossem aqueles lugares. Em consonância com Gomes (2009, p. 17), acreditamos que

cabe à memória tornar o passado e o presente, garantindo continuidade e a estabilidade do grupo. Para tanto, a memória procura “imobilizar o tempo”, por meio de estratégias que o revivem e comemoram. À memória cabe encenar e monumentalizar o passado.

Uma das dificuldades de estudar os projetos dos grupos escolares é o problema da localização e preservação das fontes, uma incumbência difícil, já que muitas das fontes e documentações primárias, que deveriam ser encontradas nas próprias instituições, perderam-se com o passar dos anos, um problema comum a muitas instituições. Sobre isso, Vidal (2000, p. 28) elucida que é um desafio que “precisa ser urgentemente enfrentado pelos pesquisadores, sob o risco de legarmos ao futuro o que o passado nos legou”. Ainda com tamanhas dificuldades, acreditamos que:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta de flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que pertence ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (FEBVRE, 1985, p. 249).

A partir desses impasses, direcionamos o olhar às nossas fontes, tentando compreender: como se deu o processo de criação do Grupo Escolar de São Matheus? Quais as principais discussões e debates que envolveram o grupo naquele período? Quem eram os envolvidos nesse processo? Qual a relevância do Grupo Escolar naquele momento e posteriormente? Quem eram os alunos atendidos por aquela instituição e corpo docente?

O recorte temporal do trabalho compreende o período de 1906 a 1929, visto que 1906 foi o ano da Reforma de Ensino Normal Primário de Minas Gerais, implantada pelo então presidente do estado João Pinheiro, e o ano de 1929 é o marco final do trabalho, visto que é o

período da mudança do prédio. O Grupo Escolar São Matheus passa também a ser denominado de Grupo Escolar Fernando Lobo. Dessa forma, será possível identificar as mudanças que ocorreram na instituição, elucidando as diferenças entre os projetos implementados em 1917 e 1927. Segundo Gondra e Shueller (2008), esses marcos político-administrativos são adotados com o objetivo de refletir sobre a sociedade. Contudo, os autores também elucidam que alguns estudos recentes demonstram que tais marcos “são insuficientes para explicar a complexidade da ação social nos períodos assim definidos” (p. 10).

Visando a perceber os distintos olhares sobre o Grupo Escolar de São Matheus, e assim possibilitar uma análise crítica e reflexiva sobre os principais envolvidos nesse processo, foi realizado um cruzamento das principais documentações como ofícios, requerimentos, orçamentos, cartas, abaixo-assinados, localizados sob guarda do APM, juntamente com a legislação⁴ e também a imprensa da cidade de Juiz de Fora. Conforme assinala Nóvoa (2002, p. 169),

A imprensa é, provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifesta, de um ou de outro modo, o conjunto de problemas desta área. É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre a teoria e a prática, entre os projetos e as realidades, entre a tradição e a inovação [...] São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia.

Para tal análise usaremos os periódicos *Jornal do Commercio*, *O Dia*, *O Pharol* e *O Diário Mercantil*. Todos os jornais supracitados e informações sobre eles são encontrados no Setor de Memória da Biblioteca Murilo Mendes de Juiz de Fora e o último, também, no Arquivo Histórico da Prefeitura. Os periódicos⁵ mencionados foram escolhidos dada a expressiva circulação dos mesmos, uma vez que retratavam as principais discussões sobre

⁴ Decreto nº 1960 de 16 de dezembro de 1906. Regulamento da Instrução Primária e Normal no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. Imprensa oficial do estado de Minas Gerais, 1906. Acervo Arquivo Público Mineiro/BH.

Decreto nº 1969 de 03 de janeiro de 1907. Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. Imprensa oficial do estado de Minas Gerais, 1906. Acervo Arquivo Público Mineiro/BH.

Decreto nº 7970 de 15 de outubro de 1927. Regulamento da Instrução Primária e Normal no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. Imprensa oficial do estado de Minas Gerais, 1927. Acervo Arquivo Público Mineiro/BH.

⁵ Os periódicos em questão também foram usados nas pesquisas de Cohn (2008), Junqueira (2011), Musse (2008), Souza (2012), Yazbeck (2006), entre outras.

instrução pública naquele momento. A investigação dos jornais é determinante, pois poderemos compreender alguns aspectos particulares da época, possibilitando, dessa forma, maior contato com os discursos populares e políticos e serão mais discutidos ao longo da dissertação.

Entendemos que essas fontes encontradas para a pesquisa em questão, tanto no arquivo da escola quanto nos arquivos públicos consultados, foram selecionadas a partir do que os historiadores selecionaram ou que as forças que organizaram esses ambientes mantiveram. De acordo com Le Goff (1990, p. 535), destacamos que:

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à Ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.

Ainda que tais documentos sejam significativos para este estudo, é necessário também um olhar atento “no sentido de não aceitar cegamente todos os testemunhos históricos” (BLOCH, 2001, p. 89), visto que indivíduos entre os vários segmentos sociais envolvidos – políticos, professores, inspetores, jornalistas e a população em geral – possuíam interesses distintos, e cada um deles queria fazer valer seu ponto de vista.

De acordo com Boschi (1986), o documento somente tem significado na medida em que sofre a ação do historiador. Assim como afirma o autor, o trabalho em questão pretende ir além uma visão reducionista, no entanto:

ainda que se advogue a tese de que o método histórico vem se revolucionando e de que o primado do documento escrito já não se sustenta, não há como negar a excelência da fonte escrita como instrumento de compreensão das mediações dos processos históricos. (BOSCHI, 1986, p. 62).

É fundamental destacar que em uma pesquisa histórica o pesquisador deve ficar atento, uma vez que a análise dessas fontes carece de cuidados. Com base em Le Goff (1990, p. 548), podemos verificar que o documento “resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente. No limite, não existe um documento-verdade. [...] Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo”.

Diante desse contexto, é imprescindível perceber que esses documentos, sendo oficiais ou não, foram escritos por indivíduos que tinham de certa forma algum tipo de intenção no período em que escreveram, assim como nos jornais é possível perceber alinhamentos

políticos de acordo com a linha editorial, com os articulistas e mesmo pelos debates privilegiados em suas páginas. O próprio historiador não está imune aos interesses, limites e possibilidades do local onde ele enuncia seu estudo – não é desinteressado. Dessa forma:

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da "realidade" da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada "enquanto atividade humana", "enquanto prática". Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas "científicas" e de uma escrita. (CERTEAU, 2002, p. 56).

Nesse sentido, é fundamental reconhecer a história como um fenômeno histórico e o historiador como um sujeito de seu tempo, submetido às condições e aos constrangimentos do seu tempo, reconhecendo os limites e a fragilidades do historiador. Deve-se tomar todos os cuidados metodológicos, ainda de forma sistemática e rigorosa, pois o “historiador não pode escamotear o lugar histórico e social de onde fala, e o lugar institucional onde o saber histórico se produz” (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 61).

Para nos auxiliar a analisar a pesquisa aqui proposta, contamos com estudos de Rosa Fátima de Souza, José Carlos de Souza Araújo, Luciano Mendes de Faria Filho, Irlen Antônio Gonçalves e Dalva Carolina de Menezes Yazbeck, que abordam o elemento de estudo em questão – os grupos escolares – e trazem importantes contribuições para a História da Educação do estado e também do Brasil.

Na tentativa de trazer outros trabalhos que pudessem contribuir para a nossa pesquisa, buscamos um aproximação de estudos sobre o Grupo Escolar. Dessa forma, fizemos uma busca em congressos na área de História da Educação, como o Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE) ⁶, visto que reúne pesquisadores de diversas regiões do país preocupados em debater assuntos da área, e também o Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação (COPEHE) ⁷, onde se concentram estudos sobre a educação mineira.

Dessa forma, foi feito um apanhado do volume geral de trabalhos publicados nos eventos supracitados, utilizando como recursos as palavras-chave Escola Graduada ou Grupo

⁶ O Congresso Brasileiro de História da Educação é um dos maiores da área, sendo realizado pela SBHE. Está em sua 7ª edição.

⁷ O Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação é um Congresso Regional do Estado de Minas Gerais e está em sua 8ª edição.

Escolar. Posteriormente, a partir dessa escolha, usamos os resumos para identificar as pesquisas que poderiam nos ajudar, filtrando dessa forma as pesquisas de Minas Gerais que dialogam experiências, criações, discussões e disputas. Nesse sentido, temos:

Quadro 1 – Congressos e trabalhos

Congresso	Número de Congressos pesquisados	Número total de trabalhos aprovados	Artigos sobre Grupo Escolar e/ ou Escola Graduada	Artigos selecionados para o estudo proposto
CBHE	7	3.891	88	3
COPEHE	7	732	59	8

Fonte: SBHE; COPEHE (2000-2013).

Nas pesquisas realizadas podemos ver que os trabalhos relacionados a Minas Gerais sobre o grupo escolar enfatizam sempre que eles se comparam muito a uma escola isolada e que o estado não despendia verba suficiente para a manutenção ou criação de novos espaços, trazendo, assim, dificuldades e problemas no cotidiano das instituições. Situação muito parecida, como já mencionamos, com a do Grupo Escolar de São Matheus⁸.

A criação do Grupo Escolar de São Matheus, objeto de estudo desta pesquisa, foi alvo de intensos debates ao longo dos anos e a sua consolidação passou por grandes problemas, já que sua estrutura e seus espaços eram insuficientes para a demanda dos alunos daquela região. Nesse contexto, observamos que tais dificuldades eram comuns a muitas instituições de outras cidades e estados. No nosso estudo verificamos que houve grande dificuldade de consolidação de grupos escolares também nas cidades do interior, pelo Estado, já que o Governo não tinha condições financeiras para arcar com tais edificações, sendo as escolas isoladas a alternativa mais viável para aquela população. Nesse aspecto, destacamos aqui trabalhos que enfatizam essa proposta e apontam alguns desdobramentos do Grupo Escolar no estado.

Fátima Rita Santaba Aguiar e Sarah Jane Alves Durães (2003), em “*O Grupo Escolar Gonçalves Chaves: um novo projeto escolar na cidade de Montes Claros/ MG (1906)*”, buscaram analisar a concepção de grupo escolar presente no início do século XX em Minas Gerais, além de investigarem sobre o seu processo de implementação e suas principais mudanças. Para o estudo proposto foram utilizadas fontes primárias e secundárias, leis, atas de reuniões, relatórios de inspetores e presidentes, entre outros. As autoras revelam que em

⁸ Ver proposta do Capítulo 3.

Montes Claros existiam apenas escolas particulares e isoladas, no entanto, já se almejava melhores condições de ensino. O primeiro Grupo Escolar do município foi criado em 1909, intitulado Gonçalves Chaves, e tinha seu funcionamento em um espaço improvisado, assim como o Grupo Escolar de São Matheus, que não obedecia ao modelo arquitetônico idealizado nos preceitos da reforma mineira. No entanto, o prédio tinha uma ótima localização e possuía aspectos importantes, já que no espaço funcionava também a Escola Normal da cidade. Aguiar e Durães (2003) salientam, a partir de notícias nos jornais e relatórios, que o grupo em questão tinha problemas e dificuldades com a frequência dos alunos, justificado pelas autoras dada a “desvalorização” desse novo método de ensino por parte dos pais. Em 1927 foi inaugurado um novo prédio para o grupo que parecia atender ao novo projeto da República e se mostrava algo de fato moderno. A partir dos nossos estudos podemos constatar que nesse período foram construídas várias edificações para abrigar grupos escolares que estavam em situação precária como, por exemplo, os novos prédios para os grupos de São Matheus, Antônio Carlos e Botánagua, construídos em 1929.

Já o trabalho de Dulce Pereira dos Santos (2007), intitulado “*Espaço urbano e educação: a trajetória da construção do primeiro Grupo Escolar na cidade de Januária (MG)*”, investiga como se deu o processo de consolidação do Grupo Escolar. Anteriormente à criação da instituição, a autora destaca que as aulas eram ministradas na cidade através das escolas isoladas ou das aulas particulares, espaços muitas vezes improvisados e precários. O primeiro Grupo Escolar da cidade, intitulado *Bias Fortes*, foi criado com o Decreto nº. 5976 de 21/02/1922, no governo de Dr. Artur da Silva Bernardes. Santos (2005) expõe que, quando comparado a outros prédios construídos em São Paulo e Belo Horizonte, o Grupo Escolar Bias Fortes deixava muito a desejar, já que apresentava uma dimensão bem menor que os outros. A autora faz um movimento relacionando o espaço urbano a tais instituições, elucidando que as escolas representavam de certo modo um progresso naquele ambiente e estavam sempre presentes em lugares de destaque no município. O Grupo Escolar Bias Fortes simbolizava, além da imagem de progresso, um recinto de novas oportunidades, idealização muito comum também da população de Juiz de Fora que almejava os grupos escolares e via neles progresso e ascensão.

Buscando compreender o cotidiano dos Grupos Escolares, Thais Reis de Assis (2011), no trabalho “*Entre memórias e arquivos: a história do Grupo Escolar Antônio Martins (1907-1930)*”, apresenta os principais resultados de uma pesquisa maior cujo objetivo foi o processo de criação, constituição e cotidiano do Grupo Escolar Antonio Martins, criado na cidade de Ponte Nova. O estudo se inicia a partir de 1907 com as principais discussões sobre a criação

da instituição e vai até 1930. Para tal análise, a autora recorreu a jornais publicados entre 1905 a 1930, atas de reuniões, livro de ofícios da câmara, além da documentação encontrada na própria instituição e entrevistas de ex-alunos que estudaram na instituição na década de 1920 e 1930. Assis (2011) revela que os primeiros movimentos em prol da construção dessa instituição ocorreram por volta de 1905 a 1907, quando o município conseguiu uma casa que pertencia a Caetano Brandão. O edifício foi adaptado e transformado em Grupo Escolar; no entanto, a comissão responsável por essa mudança constatou que não seria possível e que era necessária a demolição. Segundo a autora, em 1910 se iniciaram as obras e no mesmo ano a construção estava pronta, porém, por embates de ordem política, o Grupo Escolar de Ponte Nova foi criado oficialmente pelo decreto n. 3.805 de 28 de janeiro de 1913 e inaugurado em maio do mesmo ano. Assim como muitos outros grupos, a instituição se localizava em uma área central e nobre da cidade, além de se destacar por possuir salas grandes, comodidade e luminosidade, diferente de algumas outras instituições destacadas na cidade de Juiz de Fora que tiveram seus espaços adaptados. Ainda assim, estas ficam em espaços estratégicos e que chamam a atenção na cidade.

Estudando sobre o Grupo Escolar da cidade de Mariana, Livia Carolina Vieira, no trabalho intitulado “*Os resultados da pesquisa sobre o Grupo Escolar de Mariana-MG (1889-1915)*”, resgata o período que antecedeu a criação do Primeiro Grupo Escolar de Mariana - MG, além de perpassar pelo primeiro ano de funcionamento do mesmo. O referido grupo foi criado em 06 de julho pelo Decreto n. 2572, com a denominação Grupo Escolar de Mariana, e em 1914 passou a ser designado Gomes Freire. Em 1931 foi chamado de Grupo Escolar Dom Benevides, data em que foi inaugurado o prédio próprio do instituto. Vieira (2013) enfatiza que Grupo Escolar de Mariana foi alvo de muito destaque na sua inauguração, sendo visto como ascensão da educação primária no período. Entretanto, o número de matrículas não conseguia ser completado, ainda que representasse uma escola com melhores condições do que as isoladas ou particulares.

A autora elucida que o principal papel dos professores era incentivar o amor à pátria dos alunos. Os diretores impunham penas disciplinares, acompanhavam frequência dos educandos e educadores e cuidavam dos espaços dentro da instituição. Já os inspetores fiscalizavam e aconselhavam os diretores. São expostas, ao longo do estudo, discussões sobre as distintas disciplinas, o espaço que os exercícios físicos ganharam no currículo, entre outros. Tais características também são comuns nos grupos escolares de Juiz de Fora. A seguir veremos que os mesmos foram responsáveis por mudanças culturais e sociais.

Essa revisão de literatura também nos mostra alguns trabalhos sobre os Grupos Escolares no interior de Minas Gerais. A nossa pesquisa se insere no conjunto desses estudos de Juiz de Fora, pois eles podem nos ajudar a entender aspectos relacionados ao Grupo Escolar de São Matheus, visto que essas outras instituições se consolidaram em um momento anterior.

Nessa perspectiva, Cristiane Oliveira de Souza (2011), em “*A criação dos Grupos Escolares em Minas Gerais: experiências antecessoras à lei João Pinheiro de 1906*”, por meio da análise dos documentos disponíveis no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, e dos periódicos da cidade de Juiz de Fora, objetivou destacar os debates que antecederam a criação oficial dos grupos escolares em Minas Gerais. Souza (2011) analisa especialmente a experiência de implantação de grupos escolares, em caráter experimental, pelo governo mineiro no ano de 1901 nas cidades de Juiz de Fora e São João Nepomuceno, com o auxílio de Estevam de Oliveira. O primeiro foi uma junção de duas escolas isoladas, do sexo feminino, localizado na região central da cidade. Já o segundo foi instalado posteriormente e formado pela junção de duas cadeiras do sexo masculino, e sua estrutura era melhor que o grupo da cidade de Juiz de Fora. Segundo a autora, mesmo com algumas inovações, os grupos escolares não romperam completamente com a escola de modelo tradicional e os pais dos alunos se mostraram insatisfeitos com o “novo” ensino. Tais reclamações chegaram ao Secretário do Interior e o mesmo autorizou o inspetor municipal a dissolver o grupo de São João Nepomuceno em escolas isoladas. Sobre o de Juiz de Fora, Estevam de Oliveira enviou um relatório à Secretaria, culpabilizando a falta de formação adequada das professoras pela decadência da instituição, mas não se sabe ao certo quando a instituição foi fechada.

Em linhas próximas, Ana Maria Beraldo e Dalva Carolina de Menezes Yazbeck (2003), em os “*Primeiros Grupos Escolares de Juiz de Fora*”, elucidam que os Grupos Escolares surgiram no início do século XX e que a cidade em questão era o principal centro industrial. Além de ser destaque cultural e referência para outras cidades, foi denominada por muitos como “Manchester Mineira”. As autoras chamam a atenção que esta iniciativa esteve ligada diretamente à Reforma de Ensino, promovida em 1906 por João Pinheiro. A cidade foi escolhida para abrigar as primeiras escolas graduadas que foram criadas. O primeiro grupo escolar construído em Juiz de Fora foi inaugurado em 04 de fevereiro de 1907, pelo Decreto nº 1.886, com 470 alunos matriculados. Já o segundo foi instalado em 23 de março de 1907, com 396 alunos registrados. Os dois grupos estavam sob a direção de José Rangel e funcionavam no mesmo prédio, o Palacete de Santa Mafalda, em horários distintos. Possuíam cerca de 22 professores. Alguns anos depois, por iniciativa de Albino Esteves, foi instalado o

gabinete dentário. Ao longo do estudo as autoras utilizam trechos dos jornais para justificar e expor como se deu todo o processo de implantação das esperadas instituições, e revelam que as mesmas representavam uma grande mudança e avanço para Juiz de Fora, promovendo assim desenvolvimentos para todos os setores sociais.

Dando prosseguimento, Dalva Carolina de Menezes Yazbeck e Marília Neto Kappel da Silva (2007) em *“Imprensa & Educação: concepção e trajetória do primeiro ano de funcionamento dos Grupos Escolares de Juiz de Fora”*, elucidam o importante papel da imprensa na constituição da memória social e política do país, sendo um espaço organizador. Em Juiz de Fora não foi diferente: a imprensa merece destaque e teve grande relevância. Dentre todos os jornais que circulavam na cidade, para este estudo optou-se, segundo as autoras, pela escolha dos jornais ‘O Correio de Minas’ e ‘O Correio’. Ambos, assim como muitos outros, não tinham um padrão como temos atualmente, e muitos temas eram tratados sem um título ou seção específica. Os periódicos escolhidos pelas articulistas traziam artigos que diziam a respeito da instrução em diversos aspectos, desde discussões sobre programas de ensino, uniformes escolares e até mesmo um espaço de formação de opinião pública e um agente de denúncia e reivindicações.

Segundo as autoras, em 1906, Minas Gerais recebeu com muito entusiasmo a reforma de ensino, destinada principalmente às camadas mais desfavorecidas. Ela agrupava em um só prédio as instituições que estavam isoladas, propondo, assim, uma nova estrutura pedagógica. Yazbeck e Silva (2007) chamam a atenção do importante papel que o intelectual Estevam de Oliveira na atuação como escritor e jornalista na cidade, o também Inspetor Técnico de Ensino da Província, que emitia diariamente opiniões e denúncias sobre a instrução. Ao longo do texto, as autoras apresentam a partir da imprensa jornalística as principais notícias, sendo elas de criação, algumas de insatisfação ou lisonjeando as escolas graduadas.

Ainda nessa perspectiva Lígia de Souza Junqueira (2011), em *“A consolidação de um novo modelo de escolarização: algumas reflexões sobre os grupos escolares José Rangel e Delfim Moreira do município de Juiz de Fora”*, tece algumas considerações sobre a fundação e a concretização dos primeiros Grupos Escolares de Juiz de Fora, trazendo em voga as pesquisas já feitos por outros autores sobre as primeiras escolas graduadas do município. Junqueira (2011) aponta a relevância das instituições a partir de periódicos. Os grupos funcionavam em um mesmo prédio, o Palacete Santa Mafalda em turnos distintos, o que também acarretava certa insatisfação na população, já que para atender os horários da escola os hábitos da maioria das famílias deveriam ser modificados. A autora expõe que, ainda que envolto a intensas e duras críticas, os Grupos Escolares José Rangel e Delfim Moreira tiveram

um importante papel no panorama educacional do município, transmitindo, assim, distintos valores.

Maria Aparecida Figueiredo Cohn (2007), em “*O surgimento de uma escola noturna pública em Juiz de Fora – MG: o Grupo Escolar Estevam de Oliveira*”, teve como objeto de estudo a história de uma instituição escolar, buscando compreender seus aspectos ligados ao funcionamento e o ordenamento normativo. Para isso foram utilizados documentos internos da escola, livro de atas, fotografias, periódicos, entre outros. O Grupo Escolar Estevam de Oliveira foi criado no dia 21 de dezembro de 1926, pelo Decreto número 7432, por ato do Exmo. Sr. Presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. Antônio Carlos. Foram registrados 410 estudantes espalhados por sete classes e era diretor o Professor José Augusto Lopes, com sua primeira auxiliar Maria José Brandão. Conforme a autora, o grupo foi o segundo do Estado de Minas Gerais e surgiu para atender aqueles alunos que trabalhavam durante o dia e necessitavam estudar a noite. Funcionava no período de dezoito às vinte e uma horas da noite e atendia educandos de 16 a 40 anos de idade conforme o Regulamento de Instrução da época. No entanto, era comum que os juízes autorizassem crianças de 12 anos a estudarem na instituição, já que muitas dessas também trabalhavam durante o dia.

Dessa forma, destacamos o trabalho “*A reforma de 1927 e as práticas do cotidiano dos Grupos Escolares em Minas Gerais*”, de Dalva Carolina de Menezes Yazbeck e Rosana Vidigal Santiago Cappelle (2008). As autoras apresentam um estudo sobre as práticas escolares dos primeiros Grupos Escolares de Minas Gerais, criados em 1907 e localizados na cidade de Juiz de Fora, e buscam resgatar as práticas vivenciadas a partir da reforma educacional de 1927 até o final de 1950. Para que isso fosse possível foi necessária uma pesquisa nos livros das atas de excursões, auditório e reuniões desses grupos. Esses representavam uma ampliação do acesso das camadas mais baixas e médias da educação, garantindo, segundo as autoras, a abrangência de um ensino de qualidade.

Passados os primeiros anos da criação dos primeiros Grupos Escolares aconteceram muitos movimentos nas cidades brasileiras. Em Minas Gerais não foi diferente, já que o estado se preocupava em integrar-se à modernidade. Dessa forma, surgiu uma reforma no governo de Antônio Carlos conduzida por Francisco Campos, o qual buscava de certa forma a “modernização metodológica e a preocupação de não apartar a vida em sociedade da vida escolar” (YAZBECK; CAPPELLE, 2008, p. 6). As autoras apontam como ocorreram tais mudanças a partir da reforma nos Grupos Escolares mineiros e sinalizam a obrigatoriedade de novos métodos, reuniões de leituras frequentes, auditórios como práticas pedagógicas, entre outras, como novas alterações.

Outro destaque é o texto de Lígia de Souza Junqueira e Milena Aparecida Almeida Candiá (2008), “*A educação como propagadora da fé: um estudo sobre o ensino religioso através das excursões do grupo escolar José Rangel - JF (1949-1960)*”. As autoras buscaram analisar o cotidiano do Grupo Escolar José Rangel a partir dos registros das excursões escolares realizadas na instituição no período de 1949 a 1960. As autoras enfatizam que essas práticas são representantes de um processo cultural mais amplo, sendo assim, produtores de sentidos e até mesmo identidades. Para tal análise foram utilizados tanto os livros de atas das excursões quanto os livros de atas de reuniões de leitura dos Grupos Centrais.

As excursões eram importantes recursos pedagógicos utilizados: além de terem um papel moralizador, o aluno deveria ser reflexivo e investigativo sobre conceitos e curiosidades. Ganham força a partir da reforma de ensino idealizada por Francisco Campos no governo de Antonio Carlos, que objetivava formar um novo homem, segundo as autoras. Os educandos dos Grupos Centrais eram levados às praças, museus, parques e outros lugares para uma melhor fixação dos conteúdos trabalhados em sala de aula. Junqueira e Candiá (2008) apontam a igreja como outro ambiente destinado às aulas de ensino religioso, onde as excursões tinham como finalidade que os alunos assistissem à missa, ou até mesmo rezassem o terço, e compreendessem as partes principais dos rituais.

Os trabalhos supracitados são fundamentais⁹, já que apresentam como o Grupo Escolar foi se constituindo e se consolidando ao longo dos anos, reflexão fundamental para tentar entender o que representou o Grupo Escolar de São Matheus naquele momento e como ele foi se estabelecendo ao longo dos anos.

Nessa perceptiva, estudaremos o Grupo Escolar de São Matheus ao longo dos três capítulos da dissertação. No primeiro capítulo abordaremos a emergência dos Grupos Escolares em Minas Gerais, perpassando dessa forma alguns pontos da Reforma de Ensino Normal Primário de Minas Gerais (1906), implantada pelo então presidente do estado, João Pinheiro, no ano de 1906. No segundo capítulo destacaremos a biografia política e local, percebendo que os elementos descritos não são indiciados de maneira ingênua ou por uma história isenta de lacunas e perpassadas por “verdades” absolutas. No terceiro capítulo serão tratadas as principais discussões que antecederam a criação do quarto Grupo Escolar da cidade de Juiz de Fora, nomeado inicialmente Grupo Escolar de São Matheus, a efetivação da instituição, bem como sua consolidação nos anos posteriores.

⁹ É necessário destacar que existe um grande número de pesquisas relacionadas a Juiz de Fora, já que na cidade se localiza a UFJF e outras instituições particulares que viabilizam, dessa forma, grupos de estudos consolidados que refletem acerca da história local há muitos anos.

1

A EMERGÊNCIA DOS GRUPOS ESCOLARES NO BRASIL

Buscaremos, nesse momento, elucidar como se deu a emergência¹⁰ dos Grupos Escolares no Brasil e seus desdobramentos para Minas Gerais e para a cidade de Juiz de Fora. Como mencionado anteriormente, para estudarmos os Grupos Escolares utilizaremos autores como Rosa Fátima de Souza (1998, 2009), José Carlos de Souza Araújo (2006), Luciano Mendes de Faria Filho (2000), Irlen Antônio Gonçalves (2004) e Dalva Carolina de Menezes Yazbeck (2003, 2006).

Antes de adentrarmos as pesquisas relacionadas ao grupo escolar se fez necessária uma reflexão, ainda que inicial, sobre as escolas isoladas, já que os projetos dos grupos escolares surgem a partir do diálogo com as formas e experiências passadas. As escolas isoladas eram na maioria das vezes em espaços adaptados – na casa do professor ou em espaços cedidos pela própria população. Algumas funcionavam em paróquias, cômodos do comércio ou outros ambientes.

Os estudos realizados apontam que, ao final do século XIX, as escolas isoladas eram alvos constantes de críticas relacionadas à sua organização e instalação. Foram tidas como impróprias, ineficazes, símbolo da decadência e da precariedade. Sobre isso é fundamental destacar o trabalho de Schueller e Magaldi (2009):

A memória da escola primária e da ação republicana em prol da educação escolar foi edificada por cima dos escombros de antigas casas de escola, de “palácios escolares”, de debates, leis, reformas, projetos, iniciativas e políticas de institucionalização da escola nos tempos do Império. Zombando do passado, as escolas imperiais foram lidas, nos anos finais do século XIX, sob o signo do atraso, da precariedade, da sujeira, da escassez e do “mofó”. Mofadas e superadas estariam idéias e práticas pedagógicas – a memorização dos saberes, a tabuada cantada, a palmatória, os castigos físicos etc. –, a má- formação ou a ausência de formação especializada, o tradicionalismo do velho mestre-escola. Casas de escolas foram identificadas a pocilgas, pardieiros, estalagens, escolas de improviso – impróprias, pobres, incompletas, ineficazes. (SCHUELLER; MAGALDI, 2009, p. 4).

¹⁰ Emergência possui distintos significados, contudo, trabalharemos aqui com a ideia de que as coisas não surgem de uma origem única, mas são formadas por partes diferentes que emergem em determinado momento com determinada configuração.

Contudo, de acordo com Souza (2009), as escolas isoladas eram fundamentais, pois, apesar de suas várias carências, contribuíam amplamente para a democratização do ensino: “para muitas crianças a escolinha da roça ou da cidade era a única e na ausência de outra, a melhor aquisição dos rudimentos da cultura escrita” (p. 155).

Souza (1998) elucida que nas últimas décadas do século XIX foram debatidos intensamente, por vários intelectuais, os problemas relacionados ao crescimento econômico no Brasil. Nessa perspectiva, a educação popular foi vista como peça fundamental, tanto na sociedade quanto na política, passando a ser considerada como um componente impulsor, um instrumento no projeto da nação. Dessa forma os republicanos de São Paulo se voltaram para os países europeus e a escola primária no país foi repensada em outros moldes. Nesse sentido, podemos ver como principais mudanças:

O método individual cedeu lugar ao ensino simultâneo; a escola unitária foi, paulatinamente, substituída pela escola de várias classes e vários professores, o método tradicional dá lugar ao método intuitivo, a mulher encontrou no magistério primário uma profissão, os professores e professoras tornaram-se profissionais da educação. (SOUZA, 1998, p. 29).

O processo de criação dos grupos escolares no Brasil sucedeu-se, dessa forma, dentro de um projeto republicano de educação popular. O ensino primário era visto como propagador dos princípios da república, e teve início a partir da última década do século XIX, como destaca Souza (1998). Surgiu em São Paulo, virando referência para o país, posteriormente sendo disseminado em outros estados, representando, assim, uma mudança na organização escolar do país. Eram tidos como uma grande inovação e progresso. Nesse sentido, elucida ainda Carvalho (2000, p. 225):

A escola paulista é estrategicamente erigida como signo do progresso que a República instaurava; signo do moderno que funcionava como dispositivo de luta e de legitimação na consolidação da hegemonia desse estado na Federação. O investimento é bem sucedido e o ensino paulista logo organiza-se como sistema modelar em um duplo sentido: na lógica que presidiu a sua institucionalização e na força exemplar que passa a ter nas iniciativas de remodelação escolar de outros estados.

A partir dos nossos estudos podemos observar que essa visão ligando o grupo escolar ao progresso era comum em outros estados e cidades menores, como é o caso de Juiz de Fora. Como veremos a seguir, a população da cidade via o grupo escolar como sinônimo de

desenvolvimento, enquanto as escolas isoladas eram tidas como escolas inferiores e ineficazes.

Com base em Souza (1998, p. 46) podemos verificar que os grupos escolares de São Paulo foram criados, de certa forma, para racionalizar os custos e ter um maior controle dos alunos. Visavam a atender principalmente ao núcleo urbano, privilegiando a cidade, ainda que a população rural fosse bem maior no período, ausentando-se, assim, uma política que beneficiasse os povoados pequenos e as zonas rurais. Havia um certo descaso do estado com as escolas isoladas, apesar de serem fundamentais. Nesse sentido, a autora destaca que “a escola graduada caracterizou-se por ser uma escola especialmente urbana, para atender às necessidades de escolarização em massa” (p. 90), e isso não foi comum apenas no estado em questão, mas era também comum em outros estados – em Minas Gerais, inclusive. Podemos dizer que o grupo escolar representava parte de um total de melhorias e desenvolvimentos do núcleo urbano e faziam parte de distintos interesses, envolvendo tanto a política quanto a sociedade. Nesse sentido, podemos entender os grupos escolares como um projeto nacional que tinha como um dos seus objetivos a modernização da cidade.

Quanto à democratização do ensino e sua relação com a escola pública, Souza (1998) alerta que a mesma é paradoxal, pois assim como o projeto tinha como um dos objetivos alcançar a maior parte da sociedade, ela era excludente no sentido de estabelecer uma “cultura de seleção” (p. 281) no que diz a respeito à classificação dos alunos. Dessa forma, trouxe consequências como repetência e disciplina rígida.

Os edifícios dos grupos escolares merecem destaque, já que tinham uma grande representatividade na vida urbana, diferenciando-se de outros espaços. Vale ressaltar que eles eram construídos próximos a lugares especiais importantes da cidade, como a praça, a igreja, entre outros. Eles serviam também como propaganda para o poder público, projetando a educação republicana.

Souza (1998) enfatiza que esses grupos poderiam comportar de 4 a 10 escolas isoladas e que os estudantes eram distribuídos em quatro classes que comportavam alunos de ambos os sexos, classificando-os pelo nível de conhecimento. Os alunos eram agrupados de modo que houvesse apenas um professor para cada classe, sendo que cada classe representava uma série. Os professores dos grupos escolares eram aqueles efetivos das escolas isoladas e eram denominados inicialmente de adjunto de diretor. Contudo, em seguida, o governo passou a nomear os professores e esses eram intitulados adjuntos. Para tais nomeações não era necessário concurso, mas era fundamental que o professor comprovasse ter lecionado durante pelo menos dois anos em escolas isoladas.

Outro aspecto de suma importância é a relação do tempo e espaço com o grupo escolar. O sino é uma das principais marcações dos distintos momentos que a escola vive; os ambientes foram pensados cuidadosamente e definem relações de domínio. Dessa forma:

a relação que esses espaços mantêm entre si põem em relevo a dialético aberto-fechado, dentro e fora que se encontra presente em todo espaço escolar. Além disso, manifesta uma série sucessiva de restrições e interdições ao deslocamento dos corpos, isto é, ao uso diferenciado do espaço- do mais coletivo ao mais individual, do uso mais comum ao uso mais restrito. (SOUZA, 1998, p. 142).

O mobiliário escolar, segundo Souza (1998), determinava certos costumes e até mesmo hábitos voltados ao que se almejava que os alunos aprendessem. Dessa forma, concordamos com a autora que a escola primária influenciou em muitos aspectos a sociedade e a vida urbana dos indivíduos.

Os acontecimentos sociais, como festas de encerramento, encontros e exposições, auxiliaram a escola primária a construir padrões educacionais. As festas escolares, por exemplo, tinham grandes significados, pois eram momentos importantes para as instituições e até mesmo para cidade. Vemos também que as exposições revelam as atividades e os trabalhos dos estudantes para a comunidade, revelando, assim, todo o cuidado e atenção dos professores e alunos. A autora destaca que “cada um desses atos é uma prática simbólica portadora de significados sociais e culturais. É expressão de uma cultura escolar e de um imaginário sociopolítico de que se quer disseminar em toda sociedade” (SOUZA, 1998, p. 255).

É de suma importância destacar que esse projeto da escola primária republicana trouxe um importante papel no que diz respeito a aspectos da formação do caráter, patriotismo, disciplina e moral dos alunos, já que mensagens com essa finalidade foram amplamente divulgadas nas instituições de diferentes formas. Porém, apesar desse grande esforço da república para a disseminação da escola graduada, as escolas multisseriadas, as escolas isoladas, a educação familiar e doméstica, continuaram sólidas em várias regiões do país (SCHUELLER; MAGALDI, 2009).

Buscando entender a escolarização também em outros estados, destacamos, aqui, um pouco sobre a criação dos grupos escolares no Rio de Janeiro (a escolha do estado se deve à proximidade com a cidade de Juiz de Fora). Quando destacamos o Rio de Janeiro, devemos trazer à tona a sua particularidade: em um momento anterior a república, foram criadas na cidade as “Escolas do Imperador”, que representavam um grande exemplo de modernidade

pedagógica e foram criadas com recursos que iriam ser utilizados para construir a estátua do imperador D. Pedro II, posteriormente à guerra do Paraguai em 1870. Esse desejo era do próprio imperador, já que as escolas que existiam funcionavam em prédios alugados. A partir dessa e de outras verbas governamentais, também advindas de grupos variados da sociedade, foram construídas 13 instituições de grande destaque e exuberância, que chamavam a atenção pela sua luxuosidade e arquitetura. As “Escolas do Imperador”, apesar de não participarem de um projeto nacional, representaram o princípio da formação e expansão das escolas públicas no Rio de Janeiro.

A partir do regulamento de 1892, o Rio de Janeiro deveria orientar propostas relacionadas ao ensino primário com o objetivo de atender à população, e, a partir do decreto nº 38 de 09/05/1893, o município deveria construir um ou mais grupos escolares, em cada circunscrição urbana, dependendo do número quantitativo de crianças em idade escolar. Nessa perspectiva, em 1897, foi criado o primeiro grupo escolar, ocupando o prédio de uma escola municipal (SCHUELLER, 2008). Podemos identificar que tal iniciativa era muito comum também em outros estados e cidades; no caso de Juiz de Fora, os primeiros grupos escolares tiveram seus espaços adaptados.

Rizzini e Schueller (2014) destacam que no estado do Rio de Janeiro, na primeira década do século XX, as experiências da expansão do ensino primário ganharam muita força no estado. Aliadas ao ensino agrícola, profissional e técnico voltados à profissionalização, as escolas graduadas foram instrumentos importantes para os projetos da república que estavam em disputa, assim como vemos em Minas Gerais. A iniciativa de criação dos grupos escolares era bem-vinda, almejando, assim, melhores condições de escolarização. Tanto as comunidades quanto outros segmentos sociais colaboravam de distintas maneiras para a consolidação das instituições. É mister destacar que na década de 1920, o número de escolas singulares e isoladas, eram expressivamente maiores que os grupos escolares. As autoras apontam que em 1921 as estatísticas revelam a existência de 50 grupos escolares e 463 escolas isoladas, sendo destas 161 urbanas e 302 rurais.

Em Minas Gerais, as escolas isoladas funcionavam em sua maioria nas zonas rurais. Elas enfrentavam também problemas, como estrutura precária e falta de materiais básicos; os educadores recebiam salários bem inferiores, sendo esses muitas vezes os responsáveis pelo aluguel da sede de funcionamento das escolas.

1.1 A REFORMA DE ENSINO NORMAL E PRIMÁRIO DE JOÃO PINHEIRO (1906)

A Reforma de Ensino Normal e Primário de João Pinheiro é considerada um marco na historiografia sobre a educação mineira e se constitui como uma fonte importante. Entretanto, a análise da legislação isoladamente não é suficiente e deve ser compreendida no cruzamento de fontes, tentando perceber as distâncias e aproximações da letra da lei e sua materialização e condutas nas escolas. Para Faria Filho (1998, p. 123),

Chamar a atenção para o entorno a legislação, um emaranhado de práticas e representações que, sem dúvidas, uma vez constituídas como objetos de investigação histórica, poderiam muito contribuir para o entendimento do fenômeno educativo em várias dimensões.

O Grupo Escolar de São Matheus foi criado a partir da Reforma de Ensino Normal Primário de Minas Gerais (1906) implantada pelo então presidente do estado, João Pinheiro¹¹, no ano de 1906. A reforma foi de suma importância para o estado, visto que reorganizou o Ensino Primário e Normal. Para que possamos entender um pouco sobre ela, é fundamental destacar algumas experiências precursoras que foram importantes para a consolidação da reforma, tal como os Grupos Experimentais e a viagem do Inspetor Escolar Estevam de Oliveira em 1902 para estudar a organização do ensino normal e primário no Rio de Janeiro e São Paulo. O relatório foi publicado tanto nos jornais *Correio de Minas* e na imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Segundo Chamon (2006), Estevam de Oliveira nasceu em 28 de janeiro de 1854, no município de Pirai, no Rio de Janeiro. Ficou órfão de mãe aos nove anos e de pai aos doze, posteriormente foi morar com seus avós maternos e casou-se com Maria do Carmo e Oliveira, em 1882, com quem teve seis filhos. Completou seu curso primário somente com 21 anos e em seguida se tornou importante intelectual, atuando por muitos anos como professor, inspetor técnico e jornalista. Estevam de Oliveira fundou os periódicos “O Povo” (Cataguazes), “O Popular” (Cataguazes), “Minas Livre” (Juiz de Fora) e “Correio de Minas” (Juiz de Fora), contribuindo também para os periódicos cariocas e mineiros. A autora destaca o importante papel desse ator social:

¹¹ João Pinheiro da Silva nasceu em Serro (MG) no dia 16 de dezembro de 1860 e faleceu em 25 de outubro de 1908, na cidade de Belo Horizonte (MG). Atuou como professor, advogado, jornalista e político. Foi eleito Presidente do Estado de Minas Gerais em julho de 1906.

Educador, escritor e proprietário de jornal, Estevam de Oliveira ocupou, assim, a cena pública em Minas Gerais no final do século XIX e início do XX para defender, entre outras coisas um projeto de educação. Educação que era tomada por ele, e por outros intelectuais do período, como um projeto político ou, ainda, parte de um projeto político mais amplo que era o republicano. (CHAMON, 2006, p.10).

Souza (2011) aponta as principais contribuições de Estevam de Oliveira em prol da instrução pública, em especial na consolidação dos Grupos Escolares em Minas Gerais. Segundo a autora, no ano de 1900 o jornalista já se posicionava favoravelmente à criação das Escolas Graduadas, ideia concretizada em 1901, juntamente com o governo de Minas Gerais, em “caráter experimental”, nas cidades de Juiz de Fora e São João Nepomuceno, com o auxílio das municipalidades para doação e adaptação dos prédios aos preceitos republicanos. O primeiro foi inaugurado em janeiro de 1901, formado pela união de duas escolas isoladas do sexo feminino, e o segundo foi instalado logo em seguida, composto pelo ligamento de duas cadeiras do sexo masculino. As condições estruturais do segundo eram mais bem apresentadas do que as do Grupo Escolar de Juiz de Fora. O projeto não deu certo porque, na visão do governo e dos pais dos alunos, não trouxe resultados satisfatórios para o ensino. Souza (2011) salienta que:

Os grupos experimentais de 1901, apesar de inovarem em alguns aspectos como na divisão do trabalho das professoras e no horário das aulas, não romperam com o espaço de experiência educacional que ainda influenciava fortemente a educação em Minas Gerais, pois não bastava reunir escolas em um mesmo prédio, era necessária uma experiência inovadora. (SOUZA, 2011, p. 8).

Antes da concretização da Reforma em 1906, Estevam de Oliveira elaborou um relatório intitulado *Reforma do Ensino Primário e Normal em Minas Gerais*. O documento foi estudado por Chamon e Faria Filho (2010) e expõem que em 1902 Estevam de Oliveira era inspetor técnico do estado de Minas Gerais e foi incumbido de pesquisar sobre o ensino primário no Rio de Janeiro e em São Paulo. O professor observou os modelos das instituições escolares e os métodos de aprendizagem. “O relatório era uma prestação de contas ao governo da sua viagem comissionada, ao mesmo tempo em que era o momento de compartilhar percepções, opiniões e conhecimento, sobre o outro e seus contemporâneos” (CHAMON; FARIA FILHO, 2010, p. 3).

Os autores chamam a atenção de como era importante para Estevam “uniformizar o ensino e preparar o professor” (CHAMON; FARIA FILHO, 2010, p. 8). O inspetor técnico se

mostrava preocupado com os métodos de ensino, livros didáticos, matérias a serem ensinadas pelos educadores, com o pagamento dos professores, fiscalização de ensino e com um ambiente apropriado para as aulas. Estevam de Oliveira fazia comparações entre os Estados e expunha no documento que Minas Gerais, quando comparada a outros estados, estava muito atrasada, tanto na formação de professores quanto nos métodos e espaços escolares. O relatório foi entregue ao Secretário do Interior Delfim Moreira no mesmo ano, contudo, o presidente Francisco Salles não conseguiu aprovar a reforma de ensino em seu mandato, o que coube a João Pinheiro em 1906.

Há diversos trabalhos na historiografia da educação que destacam a Reforma. A tese de Irlen Antônio Gonçalves (2010) busca analisar a passagem da organização das escolas isoladas para o Grupo Escolar em Minas Gerais. O autor traz subsídios de como a Reforma de Ensino e Normal se estruturou e se firmou ao longo dos anos. Segundo Gonçalves (2010), a reforma em questão contou não apenas com o então presidente do Estado João Pinheiro, mas também se destacam alguns importantes nomes como Wenceslau Brás Pereira, Delfim Moreira da Costa Ribeiro, Raymundo Tavares, Antônio Raymundo Paixão, Estevam de Oliveira, entre muitos outros. Esses educadores, jornalistas e políticos de distintos segmentos sociais tiveram um papel fundamental no debate da consolidação da mesma. Segundo o autor, a reforma propunha dar novo tratamento à instrução e pode ser avaliada como a de maior valor da escolaridade mineira. Ela se destina à parcela mais desprovida da população. Dentre as mudanças promovidas destacam-se a instituição do ensino seriado, a reorganização dos programas e métodos de ensino, as mudanças na inspeção escolar e a criação oficial dos grupos escolares.

Ainda nessa perspectiva é fundamental destacar temas relativos ao ensino público primário que constam do *Regulamento da Instrução Primaria e Normal do Estado de Minas de 1906*, aprovado pelo Decreto n. 1960. O documento traça as diretrizes da Reforma de João Pinheiro. Sobre o ensino geral destacamos que o documento expõe que o ensino deveria promover a educação intelectual, moral e física. O governo ainda se propôs a se esforçar para que a instrução pública primário se dissemine de forma satisfatória. O ensino deveria ser realizado em escolas isoladas (urbanas, distritais e mistas) e Grupos Escolares, que por sua vez poderiam ser criados onde a população escolar fosse suficiente. A instituição deveria ter um professor para cada classe e um diretor que seria responsável por organizar a folha de pagamento dos trabalhadores, além de fiscalizar e disciplinar os alunos, os professores e todos os funcionários.

Foi dada atenção também à estrutura dos prédios, mobiliário e aos docentes das instituições. O governo proveria, sempre que possível, livros para matrícula, ponto de diários, atas de exames e livros de estudos destinados aos alunos reconhecidos como pobres. Para a edificação dos prédios, o governo ofereceria modelos arquitetônicos que corresponderiam às plantas. O regulamento ainda consta que, para prover aulas, os educadores homens deveriam ter 20 anos e as mulheres 18, sendo fundamental comprovar a idade e a moralidade. A primeira seria confirmada por certidão de batismo ou nascimento ou por qualquer outro meio legal, já a segunda seria atestada por autoridades judiciárias, policiais ou ainda pessoas do domicílio do candidato, comprometidas em falar a verdade.

Quando analisamos a reforma, nos voltamos a pensar no Relatório de Estevam de Oliveira. Gonçalves (2004) nos apresenta um quadro comparando as sugestões de Estevam de Oliveira em 1902 e o Regulamento de Instrução de 1906.

Quadro 2 – Comparativo

Proposição de Estevam de Oliveira -1902	Regulamento nº 1.960 – 1906
Supressão de muitas escolas urbanas injustificáveis, em vilas e cidades pouco populosas [...] restabelecido o regime de professores adjuntos, quando necessários, porque mais facilmente, e com maior proficuidade, um professor bom e um adjunto ministrarão ensino proveitoso a 70 alunos, do que, cada um, em separado, a 30;	Art. 23 – Nos lugares onde forem criados os grupos escolares desaparecerão as escolas isoladas, se para elas não houver população escolar suficiente. Art. 91 – Poderá ter um adjunto ou auxiliar o professor a escola isolada que apresentar mais de 40 alunos frequentes, durante o semestre.
Efetividade de garantias aos normalistas;	Art. 57 – Os professores efetivos serão de preferência normalista;
Limitação de prazo de matrícula nas escolas primária à primeira quinzena antecedente à reabertura das escolas;	Art. 27 – A matrícula nas escolas públicas só pode ser feita no período que decorre de 7 a 21 de janeiro de cada ano
Instituição de grupos escolares e escolas modelo nos centros de população aglomerada e intensa.	Art. 15 – O ensino Primário ministrado pelo Estado será dado em: I. Escolas Isoladas II. Grupos Escolares
Supressão do feriado às quintas-feiras;	Art. 97, parágrafo único – Não haverá aula aos domingos e dias feriados decretados em lei.
Exercícios físicos;	Art. 44 - ... os exercícios físicos serão executados em horas apropriada
Banimento dos atuais compêndios vulgarizados em nossas escolas.	Competência do Conselho Superior: Art. 215 – Emitir parecer relativamente a: II. Adoção, revisão e substituição de compêndios.

Fonte: Gonçalves (2004).

O quadro acima nos faz pensar que as observações feitas por Estevam no Relatório foram importantes para concretização do regulamento. Assim como afirmam Chamon e Faria

Filho (2010), podemos constatar que o inspetor técnico conseguiu destacar as principais diferenças entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, possibilitando assim “sob a aparente uniformidade discursiva dos enunciados teóricos e/ou políticos dos sujeitos envolvidos com a educação naquele momento, fragmentos das práticas daqueles que colocavam a reforma em ação, sobretudo os diretores e professores” (p. 23). Contudo, ainda assim é fundamental nos questionarmos, sempre, se de fato o que era proposto por Estevam ou no Regulamento nº 1960 acontecia efetivamente no Grupo Escolar de São Matheus e nas outras Escolas Graduadas.

Sobre os grupos escolares, Faria Filho (2000) elucida que representavam muito mais que uma nova organização de ensino, já que moldavam práticas e propunham metodologias. Eram muitas vezes vistos como um mecanismo de avanço e mudança. Diante disso, o autor afirma que:

A criação dos grupos escolares era defendida não apenas para “organizar” o ensino, mas principalmente, como uma forma de “reinventar” a escola, objetivando tornar mais efetiva a sua contribuição aos projetos de homogeneização cultural e política da sociedade e dos sujeitos sociais, pretendida pelas elites mineiras. Reinventar escolas significava, dentre outras coisas, organizar o ensino, suas metodologias e conteúdos; formar, controlar e fiscalizar a professora; adequar espaços e tempos ao ensino; repensar a relação com as crianças, famílias e com a própria cidade. (FARIA FILHO, 2000, p. 31).

O autor ainda expõe que os Grupos Escolares ficavam em sua maioria centralizados com o objetivo de evidenciar a importância que o lugar da instrução escolar necessitava representar no meio urbano. Nessa mesma linha, Souza (2009) destaca aspectos de suma relevância:

É preciso ver nessa política educacional direcionada para o espaço urbano algo mais, além do atendimento da demanda. Outros fatores estiveram em jogo como as pressões políticas, a relação custo benefício considerando a aglomeração de crianças nas cidades, a visibilidade pública da ação do Estado aos interesses de modernização de manutenção da ordem social. (SOUZA, 2009, p.149).

Ao longo dos nossos estudos percebemos que essa centralidade e luxuosidade é vista na maioria das vezes na capital, como no caso de Belo Horizonte. Algumas das nossas pesquisas revelam que os Grupos Escolares expostos aqui, inclusive o Grupo Escolar de São Matheus, ficavam afastados do centro e sua estrutura física apresentava grandes problemas.

1.2 A CONSOLIDAÇÃO DOS PRIMEIROS GRUPOS ESCOLARES DE JUIZ DE FORA

Pensar as reações entre a consolidação e expansão dos Grupos Escolares no Brasil e em Juiz de Fora nos leva a compreender a necessidade de privilegiar o local sem desprezar o geral, numa relação de interdependência entre ambos, uma vez que são complementares e inseparáveis no processo de conhecimento, sendo preciso uma compatibilização entre as escalas de observação. Dessa forma, “tratar-se-ia de uma alternância de escalas, de uma passagem do olhar macrossocial para a observação microanalítica como procedimento metodológico, sem prejuízo da primeira” (VAINFAS, 2002, p. 150).

Juiz de Fora foi a primeira cidade mineira a instalar os grupos escolares no estado. Segundo Yazbeck e Crespo (2003), isso foi possível graças à ampla cultura que a cidade proporcionava, já que a mesma era dotada de várias escolas, teatros, circulavam muitos jornais e tinha também uma das maiores representatividades políticas do estado.

O primeiro Grupo Escolar construído em Juiz de Fora foi inaugurado em 04 de fevereiro de 1907 pelo Decreto nº 1.886, com 476 alunos matriculados. A notícia da instalação pode ser observada no *Jornal do Commercio* (1907)¹². Já o segundo foi instalado em 23 de março de 1907, com 396 educandos registrados. Os dois grupos estavam sob a direção de José Rangel e funcionavam no mesmo prédio, o Palacete de Santa Mafalda¹³, em horários distintos, o turno da manhã de 07:00 às 11:00 horas e o turno da tarde de 12:00 às 16:00 horas. Carvalho Brito, Secretário do Interior, justificou no *Jornal do Commercio* o motivo da abertura de um segundo grupo.

Considerando que o numero de creanças em idade escolar, na cidade de Juiz de Fora, é superior ao que se acha actualmente matriculado no primeiro grupo daquela cidade, que está funcionando no edificio da extinta Escola Normal; considerando que, por ser necessário difundir o ensino, conforme os novos methodos, pode no mesmo prédio, funcionar com outros professores mais um grupo, estabelecido para este um horário conveniente, aproveitando

¹² *Jornal do Commercio*, 04/02/1907, p. 1 - A instrução.

¹³ O Palacete Santa Mafalda foi construído pelo Comendador Manoel do Valle Amado, em 1861, para presentear o Imperador D. Pedro II que viria a Juiz de Fora para a inauguração da Estrada de Ferro União Indústria. O Imperador recusou o presente e pediu para que tal ambiente fosse usado para fins de caridade. O prédio ficou fechado por mais de quarenta anos, quando somente em 1904 foi doado para a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, após a morte do filho do Comendador, o Barão de Santa Mafalda. Ali seria abrigada a primeira Escola Normal Oficial da cidade, mas em 1907, após um acordo firmado entre a Santa Casa de Misericórdia e o Governo do Estado, o local passou a pertencer ao Estado, sendo no mesmo ano a Escola Normal desativada e havendo a inauguração dos dois grupos escolares.

o mesmo mobiliário e material que já existem. (JORNAL DO COMMERCIO, 27/02/1907, p. 1)¹⁴.

Souza (2013) enfatiza que horário do funcionamento dos grupos escolares causou insatisfação em grande parte da população, já que o horário inicial era de 10:00 às 14:00 ou 15:00 horas no inverno e de 09:00 às 14:00 horas no verão, horário comum na região, já que muitas crianças almoçavam antes de ir às aulas e levavam almoço para os pais no ambiente de trabalho. Com o aumento da demanda de alunos a Secretaria do Interior modificou o horário, com o objetivo de atender a todos os estudantes.

Em 1915 o primeiro grupo passou a ser denominado "Grupo Escolar José Rangel" e o segundo "Grupo Escolar Delfim Moreira", conhecidos também como Grupos Centrais. Yazbeck (2007) expõe que tais instituições nasceram com a função de formar bons trabalhadores. Era uma proposta vista com bons olhos, já que a mesma se firmava como cidade de vocação industrial. De forma geral, ao proporcionarem instrução para os filhos de classe desprovida em Juiz de Fora, os grupos escolares garantiam êxito e maior abrangência do projeto de educação existente na cidade.

Os estudos de Junqueira (2010) revelam que os Grupos Centrais, por funcionarem em turnos distintos, acarretavam expressivas modificações tanto nos horários das aulas quanto nos hábitos familiares, gerando um grande descontentamento para a população. Contudo, as instituições foram de suma importância, pois a partir delas surgiu um novo ordenamento escolar destinado a institucionalizar saberes elementares, transmitir valores cívico-patrióticos e consolidar, nas gerações seguintes, princípios morais com o auxílio, sobretudo, da religião.

A Figura 1 retrata a imagem dos Grupos Centrais.

¹⁴ Jornal do Commercio, 27/02/1907, p.1.



Figura 1 – Grupos Escolares Centrais

Fonte: Braga (2009, p. 132).

O terceiro grupo escolar criado na cidade de Juiz de Fora foi denominado inicialmente de Mariano Procópio. Instalado oficialmente em 12 de junho de 1909, situava-se no antigo edifício do Conselho Distrital, à rua Bernardo Mascarenhas. A instituição era dirigida por Francisca Lopes e contava com 168 alunos. Posteriormente foi nomeado como “Grupo Escolar Antônio Carlos” em homenagem ao ex-Presidente da Câmara Municipal.

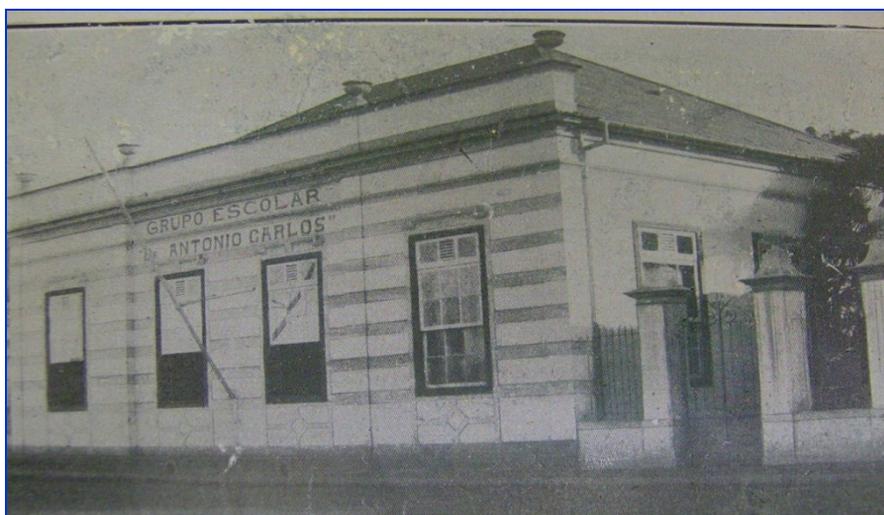


Figura 2 – Edifício instalado o grupo Antônio Carlos

Fonte: Vida Escolar (1917, p. 35).

O grupo representava um importante serviço para a cidade de Juiz de Fora, já que traria um notável melhoramento para aquele bairro, conforme noticiou o periódico da época *Jornal do Commercio*,

Realizou-se hontem, a 1 hora da tarde, a instalação do grupo escolar em Mariano Procópio, creado a esforços do sr. dr. Antônio Carlos, illustre presidente da Câmara e agente executivo municipal. Esse novo estabelecimento de ensino representa mais um importante serviço que s. exc. Presta á cidade e notável melhoramento para aquelle bairro. O grupo está installado no antigo edificil do conselho districtal, á rua Bernardo Mascarenhas, cedido pelo sr. dr. Antônio Carlos ao governo de Minas. Esse edificil acha-se dividido em quatro amplas salas, possuindo excelente mobiliário escolar. [...] A solenidade compareceu o sr. dr. Antônio Carlos, representando o sr. dr. Estevam Pinto, secretario do Interior, Belmiro Braga, inspector escolar, representantes da imprensa, grande numero de exmas. Senhoras e cavalheiros. [...] Depois foi aberta a sessão, presidida pelo sr. dr. Antônio Carlos, que declarou que alli comparecia representando o dr. Estevam Pinto, afim de installar o grupo. Ao fazê-lo, devia assignar que é mais um grande melhoramento que os srs. drs. Wencesláu Braz e Estevam Pinto prestam ao município. (JORNAL DO COMMERCIO, 13 de junho de 1909, p. 1. n° 3956).

Após a sua instalação, o edificio começou a apresentar problemas em sua estrutura. Segundo Braga (2009), a edificação escolar transformou-se em pouco tempo num agente propício para a transmissão de doenças devido ao acúmulo de crianças no mesmo espaço e à insalubridade do ambiente. Em 1913 aconteceram reparos no prédio original do Grupo Escolar, que já não se encontrava em devidas condições para o ensino. Durante esse período, os alunos estudavam em um prédio, que da mesma forma não apresentava as condições exigidas pelas normas sanitaristas. As reclamações eram constantes devido à falta de limpeza dos pátios e ao estado lastimável da fachada. A rua era sem calçamento e no período de chuvas a lama espalhava-se em frente do edificio, sujando-o inteiro. Além disso, havia um grande número de goteiras e paredes extremamente estragadas. Durante os anos seguintes, foram feitos orçamentos para reparos, mas nenhum chegou a ser efetivado de fato.

O Grupo Escolar de Mariano Procópio somente foi modificado com a mudança para o novo prédio que entrou em funcionamento no ano de 1929. Em uma visita a Juiz de Fora, o então presidente do Estado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada participou de várias solenidades que foram noticiadas no *Diário Mercantil* do dia, 26 de junho de 1929¹⁵, entre elas, a entrega dos novos prédios dos grupos Antonio Carlos, Botánagua e de São Matheus, como veremos mais adiante.

O quarto grupo escolar criado na cidade, denominado inicialmente de São Matheus, objetivo desta dissertação, foi alvo de intensas disputas tanto em jornais quanto em documentos oficiais encontrados no APM em seu processo de instalação e será mais bem

¹⁵ Diário Mercantil, 26/06/1929, n° 5454, p. 1.

discutido no terceiro capítulo. Ainda nessa perspectiva, é fundamental adentrarmos um pouco a cultura escolar dos grupos escolares e refletirmos sobre a cidadania e para quem eram as escolas.

1.3 GRUPO ESCOLAR: UM PROJETO DE CIDADANIA

Ao refletirmos sobre os grupos escolares é mister pensarmos sobre o projeto de cidadania que envolvia a expansão do ensino primário. Com base em Carvalho (2002) podemos perceber que o termo cidadania é complexo e pode incluir várias dimensões. É comum associá-la a direitos civis, políticos e sociais; ela se desenvolveu dentro do que foi denominado de Estado-Nação. Em síntese, a construção do que vem a ser cidadania está relacionada com o envolvimento das pessoas com o Estado e com a nação, “as pessoas se tornam cidadãs à medida que passavam a se sentir parte de uma nação ou Estado” (CARVALHO, 2002, p. 12).

Veiga (1994), ao analisar o projeto de cidadania em Belo Horizonte, destaca que dentro das cidades vemos claramente um projeto de cidadania no qual os indivíduos lutam pelos seus espaços e direitos dentro da sociedade. Tanto a cidade quanto a escola vão se formando e ambas fazem parte da própria cultura; ambas enfrentam o mesmo desafio, as mesmas lutas pela cidadania. Os projetos da escola pública e os projetos urbanos têm como uma das principais funções a formação dos cidadãos.

Os projetos de consolidação dos grupos escolares passaram por diferentes condições e relações com o poder, como veremos adiante. Muitos foram alvos de uma intensa mobilização precedida de diversos debates. Os moradores da região, de forma coletiva ou individualmente, buscavam e exigiam a criação dos grupos; foram à imprensa e organizaram abaixo-assinados, mas não para qualquer escola: eles buscavam a criação de um Grupo Escolar, entendido por eles como uma escola adequada às demandas do seu tempo. De acordo com Veiga (1994), podemos evidenciar que esses abaixo-assinados representavam muitas vezes carências sociais, que são reproduzidas a partir das práticas sociais. Essa relação é entendida como o fazer cidadão.

Ancorados nos jornais percebemos que o Grupo Escolar de São Matheus seria fundamental para difundir a cidadania, já que a “criação do novo grupo trará como consequência o desaparecimento de duas centenas aproximadamente, de analfabetos, pois a

tanto se eleva a cifra destes naquele bairro”¹⁶. Mensagens como essas eram comuns nos periódicos que circulavam na cidade e demonstravam o desejo da população para a criação de um grupo naquela região.

1.4 A CULTURA ESCOLAR NOS GRUPOS ESCOLARES

Para pensarmos a Cultura Escolar, termo que tem sido largamente estudado na história da educação, o nosso contato inicial será feito com autores como Antonio Viñao Frago, Dominique Julia, Luciano Mendes de Faria Filho, Irlen Antônio Gonçalves, Diana Gonçalves Vidal, entre outros. É necessário destacar que embora ressaltemos alguns aspectos relevantes sobre cultura escolar, neste momento, ela também estará presente ao longo da dissertação, ainda que de forma indireta.

Faria Filho et al. (2004) elucidam que as discussões relacionadas à cultura escolar têm fortalecido o diálogo tanto com a historiografia quanto com outras áreas. Segundo os articulistas, os estudos sobre cultura escolar

têm permitido desnaturalizar a escola e empreender estudos sobre o processo mesmo de sua emergência como instituição de socialização nos tempos modernos. Articulada aos estudos do processo de escolarização, tal perspectiva traz, desde logo, a necessidade de pensar a relação da escola com as outras instituições responsáveis pela socialização da infância e da juventude, principalmente com a família, a Igreja e o mundo do trabalho. (FARIA FILHO et al., 2004, p.154).

A cultura escolar é entendida por Julia (2001, p. 1) como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. Nessa perspectiva, podemos compreendê-la como uma categoria de análise na qual a escola e seus atravessamentos se estruturam como peças fundamentais para a sociedade, já que a mesma é entendida como um mecanismo do progresso.

Para Viñao-Frago (2000), as instituições educacionais são formadas por um conjunto de possibilidades, a combinação de vários fatores, condições externas e práticas que formam a

¹⁶ Diário Mercantil, 01/08/1916, p. 1, Col. 6.

cultura escolar. O autor chama a atenção que não temos apenas uma cultura escolar, mas sim várias culturas escolares. O termo em questão relaciona-se historicamente com os modos de pensar e fazer dentro da escola.

Desse modo, o que representa trabalharmos com a cultura escolar nos grupos escolares?

Faria Filho (1998) narra que a reforma de 1906, que marca a criação dos grupos escolares, é uma das mais importantes, pois era destinada à camada da população menos desprovida da sociedade. Segundo o autor, essa reforma permite a solidificação de uma primeira cultura escolar em Minas Gerais. O autor ainda traz alguns apontamentos evidenciados nessa cultura como: a) a escola é vista como um local mais apropriado para a instrução; b) a escola visa a remodelar a cultura de toda população; c) é uma escola que constrói novos comportamentos, valores, saberes e conhecimentos; d) é uma cultura escolar que se comunica com a cidade; e) é uma cultura sustentada pela escrita.

Nesse sentido, os grupos escolares trouxeram uma nova concepção escolar, contribuindo não apenas para uma nova cultura escolar, mas também para todo o núcleo urbano. O autor destaca:

É na cidade, sem dúvida, que a escola vai ter que se defrontar continuamente e de forma sistemática com outras formas de socialização que ora se lhe mostram complementares, ora francamente antagônicas, como a rua, os espetáculos públicos e a fábrica, por exemplo. Em relação a essas, ora se desenvolve uma clara hostilidade, ora a apropriação de alguns de seus elementos estruturantes, ora tentativas mais ou menos frutíferas de escolarização, ou seja, de submetê-las à cultura escolar. (FARIA FILHO, 2005, p. 43).

Em Juiz de Fora, como veremos ao longo do nosso estudo, os grupos escolares possuíam grande representatividade. A população via nos grupos escolares o progresso, enquanto as escolas isoladas eram tidas como ineficazes para a cidade. Eventos, exposições, auditórios e festas escolares eram comuns nessas instituições e importantes para todo o núcleo urbano; eram anunciadas em diferentes periódicos e revistas e, na maioria das vezes, os eventos eram abertos a pais de alunos e para a comunidade. Existiam ainda aqueles eventos menores que aconteciam na própria sala de aula, contando apenas com os alunos e alguns poucos convidados, organizados na maioria das vezes por professores ou pelo diretor.

É válido ressaltar que todos esses acontecimentos eram fundamentais para a formação e aprendizagem dos alunos. Podemos afirmar que fazem parte da cultura escolar da instituição, auxiliando na construção da identidade dos alunos e da sociedade. Nesse sentido,

é notório dizer que os aspectos culturais, em voga nas escolas, são capazes de propagar na sociedade discussões de cunho político, histórico e social.

Entendemos neste estudo a cultura escolar como algo plural. Ela é estudada a partir do exame das relações (tensões, acordos, rupturas, continuidades) que mantém, a cada momento, com as demais culturas do local e do tempo (normas familiares, formas de produção), não se formando isoladamente apenas na escola.

2

CAMINHO NOVO PARA EDUCAÇÃO: JUIZ DE FORA E OS GRUPOS ESCOLARES

O capítulo em questão nos faz pensar como a cidade de Juiz de Fora foi se constituindo e consolidando ao longo dos anos a partir das suas políticas sociais e seus atravessamentos. Trata-se de um município brasileiro, construído a partir de diferentes culturas, localizado no estado de Minas Gerais, que surgiu inicialmente como um pequeno arraial, se formando a partir do “Caminho Novo”. Foi denominado inicialmente de Arraial de Santo Antônio do Paraibuna, em 1838. Após alguns anos e mudanças pouco significativas, desmembrou-se do município de Barbacena e se tornou Vila em 1850. Contudo, só foi instalado em 1853 (GIROLETTI, 1988).

O crescimento econômico de Juiz de Fora se deu a partir da cafeicultura na região. A cidade ficou conhecida como Manchester Mineira, por ser comparada a uma cidade britânica que possuía um grande número de fábricas. Nessa perspectiva, teve outros apelidos como Barcelona Brasileira, Princesa de Minas, Atenas de Minas, visto que a cidade se tornou um grande polo industrial.

É fundamental destacar que Juiz de Fora, além da grande produção cafeeira e das indústrias entre o século XIX e XX, teve outros exemplos de atividades que movimentavam a economia da cidade, como a pecuária e o cultivo de alguns alimentos produzidos nas fazendas de cafés ou em pequenos sítios da região. Uma cidade que se expandia em diversos aspectos – ruas, praças, casas, prédios comerciais em construção – e isso era bem visto não apenas para os cidadãos de Juiz de Fora, pois pessoas das diversas regiões próximas se viam atraídas pela sua exuberância.

Para pensar o processo educacional em Juiz de Fora é fundamental conhecer a população da cidade. Luiz Eduardo de Oliveira (2000) expõe em seu trabalho os processos de expansão do núcleo urbano e as experiências sociais dos trabalhadores da cidade de Juiz de Fora entre os anos de 1877 e 1920. Segundo o autor, entre 1833 e 1855 as pessoas escravizadas representavam mais de 60% do habitantes, sendo que em 1886 o município tinha um total de 20.905 cativos. Oliveira (2010) elucida que o trabalho escravo era empregado não somente nas lavouras de café, mas também na constituição e redefinição do núcleo urbano

central e dos arredores. Trabalharam também na abertura de rodovias importantes como a União e Indústria, a qual também foi fundamental para a expansão de Minas Gerais, auxiliando no desenvolvimento da cidade.

Segundo Elione Silva Guimarães (2006), Juiz de Fora, assim como todo o estado de Minas Gerais, representava uma grande economia ao país. O estado era a principal província escravista do Brasil e as pessoas escravizadas representavam a maior força de trabalho, desde a colheita até o transporte. A autora, assim como Oliveira (2010), destaca que a cidade possuía um expressivo número de escravos. Enfatiza que após 1888¹⁷ parte dos escravos permaneceu nas propriedades agrícolas onde ficavam, ora como agregados, ora como trabalhadores remunerados, e ainda existiam aqueles que iam atrás das suas famílias ou ficavam aglomerados na cidade à procura de sobrevivência. Com todos esses dados, podemos perceber que a escolarização da população negra é uma questão pendente na história da educação local.

De encontro com essa reflexão, Mônica Ribeiro de Oliveira (2000) revela que os escravos tinham grandes dificuldades de conseguir trabalho no meio urbano. Até mesmo nas primeiras décadas do século XX, com a expansão têxtil, aos negros cabiam menos oportunidades nas fábricas, por isso ficavam em sua maioria em atividades agropecuárias. “O mercado de trabalho da maioria das fábricas e principalmente comércio, geralmente não absorvia o negro. Era necessário para esse último setor ‘boa aparência’, o que excluía a gente de cor” (OLIVEIRA, 2000, p. 71).

Foi ao longo dos oitocentos que a produção do café proporcionou outras oportunidades aos diferentes segmentos da agricultura e do comércio, propiciando o desenvolvimento e a industrialização do município. Nesse sentido, a produção do café, de certa forma, influenciou direta ou indiretamente o financiamento das construções de ferrovias e rodovias, principalmente na Zona da Mata. Antes da abertura dessas estradas, o transporte era feito na maioria das vezes por mulas (GIROLETTI, 1988).

Para que tal expansão fosse possível, segundo Luiz Eduardo de Oliveira (2010), é fundamental destacar no início da instalação da cidade de Juiz de Fora, entre 1855 e 1858, a chegada à cidade dos primeiros imigrantes, sendo eles alemães, portugueses, espanhóis, sírios e libaneses que vieram em busca de melhores oportunidades, já que seus países de origem viviam precários processos de industrialização, faltando condições mínimas que garantissem a sobrevivência.

¹⁷ Em maio de 1888 foi sancionada a Lei Áurea, que extinguiu a escravidão no Brasil.

Foram trazidos para trabalharem também na Estrada de Rodagem União e Indústria¹⁸, ligando a cidade de Petrópolis (RJ) a Juiz de Fora (JF). Este é um aspecto de suma importância, já que se viu na constituição do núcleo urbano famílias oriundas de vários países. A abertura da estrada que ligava as duas cidades também trouxe grandes contribuições, já que servia de rota para a grande circulação de mercadorias entre os estados.

Mônica Ribeiro de Oliveira (2000, p. 73) expõe que a cidade estava “saturada pela presença de estrangeiros brancos e, teoricamente mais aptos para o trabalho”. Dessa forma, pela falta de oportunidades para negros, na maioria das vezes trabalhavam informalmente como vendedores ambulantes, engraxates, carroceiros, carregadores, entre outras profissões – eles também não podiam ocupar qualquer lugar. Guimarães (2006) ainda elucida que a Região Central de Juiz de Fora, mais precisamente o Largo do Riachuelo¹⁹, era retratado nos periódicos da época como um ponto de encontro entre cativos e libertos, e eles não podiam morar em qualquer região da cidade.

No espaço urbano de Juiz de Fora, casarões e chácaras pertencentes aos grandes proprietários agrícolas e aos emergentes capitalistas surgiam imponentes, dominando a rua direita, principal da cidade, onde se localizava a igreja matriz e o prédio das repartições Municipais, espalhando-se pela rua de Santo Antonio e estendendo-se a à rua de São Matheus . Nos arrabaldes, fábricas de alimentos e bebidas invadiam o ambiente... Lugares onde arria miúda, viviam o cotidiano da pobreza urbana, dividindo quartos de cortiços mal cheirosos ou casas de parede-meia, até que as reformas do início período Republicano, preocupadas em estabelecer os *lugares dos desclassificados sociais* (loucos, pobres, prostitutas e vadios) vieram expulsá-los para regiões periféricas). (GUIMARÃES, 2006, p. 75).

Como vemos, as oportunidades para os ex-escravos em Juiz de Fora eram mínimas. Entretanto, é necessário também destacar, como apontam Viscardi et al. (2000), alguns dos problemas que os imigrantes tiveram. Apesar de o centro urbano proporcionar a eles melhores oportunidades e o Brasil ter feito ampla campanha de cordialidades em outros países, muitos estrangeiros foram vítimas de preconceitos e xenofobia, tanto por parte de brasileiros quanto das diferentes nacionalidades. A autora destaca que isso era também comum na cidade de Juiz de Fora. Muitos imigrantes também se rebelaram, pois o país prometia ótimas oportunidades, mas oferecia pouca remuneração e longas jornadas de trabalho.

¹⁸ Esta estrada foi edificada com a finalidade de diminuir a viagem entre a Corte e a Província de Minas, destinando-se ao transporte do café.

¹⁹ Largo do Riachuelo é uma praça localizada na região central da cidade de Juiz de Fora.

Nas últimas décadas do século XIX Juiz de Fora se destacou em seu crescimento industrial no ramo de bebidas, alimentos e principalmente têxtil. Segundo Giroletti (1988), após a construção da Estrada União e Indústria os operários imigrantes, usando suas habilidades e suas economias, permaneceram na cidade entre 1829 e 1930, fundando algumas indústrias associadas, fundamentais para o crescimento urbano.

Miranda (1990) enfatiza três fatores que induziram, de certa forma, a ampliação da cidade: o sistema viário, a acumulação de capitais e um mercado urbano em potencial, o que ocasionou posteriormente a atividade industrial. Tal crescimento foi exposto no Álbum do Município de Juiz de Fora. Segundo Albino Esteves (1915), o recenseamento feito em 1880 demonstra que o município contava com 55.185 habitantes, e em 1907 contava com 85.450 habitantes.

O processo de urbanização da cidade também é relacionado à proximidade com Rio de Janeiro, ocasionando maiores oportunidades à cidade. Dessa forma, Christo (1994) evidencia que:

A proximidade e o maior intercâmbio econômico e cultural com o Rio de Janeiro, assim como a luta política contra a zona de mineração, assim como a luta política contra o domínio da zona de Mineração, provocam na cidade um maior cosmopolitismo, uma abertura mais acentuada se a compararmos com o antigo centro de ouro. Até a década de 20, Juiz de Fora é apontada como centro cultural do Estado, seja pelo número de jornais e teatros, seja pela expressão de suas escolas e instituições culturais. (CHRISTO, 1994, p.1).

Miranda (1990) destaca que Juiz de Fora, além de ter sido o maior polo econômico da Zona da Mata no que diz respeito à economia agrária e cafeeira, era também destaque por sua economia urbana. Faz-se necessário elucidar que a população aumentou consideravelmente entre 1872 e 1900, transformando Juiz de Fora em uma rede controlada principalmente pela elite agrária, concentrada na área central juntamente com comerciantes e profissionais liberais. Esse crescimento foi maior na região após 1836, quando o engenheiro Henrique Halfeld, juntamente com o governo da província, tentou ligar Juiz de Fora a Vila Rica por uma estrada. Halfeld foi um dos responsáveis pelas construções de casas e demarcação de terras, fazendo também doações de terrenos para a expansão urbana.

Posteriormente à área central, no direcionamento ao sul, surgiu outro núcleo populacional que se tornou também uma área nobre até os dias atuais, denominado Alto dos Passos. Por volta de 1860, a cidade começou a se expandir rumo à região norte, como os bairros Fábrica e Mariano Procópio. Este movimento foi fundamental para que Juiz de Fora se

tornasse um centro atrativo para diferentes regiões da Zona da Mata e do Brasil. A seguir, vemos um mapa que nos auxilia a ter uma maior dimensão de localização de alguns bairros citados aqui.



Mapa 1 – Localização dos bairros de Juiz de Fora
 Fonte: MIRANDA (1990 apud BARBOSA, Y. A., 2013).

Em 1877, o número de estabelecimentos comerciais na região central já era considerado alto e os comerciantes exigiam melhoramentos no que diz a respeito à água e limpeza urbana. Miranda (1990) chama a atenção que, em 1880, a cidade teve um grande

avanço: a Companhia Ferro Carril de Juiz de Fora, responsável pelo sistema de bonde de tração animal, um dos elementos indutores da expansão urbana que atendia inicialmente as áreas mais centrais. Posteriormente, buscou-se também atender o setor industrial como o do bairro Fábrica. Outro marco que a autora destaca é a chegada da iluminação elétrica, em 1889, feita pelo industrial Bernardo Mascarenhas. Inicialmente ele iria abastecer sua fábrica de tecidos, mas logo em seguida, a partir de negociações, Bernardo obteve licença da Câmara Municipal para desenvolver o serviço de iluminação pública e particular. Dessa forma, com todos os seus aspectos evolutivos e dinâmicas, a cidade foi se definindo como “espaço privilegiado para investimentos de capital e passa a ter o seu próprio espaço geográfico definido como capital” (MIRANDA, 1990, p. 122).

Miranda (1990) destaca que Juiz de Fora trouxe grandes benefícios para o campo comercial, principalmente entre o período de 1890 até o final da década de 1920, por conta da Alfândega de Minas Gerais, que chegou à cidade em 1893. Devido à sua posição na região e sua infraestrutura, seu papel foi fundamental por conta das importações e exportações, mas foi transferida para a capital em 1930.

Sobre a exportação, Giroletti (1998) destaca que a maioria dos produtos importados e exportados pelo estado de Minas Gerais tinha que passar pela cidade de Juiz de Fora. Graças a um sistema eficiente de transporte, foi se tornando uma cidade com uma vasta circulação de mercadorias.

Miranda (1990) chama a atenção que no final de 1920 esse cenário começou a mudar e a produção industrial caiu consideravelmente. A Zona Metalúrgica ganhou força juntamente com a cidade de Belo Horizonte, devido ao crescimento regional da Zona da Mata, de Juiz de Fora e do governo estadual, promovendo a “integração estadual”. Foi por essa integração que Juiz de Fora perdeu o pleito de ser Capital para Belo Horizonte no momento em que tinha uma economia muito forte e uma das melhores infraestruturas. Contudo, a cidade era mais próxima de Rio de Janeiro do que do território mineiro.

Miranda (1990) destaca que Juiz de Fora viveu momentos difíceis em diferentes momentos. A urbanização, por exemplo, não trouxe apenas aspectos positivos, pois se instaurou em vários momentos um grande caos como a insalubridade de alguns segmentos, faltando condições mínimas para a sobrevivência. Os problemas de infraestrutura da cidade ocasionaram durante muitos anos epidemias diversas, como febre amarela, tifo, malária, cólera, entre outras.

2.1 “BENFEITORES” E A EDUCAÇÃO DOS MENOS FAVORECIDOS

Não nos parece possível pensar a escolarização de Juiz de Fora sem pensar as políticas locais, com suas principais disputas e tensões. Dessa forma, é importante adentrarmos sua história, trabalhando com o alerta de Gondra e Schueller (2008) que apontam para insuficiência envolvida na adoção de marcos capazes de examinar a complexidade dos fenômenos educacionais, afastando com isso a ideia de que a educação e as experiências educativas são determinadas apenas pelas formas políticas administrativas ou econômicas vividas.

Luciano Senna Peres Barbosa (2013) é uma das referências que utilizamos para falar sobre a política em Juiz de Fora. O autor evidencia que muitos estudos sobre a cidade revelam a formação do município fortemente ligada a iniciativas de moradores e “sintetizada em torno de alguns cidadãos beneméritos, que pontuam as etapas do seu desenvolvimento” (p. 78). Isso também foi constatado por nós a partir de alguns nomes já mencionados aqui, como o Mariano Procópio Ferreira Lage e o engenheiro Halfeld.

Contudo, de acordo com Sharpe (1992), podemos destacar que grande parte da história ensinada tanto nas classes quanto nas universidades considera muitas das vezes a “experiência da massa do povo no passado como inacessível ou sem importância” (p. 41). Dessa forma, não muito diferente, a história da cidade é contada a partir da visão elitista, desconsiderando a grande importância de uma massa da população que se foi constituindo a partir de diferentes nacionalidades. Nesse sentido elucidamos a importância da “história vista de baixo”, pois, além de conhecerem sobre o passado, “tornam claro que existe muito mais, que grande parte de seus segredos, que poderiam ser conhecidos, ainda estão encobertos por evidências inexploradas” (p. 62).

Ainda nessa perspectiva é fundamental destacar outros “renomados” nomes, como o senhor Bernardo Mascarenhas, que dirigia a fábrica têxtil e a Companhia Mineira de Eletricidade, fundada em 1988. Francisco Baptista é outro nome em destaque: era dono de uma casa comercial desde 1882, que ficou conhecida rapidamente por toda região. Estava também à frente de iniciativas de ordem bancária em todo o estado e criou a Academia do Comércio, umas das primeiras instituições de ensino superior do país. Além desses nomes, a cidade possuía outros “benévolos” que tinham outros bens públicos que auxiliaram a difundir o melhoramento do espaço urbano a partir de iniciativas individuais ou coletivas, como

doações de dinheiro à Câmara para a construção de ruas, praças e pontes (BARBOSA, L. S.P., 2013).

Os jornais publicavam notas sobre essas atitudes na maioria das vezes, como o nome de quem fez a doação e também o valor, auxiliando, assim, a reputação de muitos desses homens sociais. Dessa forma, a política tornava alguns cargos como privilégios desses homens. Daremos uma ênfase maior nos periódicos em momento posterior, mas é fundamental destacar que eles eram muitas vezes usados como um dos artifícios para expor à população o que estava acontecendo na Câmara e na cidade, enaltecendo os “renomados” nomes construídos pela elite política, cultural e econômica.

Diante desses diferentes empreendimentos pessoais e coletivos, a cidade foi se expandindo e alguns nomes se sobressaíam mais do que outros. Barbosa (2013, p. 84) destaca que:

na concessão dos benfeitores, ou na promoção de empreendimentos econômicos que caracterizam o desenvolvimento do município, lhe garantido uma identidade, se ausenta o papel político. Ainda que alguns desses “beneméritos cidadãos” tenham ocupado cargos de administração pública, esses são destacados por suas doações gratuitas a coletividade e não por sua atenção nestes postos.

A construção histórica da narrativa acima não nos convence, já que nos parece difícil acreditar que tais “beneméritos”, não tivessem interesses políticos ou sociais, mesmo não ocupando tais cargos.

Durante os anos posteriores, uma das maiores preocupações dos governantes na cidade era com relação às epidemias, pois faltava saneamento no centro urbano e suas adjacências. Dessa forma, a saúde pública era vista como peça fundamental para o desenvolvimento e progresso da cidade. Barbosa (2013) destaca que com o advento da República, o planejamento da cidade seguia os moldes dos centros urbanos europeus, como o alargamento de ruas, construção de pontes, canalização de córregos e outros. As obras relacionadas ao sanitário foram as primeiras providências tomadas por Francisco Bernardino após assumir a Presidência da Câmara, com o dinheiro de um empréstimo, feito por subscrição pública, já que a cidade não tinha dinheiro suficiente para as obras (OLIVEIRA, 1966).

Para pensarmos na educação para além dos “beneméritos” precisamos ir além dos estudos sobre os grupos escolares, Por isso, é fundamental destacar outros cenários para tentarmos entender como a educação foi fundamental para a expansão urbana da cidade.

Ao analisarmos estudos sobre a instrução primária em Juiz de Fora, podemos verificar que segundo o Álbum do Município de Juiz de Fora²⁰ de Albino Esteves (1915), o primeiro estabelecimento de ensino da cidade foi o colégio do Cônego Roussin, fundado em 1860. Já Paulino Oliveira (1966) elucida que foi no ano de 1847. Essa escola era dirigida pelo primeiro professor do lugar, Anacleto José Sampaio.

Segundo Martins (2013), quando os alemães chegaram, por volta de 1858, ficaram em torno da sede União Indústria em um lugar denominado de Colônia – que era subdividido em colônia de cima, colônia de baixo e colônia do meio. Para atender os filhos dos imigrantes, em 1861 foram criadas duas escolas, uma católica e uma protestante. Na mesma rua, em 1869, foi fundada a Escola Agrícola, que atendia também filhos dos imigrantes alemães para educação popular através de ensino profissionalizante. Esta, contudo, teve pouco tempo de duração, pois logo após o falecimento de Mariano Procópio²¹ a Cia União Indústria foi a falência e ocorreu o fechamento da Escola Agrícola. O autor afirma que as escolas da Colônia ainda permaneceram abertas durante alguns anos depois, com grandes desafios e dificuldades.

Ainda que iniciada a expansão educacional na cidade, Oliveira (1966) traz o recenseamento populacional de 1893, fundamental para pensarmos a educação naquele momento. Havia na cidade um total de 10.200 habitantes: 5.631 pessoas sabiam ler e 4.569 não sabiam ler.

Christo (1994) chama a atenção que grande parte das crianças trabalhava nas fábricas, principalmente fábricas têxteis. Muitas delas eram menores de 10 anos e ficavam submetidas a muitas horas de trabalho. Neder (2007) aponta outros elementos, destacando que tal problema era corriqueiro ainda nas primeiras décadas do século XX, onde se via um grande número de crianças pobres, criadas em asilos ou em instituições de caridade, evadidas das escolas para exercerem diferentes funções nas fábricas, principalmente têxteis. A autora destaca que nas listas de frequência em que pesquisou é habitual encontrar observações dos professores justificando a ausência dos alunos devido ao trabalho nas fábricas. Ainda é possível verificar, a partir de tais documentações, que as crianças que evadiam eram em grande maioria meninas, por representarem mão de obra mais em conta e por serem mais “dóceis”.

²⁰ Livro em formato de Álbum que reúne informações sobre a cidade de Juiz de Fora, como a população, comércio, geografia, política, arquitetura e imprensa.

²¹ Mariano Procópio Ferreira Lage nasceu em 23 de junho de 1821. Atuou como deputado da província e fundou a Companhia União e Indústria.

A situação modificou um pouco a partir da criação de cursos noturnos, em 1914, mas não deixou de existir. Nas “aulas noturnas, encontravam-se matriculadas crianças que dividiam seu dia entre o mundo do trabalho e a escola, ou seja, estes alunos trabalhavam durante o dia nas insalubres fábricas da cidade e frequentavam a escola durante a noite” (CHRISTO, 1994, p. 5).

Com o passar dos anos foram surgindo outras instituições de ensino básico e médio, em sua maioria particular, mas também Escolas Estaduais e Municipais. Esteves (1915, p. 259) afirma que:

A instrução quer pública quer particular, está sendo fartamente distribuída por uma serie de esplêndidos estabelecimentos. Desde remotos tempos que Juiz de Fora possui bons institutos de ensino e se esmera na formação da mocidade.

É fundamental destacar que grande parte dos estudos relacionados à instrução em Juiz de Fora estão muito relacionados aos imigrantes ou às escolas elitizadas. Assim, evidenciamos que há poucos estudos sobre a escolarização dos negros ou até mesmo sobre as escolas isoladas, espalhadas pelo município, que atendiam a maior parte das crianças.

Ainda nessa perspectiva, Christo (1994) destaca que o magistério, tanto público quanto particular, ainda que com muitos problemas, representava uma maneira de absorver os indivíduos que apresentavam algum conhecimento. Dessa forma, a autora destaca que nas primeiras décadas da república a cidade teve propostas de ensino, das quais elucidaremos alguns aspectos. É importante conhecermos um pouco dessas instituições, já que elas se inserem também em um plano de modernização de Juiz de Fora.

A primeira proposta apontada por Christo (1994) é do ensino metodista no Instituto Granbery. A instituição intitulada Colégio Americano Granbery foi fundada em 1890. A cidade foi escolhida por ter algumas características que já mencionamos aqui, era considerada promissora em diversos aspectos e também possuía uma diversidade cultural – a igreja católica também não era tão presente, como em regiões mais próximas. Rapidamente a instituição aumentou o quadro de alunos e professores, oferecendo cursos elementares, ginásio e teológico. Nesse sentido, tinha como objetivo uma prática pedagógica mais flexível, e percebiam que tanto a sociedade quanto os indivíduos vivem progresso contínuo. A aprendizagem é realizada através do método intuitivo e lógico e a prática do ensino é vista como peça fundamental, sendo primordiais a experimentação e a verificação. Outro fato que

merece ser destacado é que é muito comum o incentivo a participação política, desde cedo. A escola é vista como exemplo para toda a sociedade (CHRISTO, 1994).

A Academia de Comércio é outra instituição que merece destaque. Segundo Christo (1994), está fortemente ligada à industrialização. Ela teve duas fases de suma importância, sendo a primeira marcada pela necessidade de um quadro de dirigentes, formados por industriais e comerciantes. Tinha como uma das finalidades a formação de negociantes, comerciantes, diretores etc. As aulas tiveram início em julho de 1894 e a instituição oferecia dois cursos, o preparatório e o ensino superior. O currículo era uma adaptação a partir do aplicado na Escola de Altos Comerciais de Paris. A autora ainda nos chama a atenção que:

O papel apontado para a Academia de Comércio no “projeto de modernização” de Juiz de Fora extrapolaria o próprio ensino profissional. Sem a neutralidade ideológica aceita pelo senso comum, este ensino estaria buscando formas de legitimação dessa “nova sociedade”, veiculando os valores capitalistas e qualificando pessoas que seriam, propriamente, os intelectuais responsáveis por sua implantação. (CHRISTO, 1994, p. 81).

A autora evidencia que após alguns anos houve queda no número de matrícula por ausência de confiança dos populares no ensino comercial. Com o objetivo de atrair alunos o curso preparatório foi transformado em curso de ensino secundário integral, mas essa mudança não deteve a diminuição do número de alunos. Devido a tais problemas a Academia foi cedida aos salesianos e foi transformada em Liceu de Artes. As escolas salesianas eram uma rede de ensino profissional, porém, pouco tempo depois, o Liceu de Artes e Ofícios de Juiz de Fora transferiu a Academia de Comércio para outra congregação, intitulada Congregação do Verbo Divino. Foi a partir dessa nova presença que a Academia de Comércio passou por uma nova fase, que Christo (1994) identifica como uma fase de romanização. Em 1901 iniciaram-se as aulas do curso ginásial na instituição e em dias foi equiparado pelo governo, a escola possuía um alto de número de matrículas e matinha ainda o curso comercial e o politécnico.

Outra proposta apontada pela autora supracitada era representada pelos grupos escolares na cidade. Destacaremos mais essa proposta nos próximos capítulos. No entanto, é fundamental destacar que tais instituições tinham como função social “fazer bons cidadãos e, acima de tudo bons trabalhadores” (CHRISTO, 1994, p. 116), tinham função moralizadora e civilizatória. Eles foram criados, em 1906, pela reforma de ensino do então presidente de Estado João Pinheiro. O primeiro grupo da cidade foi instalado em 4 de fevereiro de 1907 e tinha como diretor José Rangel. Em consonância com a autora, evidenciamos que:

O grupo escolar se constituía mais em um ideal utópico, objeto de desejo, do que possibilidade concreta de educação das crianças pobres. As exigências de sublimação do estado de pobreza dessas crianças (uniformes, sapatos, etc.) levava a um índice de evasão superior à metade no número de matriculados no primeiro ano de funcionamento. Os alunos que permanecia, pertenciam na realidade, às baixas camadas médias. Não obstante, mesmo os excluídos da escola teriam suas vindas normatizadas por ela. Ter frequentado ou não os grupos escolares, ser ou não ser “civilizado”. Assim os grupos escolares representavam um instrumento da universalização capitalista. (CHRISTO, 1994, p.143).

Além dessas instituições Paulino de Oliveira (1966) aponta que até 1900 existiam quatro colégios para meninas, o colégio Nossa Senhora da Conceição, o de dona Verônica Schmidt, o Nossa Senhora da Piedade, o de dona Maria Augusta Pinto, o de dona Henriqueta Braga e o de dona Carlota Braga. Outros colégio também foram referências na cidade como Colégio Andres (1900-1910), Colégio Stella Matutina, Colégio Mineiro, Grambery, entre muitos outros. Entre esses destacaremos também a Escola Normal, já que não existia na cidade nenhuma instituição de ensino secundário oficial.

Com base em Ferreira (2013) destacamos que apesar de a lei de criação ser do dia 22 de outubro de 1881, a Escola Normal de Juiz de Fora só se efetivou em 1894. A autora chama a atenção que essa demora se deu porque a Câmara Municipal não disponibilizou um prédio com esse objetivo. Segundo Oliveira (1966), a partir do ofício do engenheiro Howyan, a instituição se baseava na estatística de Mr. Cardot, onde são levados em conta aspectos como a economia e a higiene da criança.

Ferreira (2013) destaca que a escola estava sob a direção do professor Leônidas Detszi e foi instalada à Rua Imperatriz, ao lado do Jardim Municipal. A partir das pesquisas realizadas no APM pela autora, a instituição passava, logo após a sua consolidação, por problemas de ordem pedagógica e higiênica, havendo algumas manifestações do diretor e de professores evidenciando tais questões. Contudo, a escola só foi transferida para outro prédio em 1904. O novo prédio era o Palacete Santa Mafalda, localizado no centro da cidade. A autora aponta ainda que a instituição passou por vários momentos delicados de crises que foram amplamente discutidas nos periódicos, mas se faz necessário ressaltar que a população da cidade também se manifestava favoravelmente. Muitas vezes os populares se uniram para mantê-la funcionando.

Albino Esteves, no final de 1911, fez um recenseamento escolar e indicou que, no ano de 1911, 4662 crianças e adultos estudavam em Juiz de Fora. Desse total, 962 eram em escolas do município. O álbum do município também aposta que a frequência no Grupo

Escolar Delfim Moreira, no primeiro semestre de 1914, era de 454 alunos; no José Rangel, 367, e também tinha a escola noturna que era anexa e contava com 96 frequentes, sendo que o número subia a cada semestre.

No período das primeiras décadas do século XX Juiz de Fora apresentava um grande número de escolas, jornais, teatro e instituições que disseminavam a cultura. Isso se dava pelo momento de expansão que a cidade vivia. A seguir, destacaremos como o ensino primário e seus desdobramentos eram vistos.

2.2 “O ENSINO PRIMÁRIO EM MINAS”: FALAM-NOS OS PROFESSORES DE JUIZ DE FORA

Em Janeiro de 1917, o Diário Mercantil²² se dedicou a entrevistar algumas pessoas sobre o Ensino em Minas Gerais. As perguntas se relacionavam a métodos, obrigatoriedade e o ensino de Minas Gerais. Dentre os entrevistados destacamos José Rangel, Pelino de Oliveira e a professora Alvina de Araújo Alves. Pelas leituras dos jornais evidenciamos a existência de outras entrevistas sobre o mesmo assunto, no entanto, não existe na biblioteca ou no arquivo da prefeitura a coleção completa do ano de 1917. Dessa forma, ainda são necessários alguns questionamentos: por qual motivo os educadores foram escolhidos para opinar sobre o assunto? Teria algum interesse específico essas entrevistas? Por que esses nomes e não outros? Quem seriam as outras pessoas a serem entrevistadas?

No dia 04 de janeiro de 1917, José Rangel, professor dos dois primeiros grupos escolares de Juiz de Fora, revelou que os métodos adotados em Minas Gerais satisfaziam as necessidades do estado e o professorado recebia muitos elogios graças a isso. Sobre especialmente Juiz de Fora, José Rangel destacou que a cidade se desenvolvia há muitos anos com um ensino de qualidade: “a meu ver, no tocante a iniciativa particular, nenhuma outra cidade brasileira a sobrepuja; nenhuma outra conta, relativamente, tantos e tão frequentados institutos educacionais”. José Rangel expõe que as últimas estatísticas apresentadas, apesar de serem problemáticas por conta da inexperiência de quem fez, apresenta surpresas importantes.

²² O Diário Mercantil era um periódico de grande circulação. No ano de 1917 tinha como diretores políticos Antonio Carlos Ribeiro de Andrade e João Penido. Foi fundado em 1912. As entrevistas são encontradas nos números 1624 (04/01/1917), 1637 (19/01/1917) e 1639 (22/01/1917).

O entrevistador ainda questiona: “Como diretor de dois grupos, pode dizer-nos alguma coisa sobre o desenvolvimento de Juiz de F6ra?”. Jos6 Rangel elucida:

A propor76o dos analphabetos na cidade 6, realmente pequena; 6 muito menor seria ainda si uma providencial disposi76o da lei proibisse a admiss6o em as nossas numerosas fabricas de crean76as que n6o soubessem, pelo menos, l6r, escrever e contar.

A ganancia de progenitores que n6o merecem a honra da paternidade, algumas vezes, e outras a mis6ria do lar, tendem a desviar crean76as de tenra idade do caminho da escola para o ambiente das oficinas, em busca de mesquinho sal6rio e com sacrificio da saude dessas pobres creaturinhas assim entregue a um destino cego.²³

Jos6 Rangel enfatiza que a solu76o para esse problema seria criar mais escolas noturnas, sendo que esse pedido j6 tinha sido feito por ele e acatado pelo governo. Ressalta que nos grupos escolares j6 funcionavam duas escolas com um alto n6mero de matr6cula e outras institui76es seriam criadas com o mesmo objetivo. Elucida que, para resolver o problema, o Estado resolveu criar duas escolas agrupadas nos bairros Bot6nagua e S6o Matheus, que nesse per6odo ainda n6o eram t6o desenvolvidos, os quais se converteriam em grupos se houvesse recursos para a consolida76o. Veremos no terceiro cap6tulo que n6o foram constru6das escolas agrupadas e que o Grupo de S6o Matheus foi consolidado dois anos depois, sendo o de Bot6nagua consolidado apenas em 1929, 12 anos ap6s essa entrevista.

Jos6 Rangel destaca que o governo de Minas sempre atendeu prontamente Juiz de Fora, mas, com base no que foi mencionado acima, vemos que essa quest6o n6o 6 t6o ver6dica. Os primeiros grupos escolares criados na cidade foram pr6dios adaptados, e muitos n6o tinham condi76es m6nimas para o seu funcionamento. O professor se contradiz, pois ao mesmo tempo em que fala que o Governo n6o media esfor76os para o melhoramento em prol da instru76o, destaca, por exemplo, que a obrigatoriedade do ensino 6 irrealiz6vel, pois o governo n6o tinha recursos suficientes, principalmente financeiros, para contemplar esse desejo. Destaca que para isso ser poss6vel seriam necess6rios: recenseamento rigoroso das crian76as em idade escolar, assist6ncia aos pais que necessitam do trabalho dos filhos, dissemina76o das caixas escolares em todas as cidades, que garantissem aos alunos pobres a frequ6ncia 6s escolas e uma legisla76o que penalizasse essas desobedi6ncias²⁴. Destacamos

²³ Di6rio Mercantil, 04/01/1917, n6 1624, p. 1. Col. 4, 5 e 6 - As nossas entrevistas.

²⁴ Di6rio Mercantil, 04/01/1917, n6 1624, p. 1. Col. 4, 5 e 6 - As nossas entrevistas.

aqui que a entrevista de José Rangel é a que tinha o maior número de perguntas, quando comparada com a da professora Alvina Alves e Pelino de Oliveira.

Outro nome em destaque nas entrevistas era a educadora Alvina de Araújo Alves, ex-diretora do Colégio Sant'Anna e professora da escola mista de Tapera. Observamos que a maioria das perguntas feitas à professora é distinta das feitas para José Rangel e Pelino de Oliveira. Será que tal diferença seria por conta de ela ser mulher? A entrevista feita a José Rangel e a Pelino de Oliveira eram direcionadas a um contexto político educacional, já as perguntas realizadas a Alvina Araújo tinha o cunho mais relacionado ao cotidiano das salas de aulas, como sua opinião sobre os trabalhos manuais, inspetores regionais, métodos e caixas escolares.

A professora, na entrevista do dia 19 de janeiro de 1917, destaca que entre os métodos de ensino prefere o método simultâneo ou sintético analítico, pois ambos despertam nas crianças grande curiosidade. Sobre os métodos adotados nos grupos escolares, a professora destaca que o método simultâneo desperta atenção, estimula e facilita a compreensão com o auxílio do quadro negro. A professora, ao longo da entrevista, destaca que o estado não possui bons compêndios, os que são usados são falhos e confusos, e que tem adotado giz de cor a fim de chamar atenção das crianças. Sobre a leitura, Alvina diz que nas classes mais adiantadas os trechos devem ser lidos em voz alta para os alunos aprenderem a fazer as pausas necessárias. Sobre os programas de ensino, a professora destaca que são bem organizados, mas que necessitam de serem feitos diariamente, sem falta, pois qualquer ausência acarreta falha. Porém, o programa é muito atrativo para as crianças, pois combinam diferentes matérias. A professora chama a atenção na entrevista para a importância das caixas escolares no estado; evidencia que tem prestado serviços valiosos, auxiliando as crianças pobres a estudarem, e exemplifica com a escola em que leciona, na Tapera. Destaca que se não fossem as caixas escolares, a frequência dos alunos seria bem menor. Outros assuntos foram abordados, como a distribuição das disciplinas e seus conteúdos²⁵.

Pelino de Oliveira²⁶ é outro nome em destaque na entrevista realizada no dia 22 de janeiro de 1917. As perguntas feitas ao professor são mais parecidas com as que fizeram a José Rangel. Quando questionado sobre os métodos adotados pelo governo de Minas, elucida que dão excelentes resultados em um prazo pequeno, contudo, depende muito de como cada professor o utiliza. Entretanto, diz que reconhece que os professores de Minas têm se

²⁵ Diário Mercantil, 19/01/1917, nº 1624, p. 1. Col. 5 e 6 - As nossas entrevistas.

²⁶ Destacaremos mais sobre Pelino de Oliveira no terceiro capítulo, já que atuou em diversos momentos em prol da criação do Grupo Escolar de São Matheus.

esforçado e auxiliado o governo na difusão do ensino. Sobre a obrigatoriedade em Minas, destaca que no momento não é viável, já que o Estado não possui condições e recursos para isso. Sobre as caixas escolares, reflete que é uma excelente providência, pois garantem a frequência das escolas públicas a partir da distribuição de vestuários, livros e material escolar destinados a crianças pobres.

3

POSIÇÕES DIVERSAS, INTERESSES DISTINTOS: O GRUPO ESCOLAR DE SÃO MATHEUS - JF

A proposta aqui é destacar as principais discussões que antecederam a criação do quarto grupo escolar da cidade de Juiz de Fora, objeto de pesquisa desta dissertação, nomeado inicialmente como Grupo Escolar de São Matheus. As opiniões sobre a construção do estabelecimento são diversas. Destacam-se alguns nomes importantes do cenário educacional e político que revelavam a existência de interesses distintos entre os vários segmentos sociais envolvidos – políticos, professores, inspetores, jornalistas e a população em geral – onde cada um deles queria fazer valer seu ponto de vista, favorável ou não, a respeito da criação deste estabelecimento de ensino.

O bairro onde se localiza o Grupo Escolar de São Matheus é um dos mais antigos da cidade e originalmente tinha apenas duas ruas: a Rua São Matheus e a chamada Rua do Capim, que teve seu nome mudado para Moraes e Castro. A origem do bairro São Matheus se deu a partir de duas antigas propriedades: a Fazenda São Matheus, da família Tostes, e o Sítio Fontainha. A rua em questão já existia antes mesmo da intitulação do nome de Juiz de Fora à cidade, contudo, era apenas estrada. A expansão do bairro aconteceu gradativamente, entre 1850 até 1855. Na época em que foi alinhada a Rua São Matheus, Juiz de Fora contava com 600 moradores.

Algumas propriedades eram famosas e ajudavam o bairro a se engrandecer ainda mais, como uma fábrica de café moído de propriedade do Coronel Manoel Luiz de Barros. Outros espaços eram ocupados por renomados nomes da sociedade como o Coronel José Manoel Pacheco, que era dono de terras que ocupavam toda a área ocupada pela Rua Padre Café. Já Solano Braga foi proprietário de terrenos com abrangência da Rua Oswaldo Veloso até a Rua Olegário Maciel. A propriedade de João Vieira se estendia desde a Avenida Rio Branco até a Rua Olegário Maciel, do Dr. Américo Luz, cujos terrenos cobriam da Avenida Rio Branco até a Rua Carlos Chagas.

É necessário destacar que os moradores do bairro, além de pedirem a abertura de escolas, também auxiliaram na consolidação do bairro. Em 21 de julho de 1854, um dos moradores pioneiros do bairro São Matheus, Antônio da Silva Braga, oficializou o primeiro

pedido de alinhamento da Rua São Matheus, que foi reconhecido em dezembro do mesmo ano na Câmara Municipal. Nas décadas seguintes chegaram alguns outros moradores do bairro, segundo o *Jornal Panorama Sul*, sendo eles: Inocêncio da Costa Silva, José Ferro, os Torres, os Conella, Cristóvão Nunes, Antonio da Silva Braga, José Marques da Cruz, Norberto Ferreira, Frederico Haas, Franklin Jardim, Astrogildo Oliveiro, Solano Braga (um dos primeiros urbanizadores), Rafael Magaldi, Sinval Brito, Caetano e Vicente Beghelli, Henrique Correa e Castro²⁷. Essa notícia nos dá indícios de que faz parte de uma construção de uma memória de uma homogenia de fundadores de grupos privilegiados.

Em notícia do *Diário Mercantil*, em 1907, a população de São Matheus era de 641 homens e 783 mulheres, totalizando 1424. Dessas pessoas, 682 sabiam ler e escrever e 742 eram analfabetas. Os prédios urbanos eram 176, dos quais 171 eram habitados e 5 estavam vagos. A região nesse período não era dotada nem de calçadas, nem de bondes. Uma estatística de 1916 demonstra a existência de 340 crianças em idade escolar de 7 a 14 anos²⁸.

Miranda (1990) destaca que durante os anos 20 o problema de habitação era constante em Juiz de Fora, existindo diferenças entre o centro e as outras áreas. Segundo a articulista, a única possibilidade de expansão em volta do centro, buscando atender uma camada mais alta da sociedade que eram os bairros Glória, Serra e Alto dos Passos. José Procópio Teixeira era proprietário de muitas terras, principalmente na região da Serra, e doou muitas delas para a expansão dos serviços de saneamento e abertura de ruas. Em pouco tempo essa era uma região nobre da cidade. Enquanto ocorria essa expansão voltada da região do centro era ativa também a ampliação do bairro São Matheus. O bairro em questão arrecadava um alto valor para a Câmara Municipal, além de ter uma grande valorização.

Segundo Oliveira (2000), a partir da década de 1920 percebe-se um grande movimento de negros na zona urbana em busca de uma maior estabilidade. Contudo, o centro já não oferecia mais espaços. Dessa forma, a periferia foi o caminho encontrado, surgindo bairros como São Benedito, Santa Cecília, Mundo Novo, Vila Ozanan e Dom Bosco. O último se localiza bem próximo ao bairro de São Matheus, onde o grupo escolar aqui estudado. Os bairros construídos não tinham condições básicas de infraestrutura.

Tal movimento também é visto nos estudos de Rachel Soihet (1999). A autora demonstra que não apenas Juiz de Fora ou Minas Gerais passavam por essas mudanças impostas pela república. A autora expõe que a civilização e o progresso foram lemas

²⁷ *Jornal Panorama Sul*, Julho de 2005, p. 2. Biblioteca Murilo Mendes

²⁸ *Diário Mercantil*, 02/03/1917, p. 1, Col. 2 - Grupo Escolar de São Matheus.

importantes da Belle Époque. No Rio de Janeiro, período em que a cidade era capital, a modernização e higiene da cidade eram preceitos para uma remodelação urbanística e, nesse sentido,

tal projeto imposto de forma autoritária representou a expulsão dos populares de suas moradias nas áreas centrais da cidade, substituídas por ruas e avenidas, destinados aos negócios e ao lazer dos grupos ascendentes, espelhando o caminho em direção ao progresso. (SOIHET, 1999, p. 48).

O bairro de São Matheus teve uma grande importância na história dos bondes da cidade de Juiz de Fora, pois estes eram construídos na oficina da Rua Monsenhor Gustavo Freire. Em 1880 foi assinado o contrato com o Governo provincial para a construção de uma linha férrea, com tração animal, puxados pelos burros, denominada de Companhia Ferrocarril de Bondes Juiz de Fora. Os responsáveis pela solicitação foram os Srs. Felix Schmidt e Eduardo Batista Roquete Franco. As linhas seguiam do Alto dos Passos até a estação, e da rua Espírito Santo até o bairro Mariano Procópio²⁹.

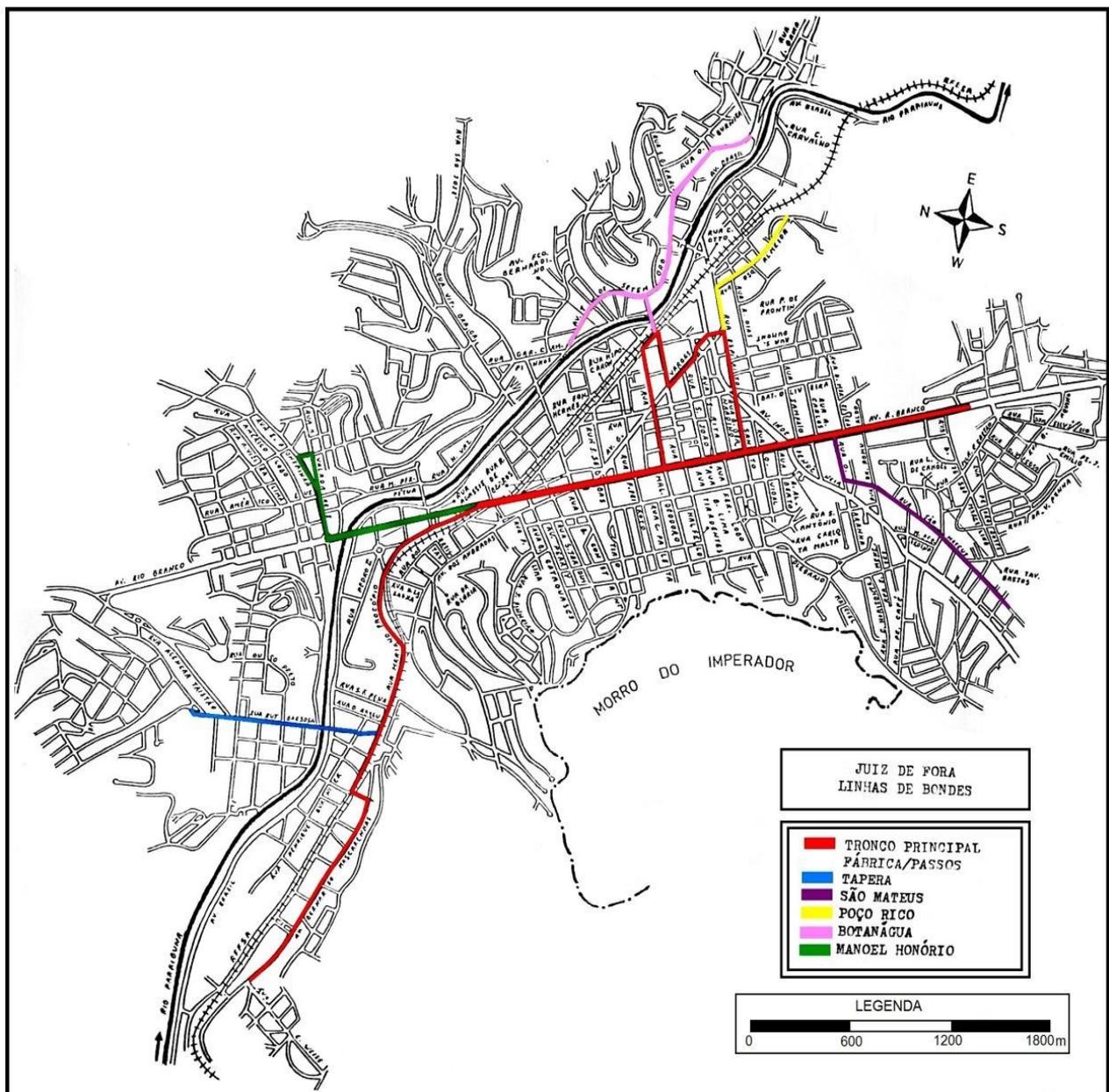
Segundo Barros (2008), em 1905, a Companhia Mineira de Eletricidade iniciou seus trabalhos, explorando os carris urbanos e substituindo os bondes puxados pelos burros. Em 1906 foram inaugurados os bondes elétricos. Miranda (1990) destaca que os mesmos não acompanharam o crescimento urbano, de forma que surgiram meios alternativos como carroças, bicicletas e o auto-ônibus. O município também deixava muito a desejar em relação à manutenção das vias para algumas localidades. Outros problemas eram relacionados à falta e demora de bondes, superlotação e tarifas. Também aconteciam alguns desastres por problemas técnicos que interferiam o cotidiano das pessoas. É mister destacar que algumas linhas eram mais bem cuidadas, como a do centro e do bairro São Matheus, devido ao alto número de populares e à pressão dos investidores e comerciantes das regiões (MIRANDA, 1990).

Os bondes elétricos, segundo Barros (2008), foram elementos importantes para o crescimento das cidades. Em Juiz de Fora, principalmente no bairro de São Matheus, que era considerado subúrbio, após os bondes e a expansão, a região se tornou um dos melhores locais da cidade. A rua do mesmo nome, onde também se localiza o Grupo Escolar de São Matheus, era uma das menos atrativas, pois era considerada com muito barulho. Segundo Barros, “depois do bonde – um bairro próspero, de belas moradias, que valorizou terrenos

²⁹ Vide Mapa 2 (p. 70).

baldios adjacentes, fazendo deles surgir uma centena de casas” (p. 186). Percebe-se, portanto, uma grande mudança com relação ao desenvolvimento e à expansão do bairro, tornando-se uma das regiões mais atrativas.

Apesar de grande parte do comércio e estabelecimentos industriais se localizarem no centro, houve indústrias que se fixaram em bairros como Poço Rico, Fábrica, Morro da Glória e Tapera; por isso, as linhas de bondes (Mapa 2) também atendiam essas localidades (BARROS, 2008). Nesses locais, além dos trabalhadores das fábricas, estavam também os grupos escolares Antonio Carlos, São Matheus, José Rangel e Delfim Moreira.



Mapa 2 – Linhas dos bondes

Fonte: MIRANDA (1990 apud BARBOSA, Y. A., 2013).

Refletirmos sobre o trajeto dos bondes é fundamental, pois ele está relacionado com as leituras das práticas sociais da cidade. De acordo com Darnton (1986, p. 4), “se pode ler um ritual ou uma cidade da mesma maneira, como se pode ler um conto popular ou um texto filosófico”.

É fundamental destacar que a partir de 1914 encontramos nos periódicos reportagens, notícias ou notas sobre o quão importante e necessário era para aquela região de São Matheus um grupo escolar. É necessário destacar que muitas das matérias não possuíam assinatura ou continham apenas as iniciais dos nomes dos autores.

Fala-se com insistência, na cidade que o governo do Estado talvez mande brevemente estabeleça um Grupo Escolar no pitoresco bairro de São Matheus, a exemplo quase da Mariano Procópio. Não sei que procedência possa ter semelhante notícia, se ella é verdadeira ou se não passa de um simples boato sem fundamento. O que sei é que, na realidade veria o governo crear o grupo em questão. Apesar de termos numerosos estabelecimentos de instrução pública primária, não se pode ainda dizer que o ensino esteja perfeitamente disseminado em Juiz de Fóra. Bairros há, e populosos que não tem escolas de espécie alguma. Do que servem dois, ou três, ou quatro grupos estabelecidos no centro da cidade, se pelos arrebalde falta completa de instrução? Não seria melhor e mais proveitoso espalhar equitativamente os estabelecimentos existentes por toda a terra? Não seria esse o ideal a atingir? Parece que sim. É dessa maneira, a possibilidade ad criação de um grupo escolar em São Matheus não pode ser coisa de espantar. O governo se isso fizer, terá procedido rigorosamente dentro de uma orientação naturalíssima, perfeitamente lógica. Enquanto persistirem em collocar escolas e grupos apenas no centro da cidade, o problema do ensino ficará por resolver. Gasta-se muito dinheiro, perde-se muito tempo e todo permanecerá na mesma situação pouco há de melhorar. Que a notícia, portanto tenha seu fundamento; que o grupo escolar de São Matheus seja, dentro em pouco, uma realidade-tal esperança daqueles que desejam ver a instrução nessa terra, proveitosamente proporcionada ao povo.

G. de A.³⁰

Em muitas das notícias, como vimos acima, os articulistas elucidam que a maioria das instituições de ensino está localizada no centro da cidade e que a instrução pública deixa muito a desejar nas regiões periféricas, como o bairro São Matheus.

Entre os defensores da criação do grupo escolar no bairro São Matheus, estava o político Antônio Carlos Ribeiro de Andrada³¹. Candiá (2007) afirma que o seu papel foi

³⁰ O Pharol, 03/07/1914, nº 155, p. 1, Col. 5 - Pouca Prosa.

importante para a aprovação do projeto de criação do referido grupo, já que o mesmo intercedeu positivamente através de um ofício juntamente com o engenheiro Clorindo Burnier encaminhado à Secretaria do Interior, expondo o quanto era importante para aquela região um Grupo Escolar.

No entanto, é fundamental destacar, como Candiá (2007) revela em seu trabalho, que Estevam de Oliveira publicou no jornal *Correio de Minas* artigos nos quais acusava o Antônio Carlos de criar o grupo de Mariano Procópio, em 1909, com a intenção apenas de angariar votos para as eleições federais. Por esse ponto de vista, podemos pensar a mobilização do político em 1917 com a intenção não somente de auxiliar os moradores da região de São Matheus, mas também em busca de prestígio político.

O professor Pelino Cyrillo de Oliveira³² é outro nome em destaque quando se refere ao Grupo Escolar de São Matheus. Em 1915, realizou um recenseamento na região de Botanágua e São Matheus, visando a catalogar o número de crianças em idade escolar existente nessas regiões. Segundo os dados³³ colhidos por este professor, a primeira localidade possuía cerca de 250 crianças em idade escolar e a segunda, aproximadamente, 340 crianças. Diante disso, Pelino defende que seria mais viável a construção de um grupo em São Matheus, já que não possuía nenhuma escola, ao contrário do Botanágua, que além de possuir uma escola noturna, havia também um número menor de crianças em idade escolar. O professor elucida ser um dos bairros mais importantes da cidade e com crescimento considerável, e ainda anexa um quadro explicitando o número de meninas e meninos no bairro de São Matheus em idade escolar:

³¹ Antônio Carlos Ribeiro de Andrada nasceu em Barbacena em 1870. Era advogado e político, atuando como prefeito de Belo Horizonte, senador e presidente do estado. Em Juiz de Fora atuou como vereador, professor e também como colaborador e proprietário do Jornal do Comércio, fundando também o Diário Mercantil.

³² Pelino Cyrillo de Oliveira foi professor dos primeiros Grupos Escolares de Juiz de Fora e, posteriormente, diretor do Grupo Escolar de São Matheus.

³³ Correspondência enviada à Secretaria do Estado de Minas, SD, pelo Sr. *Pelino Cyrillo de Oliveira*. - SI 3943 - Papeis Findos, Arquivo Público Mineiro (APM).

Quadro 3 – Recenseamento do número de crianças em idade escolar

Idade	Sexo Feminino	Sexo Masculino
7	32	19
8	26	23
9	26	19
10	17	25
11	21	27
12	24	21
13	15	14
14	15	16
Total	176	164

Fonte: Correspondência enviada a Secretariado Estado de Minas, SD, pelo Sr. *Pelino Cyrillo de Oliveira*.

- SI 3943 - Papeis Findos, Arquivo Público Mineiro (APM).

O interesse de Pelino Cyrillo pela construção do grupo escolar em São Matheus não era motivado somente pela necessidade de construção de mais uma escola na região, devido ao grande número de crianças em idade escolar, como apontou as estatísticas por ele levantadas. Havia também o interesse em assumir a direção do grupo em questão. Em diferentes correspondências enviadas ao Secretário do Interior, o professor revela o interesse de assumir a direção do grupo que seria criado.

[...] O Sr Pelino Oliveira e Isabel Bastos fazem a seguinte proposta:

Construir o governo o prédio para grupo em São Matheus, orçado em 11:000\$00, pagando a importância que teria de pagar pela construção de um prédio para escolas naquele bairro, orçado em 8:500\$, entrando eles com a diferença, ou seja 2:500\$ descontando em seus vencimento, em prestações mensais de 100\$000, no caso de serem nomeados: O primeiro diretor do grupo e D. Isabel –professora. Propõe também pagar o mobiliário necessário ao grupo, por meio de descontos de 10% em seus vencimentos.³⁴

Pelino Cyrillo de Oliveira era, à época, professor dos grupos centrais dirigidos por José Rangel, juntamente com Isabel Bastos³⁵. Ambos colocaram-se a disposição do Secretário do Interior para que a criação do Grupo Escolar de São Matheus fosse efetivada, dentro do

³⁴ Correspondência enviada à Secretaria do Estado de Minas, SD, pelo Sr. *Pelino Cyrillo de Oliveira e Isabel Bastos*. - SI 3943 - Papeis Findos, Arquivo Público Mineiro (APM).

³⁵ Isabel Bastos nasceu em Volta Grande, município de Além Paraíba - MG. Era filha de Boaventura Xavier Bastos e Joana Maria de Costa Bastos. Em 1907 foi nomeada professora do primeiro Grupo Escolar de Juiz de Fora e em 1908 casou-se com Pelino de Oliveira. Faleceu em 10 de agosto de 1930.

orçamento previamente estipulado pela Secretaria do Interior. Para isso, concordaram em retirar de seus vencimentos o gasto extra com a criação do grupo, mediante garantia de que a direção da instituição fosse dada a Pelino e que Isabel fosse nomeada uma das professoras. Percebe-se que a criação do grupo atendia não só aos interesses da população, mas a outros de natureza particular. Dessa forma, é fundamental nos questionarmos: o que o motivou esse interesse pela direção? Oliveira, em correspondências enviadas à Secretaria do Interior, faz uma série de acusações a José Rangel, revelando que durante muito tempo o então diretor tem feito duras perseguições a ele, como vemos abaixo:

Exmo. Américo Lopes

[...] é esperado aqui com ansiedade o decreto da criação do grupo escolar de São Matheus, de que espero ser o diretor, conforme promessa nesse sentido. Com a criação do grupo resolve-se a situação especialmente em que me vejo há longo tempo, em virtude da perseguição odiosa do 1º diretor do grupo escolar desta cidade, beneficiando -se, além disso, uma população ordeira e progressista, qual seja a do bairro de São Matheus [...]. Pelino Cyrillo de Oliveira³⁶

3.1 A IMPRENSA E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA O GRUPO ESCOLAR DE SÃO MATHEUS

A criação e consolidação do grupo escolar de São Matheus foi alvo de intensos debates nos periódicos de Juiz de Fora. Dessa forma, para este capítulo se faz necessária uma discussão mais ampla sobre a imprensa no país e seus desdobramentos para a cidade em questão, já que os jornais possuem um papel de destaque no trabalho aqui apresentado e têm contribuído amplamente nas pesquisas de história da educação, “dando-lhe contornos e vitalidade há pouco não observados. Há que se ressaltar ainda a potencialidade que tal modalidade de fonte revela para os estudos histórico-educacionais de caráter regional e local” (ARAÚJO, 2002, p. 59).

A imprensa no Brasil surge apenas em 1808, com a chegada da corte brasileira e a instalação da tipografia da Imprensa Régia. Entretanto, é fundamental destacar que a “imprensa periódica ou não, surgiu e consolidou sob determinadas condições e características,

³⁶ Correspondência enviada ao Sr. Américo Lopes, em 28/09/1916, pelo Sr. Pelino Cyrillo de Oliveira - SI 3943 - Papeis Findos, Arquivo Público Mineiro (APM).

que não eram evidentemente de uma democracia moderna, de sociedades industriais ou de culturas de massas.” (MOREAL, 2008, p. 28).

Dessa forma, entendemos que a imprensa é, muitas vezes, o reflexo de como os homens interpretam os fatos sociais:

tomar um dado jornal como fonte histórico-educacional implica ampliar os horizontes para além educação escolar ou da instituição escolar. Estas não se constituem desvinculadas da sociedade na qual se insere. Como vivemos numa sociedade de classes, não se pode deixar de indagar a respeito dos interesses representados por um dado jornal, ou seja, dos que o representam, ou que nele façam circular suas posições. (ARAÚJO, 2002, p. 61).

Segundo Barbosa (1995), alguns princípios determinam os fatos que possivelmente serão notícia, visto que os veículos de comunicação, na maioria das vezes, possuem interesses econômicos e políticos. O jornal (que é o nosso principal foco), a partir da sua linha editorial, muitas vezes é pressionado a complementar, substituir ou opinar sobre determinados assuntos. Ao articular informações, promove uma recomposição do momento vivido, e ao ser impresso como documento “se transforma num construtor da memória presente ao ser usado pela história futura” (p. 86).

No caso de Juiz de Fora, Musse (2008) aponta que o surgimento da imprensa está fortemente ligado à concretização do núcleo urbano na segunda metade do século XIX e no início XX. A autora ainda destaca que os relatos nas publicações revelam nitidamente “a presença de um ideal de construção do lugar. Observa-se o tom ufanista quando se trata de falar das possibilidades da cidade. Juiz de Fora não era mais apenas uma nova fronteira, mas um “Eldorado” que acenava com possibilidades para todos” (MUSSE, 2007, p. 3). Nesse sentido, o periódico é um documento fundamental para compreender o que estava acontecendo naquele momento, tanto na cidade quanto nas instituições educacionais.

No contato direto com jornais é imprescindível ficarmos atentos. Em alguns aspectos devemos levar em conta o tipo do papel, o formato do jornal, o número de páginas, as colunas, a distribuição dos conteúdos e a disposição das imagens e notícias. Os jornais são ferramentas importantes para a sociedade, formam e regulam a opinião pública no que tange a vários assuntos distintos. Conforme vimos ao longo dos estudos, eles não são neutros, nem imparciais. Sobre o significado de trabalhar com imprensa, em consonância com Máximo e Gonçalves Neto (2001, p. 4):

Pesquisar a imprensa permite descortinar características singulares do campo educacional, mostrando as relações estabelecidas por seres humanos numa determinada época, tanto no âmbito nacional, como ainda no regional e local. Desse modo, possibilita recuperar aspectos pouco considerados pela História da Educação Brasileira, pois através de iniciativas desse teor, busca-se preencher algumas lacunas deixadas pelas pesquisas macro-estruturais e, ainda, trazem para o cenário histórico agentes sociais antes desconhecidos, passando a valorizar o seu saber e sua vivência.

A reflexão do que representa trabalhar com os jornais em Juiz de Fora é apresentada por Yazbeck e Silva (2007). As autoras elucidam que a imprensa tem um papel fundamental na cultura da cidade desde 1881. No final do século XIX circulavam aproximadamente 100 periódicos, atuando diariamente como ferramenta formadora de opinião pública. Era um dos meios mais importantes de comunicação, já que era acessível a diferentes camadas da sociedade.

Dessa forma, como mencionado anteriormente, destacaremos aqui os jornais³⁷ que trabalhamos ao longo do estudo e com mais ênfase neste capítulo.

O *Jornal do Commercio* foi fundado em 20 de dezembro de 1896 por Vicente de Leon Annibal, um jovem que gostava de jornalismo e era proprietário da empresa Annibal e Companhia. Ele circulava nas cidades de Juiz de Fora, Rio de Janeiro e outras cidades mineiras, media cerca de 56 cm de altura e 38 cm de largura. O seu principal assunto sempre foi o comércio da região; contudo, teve várias etapas. Publicava notícias sobre economia, política, literatura e educação. Leon Annibal foi proprietário do jornal até 31/05/1887, quando vendeu para Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, que, como temos tratado, atuou em diversos segmentos na cidade de Juiz de Fora: iniciou sua carreira como político e atuou como advogado, jornalista e professor. Tinha muitas habilidades como articulador político; era atuante nos jornais e escrevia quase diariamente sobre economia, buscando sempre defender as classes produtoras, sobretudo os cafeicultores. Antonio Carlos ficou à frente do jornal até 1902, quando transferiu a redação para João Penido Filho e, em 1911, quando foi eleito deputado federal, mudou-se para o Rio de Janeiro e passou a propriedade do jornal para o político Francisco Campos Valladares.

Atuaram ativamente nesses jornais como redatores e colaboradores nomes como: Joaquim da Costa Mesquita, Pedro G. de Oliveira, Vicente Jardim, Francisco Lins, José Rangel, Mário Magalhães, Augusto Franco, José Maria dos Santos, Albino Esteves, J. Paixão Silva Tavares, Raul Penido, Jarbas Levy Santos, Manoel de Carvalho, Edmundo Antunes,

³⁷ Vide na Biblioteca Murilo Mendes. Acesso em: 10 abr. 2016.

Robertson C. Pliske, entre outros. A redação do jornal se localizava na Rua Halfeld, nos números 15, 119, 130 e 607, e deixou de circular em 1939.

O Dia, que era um jornal republicano diário, fundado em 25 de dezembro de 1916, publicava notícias sobre política, comércio, indústria, educação, setor agropecuário, fatos sociais e anúncios no âmbito municipal, nacional e internacional. Media 56 cm de altura e 38 cm de largura, foi fundado pelo médico e proprietário Rubens Campos, que era ex-deputado estadual, prestigiado por ser ligado ao Partido Republicano Mineiro e coordenador do mesmo na cidade de Juiz de Fora – uma das pessoas de confiança do presidente Arthur Bernardes. Albino Esteves atuou como um dos principais chefes do jornal. Atuavam como colaboradores nomes como: Eduardo de Menezes, Eloy de Andrada, Luís de Oliveira, Edmundo Lys, Wady Jafett, entre outros. Paulino de Oliveira, além de ter sido tipógrafo, teve outras funções até 1917. O jornal localizava-se à Avenida Rio Branco, nº 2738, e encerrou as atividades em 31 de maio de 1927.

O Diário Mercantil surgiu em 23 de dezembro de 1912. Era um órgão do Partido Republicano que se destinava principalmente a defender os diversos interesses das classes produtoras do Brasil (lavoura, comércio e indústria). Tinha aproximadamente 60 cm de altura e 46 cm de largura. Era de propriedade dos seus fundadores João Penido Filho e Antônio Carlos de Andrada, que eram representantes do Partido Republicano Mineiro. O jornal passou por fases diferentes até 1917; João Penido era diretor político do jornal, e a partir dessa data uma crise abalou a imprensa e o periódico foi arrendado pela empresa “A Transoceânica”, responsável por viagens e excursões. Desde então, o presidente da empresa, Dr. Alcíbiades Delamare Nogueira da Gama, assumiu a direção geral do jornal. Em 1931 ele foi incorporado aos *Diários Associados*, que era uma organização maior da imprensa. Durante a sua existência, em sua redação passaram, enquanto jornalistas, diretores ou colaboradores, nomes como: Antonio Tito de Carvalho, Francisco Augusto Pinto Moura, Mário Matos, José Constabile, Paulino de Oliveira, Eloy Ribeiro, Lage Filho, Jarbas de Levy Santos, Sinval Americano, Renato Dias Filho, Nello Gervason, José Constantino Couri, Jorge Couri, Décio Delamare Cataldi de Souza, Vanderly Pinheiro Alvarenga, Robertson Plishche, Arides Braga, Mário Helênio de Levy Santos, Almir de Oliveira, Irven Cavaliere, Lindolfo Gomes, entre outros. Em 29 de novembro de 1983, a empresa *Diários Associados* anunciou o fechamento dos jornais “*Diário Mercantil*” e “*Diário da Tarde*”, momento em que o Grupo Solar de Comunicação, proprietário do jornal *Tribuna de Minas*, adquiriu as máquinas, objetivando a ampliação do seu jornal. Em 1980 o *Diário Mercantil* voltou a circular em Juiz de Fora. Localizava-se na Av. Rio Branco, onde ocupou diferentes espaços, e em seguida foi para a

Rua Osvaldo Cruz, também em Juiz de Fora. Em 1991, não se sabe ao certo a data, o jornal deixou de circular.

*O Pharol*³⁸ foi fundado em 11 de setembro de 1866, em Paraíba do Sul - RJ, por Thomaz Cameron, onde circulou até 1867. Durante alguns anos posteriores a gráfica do *Pharol* imprimiu alguns estatutos e anúncios importantes, que circulavam em Juiz de Fora. O proprietário Thomaz Cameron publicava também expedientes da Câmara Municipal, notícias políticas, fatos do cotidiano da cidade de Juiz de Fora relacionados a questões sociais e urbanísticas, além de anúncios comerciais e notícias de diferentes lugares. Media 65 cm de altura e 49 cm de largura. É um dos periódicos mais antigos no estado e circulou durante 73 anos. Encerrou-se em 1939. Nomes importantes como Leopoldo Augusto de Miranda, George Charles Dupin, Lindolpho de Assis, José Braga, Alfredo Ferreira Lage, Diogo Luiz Almeida Pereira de Vasconcelos, Bernardo Aroeira, Francisco Bernadino Rodrigues Silva, Olavo Billac, Lindolpho Gomes, Albino Esteves, passaram como colaboradores, durante toda a sua existência.

Os jornais analisados são bem diferentes dos atuais, não apresentando a mesma organização que conhecemos. Eles publicavam artigos que faziam alusão a vários tipos de assuntos e informações como, por exemplo, situações corriqueiras do cotidiano, festas, problemas organizacionais, propagandas de profissionais e medicamentos, posicionamentos políticos e questões maiores sobre o progresso urbano e do país. Os periódicos analisados tinham aproximadamente quatro páginas e em suas últimas publicavam anúncios comerciais de vários tipos.

Sobre a escolarização, vemos debates sobre a criação de instituições, notícias sobre consolidação de escolas, questões relacionadas a uniformização dos alunos, horário de exames, licença de professor, festas escolares entre muitas outras. Sobre a relevância do papel da imprensa em Juiz de Fora, em acordo com Yazbeck e Silva (2007, p. 148), destacamos:

a importância da imprensa para a cultura da cidade se dá pelo fato da possibilidade de manifestação e veículo de ideias, que atua como instrumento de formação da opinião pública e como expressão do nível cultural e das indagações sócio políticas da cidade. Além disso, abre espaços à comunidade como um agente de denúncia pública, indicando fatos que traziam escândalo e repúdio e reivindicações para melhoria da infra-estrutura e da qualidade de vida da cidade.

³⁸ Vide Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 abr. 2016.

3.2 FALAM-NOS OS MORADORES DE JUIZ DE FORA: ABAIXO-ASSINADOS EM PROL DA CRIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR DE SÃO MATHEUS

Apesar dos diferentes interesses que envolveram a criação do Grupo Escolar de São Matheus, é fundamental destacar o apoio da população a favor de sua criação. O apoio foi demonstrado por meio de ações concretas como a doação de materiais para a edificação do prédio – “O major Solano Braga dará 100 carros de pedras para a construção do edificio escolar, doando também o Sr. Mário Pacheco 10000 tijolos”³⁹ – e por meio de abaixo-assinados como o destacado abaixo, enviado à Secretaria do Interior, por Pelino Cyrillo.

Os moradores a rua de São Matheus , abaixo assignados vêm solicitar a V. Exc. A criação de um grupo escolar alli, onde se elevam a algumas centenas de creanças em idade escolar, muitas das quaes ainda analphabetas, por falta de casas de instrucção no bairro referido. A necessidade da existência do grupo escolar solicitado que é aspiração antiga dos juiz –forenses, tem sido posta e em evidencia por varias vezes achando-se nessa secretaria as estatísticas levantadas em épocas diversas, não só por particulares como pelos funcionarios do governo estadual, todas ellas garantidoras do perfeito funcionamento do grupo em questão. Já as escolas isoladas não resolveriam o problema, visto ser muito avultado o número de crianças e já que a população local acostumada com o ensino de grupo, incontestavelmente de resultados, mais positivos, quando se encontra este bem organizado. Empenhando em diffundir o mais possível o ensino primário, espero os abaixo assignado V. Ex. torne realidade o seu ardente e louvável desejo, embora com algum sacrificio, justificado pelas vantagens que delle resultaram para o engradecimento da Terra Mineira. Os grupos escolares de Viçosa, Curvello, creados recentemente a junta-se o de São Matheus, e assim terá V. Exc. prestado relevante serviço à causa patriótica do combate ao analphabetismo contemporâneo.⁴⁰

Os documentos supracitados eram organizados tanto por Pelino de Oliveira quanto por parte da população daquela região. Podemos constatar que assinavam cerca de 100 a 150 pessoas, entre homens e mulheres. A maioria dos documentos apontava que o bairro não possuía escola e que as crianças percorriam um longo trajeto para poderem estudar nos Grupos Centrais. Revelavam ainda que a população almejava principalmente o Grupo Escolar

³⁹ Correspondência enviada ao Sr. Américo Lopes, em 28/09/1916, pelo Sr. *Pelino Cyrillo de Oliveira* - SI 3943 - Papeis Findos, Arquivo Público Mineiro (APM).

⁴⁰ Correspondência enviada à Secretaria do Estado de Minas, em 08/06/1916, pelos moradores do bairro de São Matheus - SI 3943 - Papeis Findos, Arquivo Público Mineiro (APM).

e não uma escola isolada, já que as Escolas Graduadas representavam na cidade um grande prestígio e inovação, como destacado a seguir:

Os moradores a rua de São Matheus, abaixo assinados vem solicitar a vossa excelência a criação do grupo escolar ali, onde se elevam algumas centenas as crianças em idade escolar, muitas das quais analfabetas, por falta de casas de instrução no bairro referido.

[...] Já as escolas isoladas não resolveriam o problema, visto ser muito avultado o número de crianças e já a população local acostumado com o ensino do grupo.

Empenhando o mais possível o ensino primário, esperam os abaixo assinados eu vossa excelência torne realidade...⁴¹

Podemos perceber que os abaixo-assinados são usados como mecanismos para algumas solicitações populares, e “nesse tipo de manuscritos os sujeitos que o assinam captam, reúnem e firmam opiniões e posições” (GONDRA; LEMOS, 2004, p. 12). São documentos importantes para compreendermos os argumentos utilizados pela população em prol da construção da instituição.

Tais documentos de manifestações também são localizados em periódicos da cidade como o *Jornal do Commercio*, que nos permite refletir sobre a influência dos moradores daquela região na criação do grupo escolar de São Matheus. A mesma manifestação também foi enviada à Secretaria do Estado de Minas Gerais, com as mesmas expressões, sobretudo com assinatura dos moradores⁴². A notícia abaixo representa a aspiração dos habitantes daquela localidade: o Grupo Escolar era compreendido pela sociedade como um melhoramento e até mesmo como um possível progresso.

[...] Moradores á rua de S. Matheus, onde se torna necessário a criação de um grupo escolar, vimos solicitar seu valioso auxilio perante o governo do Estado no sentido de ser o referido bairro dotado, sem mais delonga, desse melhoramento, reclamando pelo seu rescente progresso.

Existem na cidade, três grupos escolares, os quais, entretanto, não satisfazem às necessidades da perfeita diffusão do ensino primario collocados como se acham dois delles no centro, ao passo que o nosso bairro, por exemplo, não

⁴¹ Correspondência enviada à Secretaria do Estado de Minas, em 11/06/1916, pelos moradores do bairro de São Matheus - SI 3943 - Papeis Findos, Arquivo Público Mineiro (APM).

⁴² Correspondência enviada à Secretaria do Estado de Minas, em 15/08/1916, pelos moradores do bairro de São Matheus - SI 3943 - Papeis Findos, Arquivo Público Mineiro (APM).

possue se quer escolas isoladas, quando é avultadíssima a sua população escolar, podendo manter em grau de prosperidade o grupo a ser creado.⁴³

Com base em Chartier (1990) podemos perceber que os abaixo-assinados são representações do mundo social, sempre apontadas para interesses do conjunto de pessoas que as tecem – não são em nenhum momento discursos imparciais. São lutas importantes para a compreensão de projetos sociais e o funcionamento da sociedade, “são mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”. (CHARTIER, 1990, p. 17). Por mais interessante que possa ser a análise dos abaixo-assinados, é fundamental os colocarmos junto a outros testemunhos dos momentos e buscarmos entendê-lo dentro de um complexo campo de forças. Ainda assim corremos o risco de não irmos além das palavras impressas no papel, de perdermos os movimentos, debates e disputas que essas palavras nos apontam.

Podemos compreender as ações coletivas dos moradores do Bairro São Matheus com base nos estudos de Souza (2012), que entende que a organização de movimentos se inicia pela ausência de políticas sociais, já que o Estado tem nos revelado, ao longo da história, que tais políticas se subordinam aos interesses econômicos e políticos da burguesia. Em síntese, podemos expor que:

os movimentos sociais representam a necessidade de uma ação coletiva, em que está em jogo não só a subversão da ordem, mas também a disputa pela hegemonia na sociedade. E nos ensinam as mais importantes lições de democracia, pois sempre que se manifestam politicamente nos levam a refletir acerca da constante necessidade de luta e emancipação humana, ou seja, cada passo dos movimentos sociais nos remetem a uma reflexão mais intensa do que diversas tentativas de explicações teóricas. (SOUZA, 2012, p. 2).

Devemos compreender que tais “movimentos sociais precisam ser compreendidos como representantes históricos de seu tempo” (SOUZA, 2012, p. 3). Diante disso, podemos tecer algumas análises e reflexões iniciais de movimentos criados, ainda no século XX, que foram de suma importância para a instrução pública em Juiz de Fora naquele momento, como a criação do Grupo Escolar de São Matheus.

Em conformidade com Gohn (2006), percebemos que os movimentos são vistos como ações de sujeitos na história. Abrangem de certa forma um fazer por meio de um conjunto de artifícios; são ações sociopolíticas edificadas por atores sociais coletivos pertencentes a

⁴³ Jornal do Commercio, 15/08/1916, nº 8049, p. 1 - Grupo Escolar de São Matheus.

distintas classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. Os movimentos provocam várias inovações nas esferas tanto públicas quanto privadas, participam da luta política de um país, de uma cidade ou até mesmo de um bairro. Contribuem de forma ampla para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. A autora elucida que as práticas de um movimento social se compõem de ações diretas e discursos, podendo ter práticas formais como reuniões públicas, petições, congressos, abaixo-assinados, entre outros, além de práticas informais como acampamentos, teatro, encenação, passeata etc.

A participação popular é um tema que merece ser estudado mais afincado, e podemos perceber a concretização da cidadania também através dessas manifestações. Em consonância com Eduardo Silva (1988), acreditamos que as diversas queixas permitem analisar aspectos das ações, mas também a omissão da população. Nessa perspectiva, “as queixas permitem inferir, de um lado, o nível de vida e, de outro, o grau de consciência das classes populares no tocante aos direitos a cidadania” (p. 145).

Percebe-se que as notícias nos jornais por melhoramentos, tanto urbanos quanto educacionais, captam os desejos de uma parte da população que, na maioria das vezes, é esquecida no cotidiano. Dessa forma, podemos considerar que representam parte da cidadania.

Observamos também notícias em contrapartida à criação do grupo escolar. Lindolfo Gomes⁴⁴ (inspetor regional), por exemplo, em resposta a um parecer destinado ao Secretário do Interior, de 20 de novembro de 1916, informa que conviria ao Estado criar duas escolas singulares em cada bairro (São Matheus e Botanágua) capazes de serem aumentados os números de salas caso fosse necessário, no lugar dos grupos escolares. As crianças em idade escolar desses bairros já recebiam instrução nos grupos escolares das regiões, nas casas paroquiais, e outras, ainda, em institutos particulares. Sendo assim, não haveria número suficiente de crianças para que fosse criado, na região, um grupo escolar⁴⁵.

O Jornal *O Dia*, de janeiro de 1917, publicou um encarte especial dando destaque às entrevistas respondidas por diferentes atores, favoráveis ou não, sobre a criação do grupo de

⁴⁴ Lindolfo Gomes nasceu em Guaratinguetá - SP. Filho de Antonio Silva Gomes e Paulina Bacelar Gomes, casou-se com Antonia Moreira Gomes. Mudou-se para Juiz de Fora aos 19 anos, foi membro fundador da Academia Mineira de Letras, atuou como poeta, inspetor de ensino e jornalista nos jornais: O Pharol, Jornal do Commercio, Diário do Povo e Diário Mercantil. Faleceu em 1953.

⁴⁵ Correspondência enviada ao Sr. Américo Lopes, em 20/11/1916, pelo Sr. Lindolfo Gomes - SI 3943 - Papeis Findos, Arquivo Público Mineiro (APM).

São Matheus. Dentre eles, destacam-se: Raymundo Tavares (inspetor regional), Machado Sobrinho (Diretor do Colégio Lucindo Filho), Oswaldo Veloso (professor e diretor da Escola Normal de Vera Cruz), Aurea Bicalho (diretora do Colégio Delfino Bicalho), José Rangel (diretor dos Grupos Centrais), Américo Luz (presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais). Posteriormente, tal encarte seria enviado aos responsáveis pela criação da referida instituição de ensino.

Dentre os atores favoráveis à criação do grupo destaca-se Oswaldo Veloso⁴⁶. O professor e diretor da Escola Normal de Vera Cruz ressalta que para estudar as crianças do bairro São Matheus e dos bairros vizinhos, caminhavam longas distâncias até os grupos centrais, que se localizavam no centro da cidade, distância bem significativa para crianças pequenas. Sobre isso, Oswaldo Veloso defende:

Penso que há muito tempo está esse bairro reclamando a criação de uma escola publica, grupo escolar ou escola mista, não tanto por causa do grande numero de creanças dessa rua mas, para poupar de longas e diárias caminhadas para os grupos centraes ás creanças pobres das zonas suburbanas circunvizinha.⁴⁷

Machado Sobrinho⁴⁸, assim como Oswaldo Veloso, pondera a favor da criação do grupo. Revela em seu discurso como tal estabelecimento é fundamental para aquela comunidade e não vê a frequência como empecilho para sua construção no bairro, já que o mesmo se desenvolve admiravelmente. Para ele, o ensino primário é fundamental para a formação do cidadão e os grupos escolares serão futuramente vistos, para pobres ou ricos, como uma “orientação segura do ensino ministrado”. Quando questionado sobre onde existem mais crianças, se em São Matheus ou no Mariano Procópio, responde claramente apresentando alguns dados ditos por ele como oficiais que o número de crianças em São Matheus é 388, enquanto no Mariano as crianças somam 320 em idade escolar entre 6 e 10 anos. O diretor do Colégio Lucindo Filho destaca que o desenvolvimento da instrução é necessário e que os Grupos Escolares estão trazendo grandes benefícios à cidade de Juiz de Fora. Segundo ele,

⁴⁶ Oswaldo Veloso era natural de Juiz de Fora e foi casado com Ernestina de Faria Veloso. Era professor de Juiz de Fora, atuou como diretor da Escola Normal Vera Cruz e depois do Instituto de Educação Estadual. Faleceu em 1964.

⁴⁷ As Entrevistas do O DIA, sobre o Grupo Escolar de S. Matheus. Juiz de Fora: Typ. Americana, 1918, p.11. Acervo da Biblioteca Municipal de Juiz de Fora, p.9 e 10. Organizado pelo jornal O DIA. (Livreto).

⁴⁸ Antônio Vieira de Araújo Machado Sobrinho nasceu em Vassouras - RJ, em 1872. Atuou como jornalista e professor em Juiz de Fora.

Sob o ponto de vista com que encaro o desenvolvimento da instrução publica primaria, como ponto de partida para a grandeza intellectual das unidades da Federação Brasileira, não acho que a criação de um grupo escolar no bairro de São Matheus consulte apenas aos interesses da respectiva população. Vou mais longe: acredito que a fundação desse tão desejado instituto de ensino primário interessa a toda a população de Juiz de Fóra, provado como está que o ensino dado nos grupos [...] tem prestado optimos serviços á magna causa do ensino popular nesta cidade, combatendo efficazmente a praga do analfabetismo.

Digo mesmo que deveríamos ter menos escolas primarias particulares e muito mais grupos escolares, pois estes estão prestando inestimáveis beneficios à moralização, methodologia, laicização e o cimentamento do bom ensino primário [...] O ensino primário particular em Juiz de Fóra, salva as raras excepções que sempre há, é balburdioso, desunido, sem gradação pedagogica. Está mesmo a reclamar um codigo prohibitivo... É lamentável; mas é facto.⁴⁹

José Rangel⁵⁰, diretor dos grupos centrais da cidade, se posiciona contra a criação do grupo escolar em São Matheus, sendo favorável à criação de escolas reunidas no bairro.

Acho que, de momento, a criação de duas escolas, reunidas em um mesmo predio, satisfaz ás necessidades do ensino primario na rua de S. Matheus. É esse aliás, o pensamento do governo, que nesse sentido, já iniciou as providencias para a construcção do prédio escolar, o qual será disposto de fôrma a se apropriar, quando possível, á installação de um grupo.⁵¹

Em seu discurso, desconfiava das estatísticas apresentadas no recenseamento escolar do bairro de São Matheus. Para o diretor dos grupos centrais, se os números apresentados por tais estatísticas fossem superior a 100 ou 120 crianças em idade escolar no bairro São Matheus, haveria de ser intencional esse resultado, ou seja, a estatística foi feita com o cunho de favorecer a criação do grupo. Quando indagado sobre a quantidade de crianças existentes no bairro Mariano Procópio e em São Matheus, responde que a do primeiro é bem maior, já que tem uma grande extensão e número abundante de prédios, desconsiderando assim o recenseamento feito por Machado Sobrinho.

⁴⁹ As Entrevistas do O DIA, sobre o Grupo Escolar de S. Matheus. Juiz de Fora: Typ. Americana, 1918, p.11. Acervo da Biblioteca Municipal de Juiz de Fora, p. 11 e 12. (Livreto).

⁵⁰ José Rangel nasceu em Pitangui - MG. Filho de Antonio da Costa Rangel e Balbina Cândido Rangel, era casado com Zilda Figueiredo Rangel. Atuou como farmacêutico, escritor, professor, redator no jornal do Commercio e colaborador no jornal O Pharol. Foi um dos fundadores da Academia Mineira de Letras, em 1909, e foi o primeiro diretor dos Grupos Escolares de Juiz de Fora. Faleceu em 1940.

⁵¹ As Entrevistas do O DIA, sobre o Grupo Escolar de S. Matheus. Juiz de Fora: Typ. Americana, 1918, p.11. Acervo da Biblioteca Municipal de Juiz de Fora, p. 16. (Livreto).

José Rangel, ao fim da entrevista, enfatiza uma preocupação com as dificuldades que a Secretaria do Interior enfrentaria para a construção dos grupos escolares em Botánágua e São Matheus. Sua posição era em favor da criação do grupo escolar de Botánágua, pois para ele o bairro necessitava mais de uma escola do que o de São Matheus, já que era visto por ele como mais populoso. Rangel, ainda sobre a construção do Grupo Escolar de São Matheus, expõe que a mesma poderia causar uma série de descontentamentos, e finaliza, dizendo:

Dotar um nucleo de população com o serviço completo, em detrimento e com preterição de outro, com egualdade de direitos e de condições, seria medida injusta e odiosa.

Oxalá possamos em breves dias ver o analfabetismo extinto entre nós! Procedamos, porém, com critério e segurança, a fim de evitarmos procedentes queixas e descontentamentos. Para o caso, a velha sabedoria de Salomão.⁵²

Sobre essa atitude e de acordo com Candiá (2007), a criação do Grupo Escolar de São Matheus faria com que grande parte dos alunos matriculados nos grupos centrais transferisse sua matrícula para o novo grupo, ocasionando, assim, um grande problema: a perda expressiva da frequência, o que poderia levar ao fechamento dos grupos dirigidos por José Rangel.

É fundamental elucidar que apesar das muitas discussões envolvendo tanto o Grupo Escolar de São Matheus quanto o Grupo Escolar de Botánágua, o que os jornais destacam é que apenas o primeiro foi consolidado naquele período. Contudo, o desejo pela instituição do grupo de Botánágua continuou sendo proclamado nos jornais, como veremos abaixo:

Aspiração justíssima é, sem dúvida, a dos moradores do bairro Botánágua, procurando dotar aquella parte da cidade com um grupo escolar. Os bairros de S. Matheus e de Mariano Prócopio, que talvez não sejam mais populosos do que o Botanagua, já possuem há muito tempo semelhante melhoramento. O governo do Estado certamente atenderá ao justo pedido que é endereçado. A população escolar do bairro Botanagua é grande, sendo que numerosas creanças dali não recebem instrução, devido as dificuldades do transito diário para o centro da cidade, onde se acham os estabelecimentos de ensino. A distancia é enorme para ser vencida diariamente pelos pequenos estudantes. Um grupo escolar no Botanagua é indispensável para q perfeita disseminação do ensino público em Juiz de Fora.⁵³

⁵² As Entrevistas do O DIA, sobre o Grupo Escolar de S. Matheus. Juiz de Fora: Typ. Americana, 1918, p.11. Acervo da Biblioteca Municipal de Juiz de Fora, p. 17 e 18. (Livreto).

⁵³ O Pharol, 29/08/1919, nº 202, p. 1, Col. 2 - Pouca Prosa.

As reivindicações que destacamos aqui são apontadas também por Souza (2009). Segundo a autora, essas iniciativas da população reivindicando a abertura de novas instituições ou até mesmo melhoramento na escola pública eram comuns também no estado de São Paulo. A população reivindicava através de abaixo-assinados, requerimentos, queixas na imprensa e outras solicitações. Percebemos, assim, que era um problema comum ao país, visto que a consolidação desses prédios não acompanhou de fato nem a expansão urbana, nem o aumento das escolas.

3.3 A CONSOLIDAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR DE SÃO MATHEUS

Ofícios do APM nos revelam que o terreno escolhido para a edificação do Grupo Escolar de São Matheus era uma verba disponibilizada pela Secretaria do Interior, cerca de 15:000\$000 (quinze contos de réis). Tal valor era consequência da venda de um terreno doado ao Estado pelos herdeiros do Barão de Cataguases e deveria ser destinado à instrução pública da cidade. Documentos assinados pelo Engenheiro do Estado expõem que o proprietário do terreno era o Sr. Cel. Josué Leite Ribeiro. O espaço era descrito como excelente e o Estado teria uma ótima e econômica construção na principal rua do bairro. Durante os anos de 1916 e 1917, antes mesmo do decreto de criação da instituição, podemos encontrar vários pedidos de orçamentos⁵⁴ de Pelino Cyrilo de Oliveira, José Rangel e o Engenheiro do Estado Clorindo Burnier no APM, realizados pela construtora Henrique Surerus & Irmãos. Juntamente com um deles estava a proposta de uma planta do novo Grupo Escolar da cidade, como apresentado abaixo:

⁵⁴ Carta à Secretaria do Interior. Orçamentos de Reformas em grupos escolares. JF. SI. 3943. Arquivo Público Mineiro. Data: 09 de outubro de 1916.

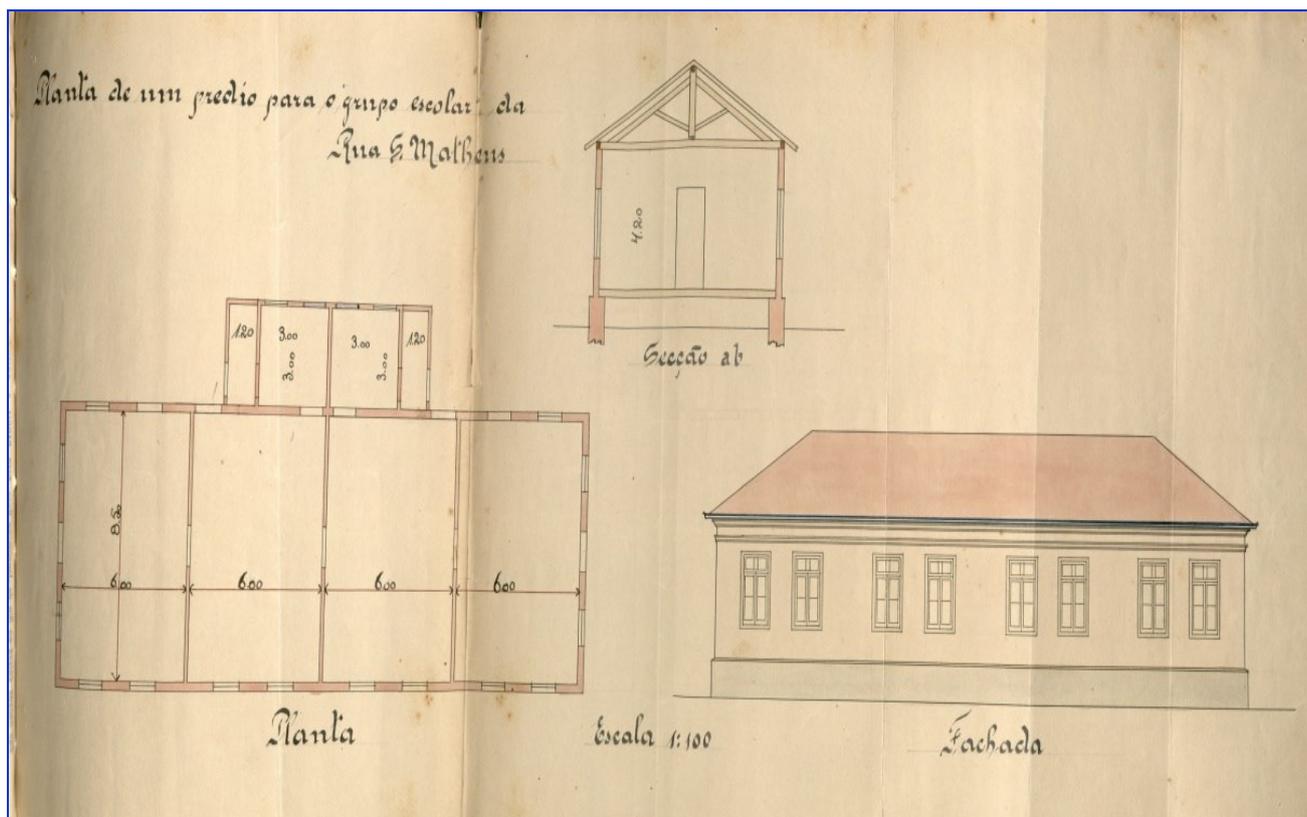


Figura 3 – Proposta da planta do Grupo Escolar de São Matheus

Fonte: SI-3943 - Papeis Findos - 09 de outubro de 1916

O Grupo Escolar de São Matheus, apesar dos intensos debates, foi criado a 7 de maio de 1917 pelo governador Delfim Moreira da Costa Ribeiro, com o auxílio da influência de Antônio Carlos de Andrade e de diversos políticos da cidade. No mesmo mês e ano o jornal *Diário Mercantil* informou que o Sr. Américo Lopes, Secretário do Interior do Estado, já tinha ordenado a construção do grupo escolar, na rua do mesmo nome. O periódico informou também que a importância do estabelecimento de ensino primário naquela região é indiscutível, já que tanto o bairro quanto aquela rua tinha uma grande população⁵⁵.

Em 19 de maio de 1917 iniciou-se a construção do edifício pelos Srs. Henrique Surerus & Irmãos, que fizeram a entrega do prédio ao Sr. José Procópio Teixeira, presidente da Câmara Municipal. O terreno que abrigava a construção era plano e localizava-se à Rua São Matheus, não se sabe precisamente em qual local da rua. Media em torno de 18x40 metros, totalizando 250 m². O edifício de construção sólida custou ao Governo do Estado a importância de 11:000\$000, tendo sido despendido mais 3:000\$000 com a compra do respectivo terreno e 2:486\$290 com a construção de muros divisórios, perfazendo a quantia

⁵⁵ *Diário Mercantil*, 09/05/1917, n° 1728, p. 2 - Grupo Escolar de São Matheus.

de 16:48/6\$000. Contava com apenas seis salas e tinha como um dos principais objetivos despertar nos alunos o patriotismo, segundo os jornais⁵⁶.

A instituição foi inaugurada a 15 de janeiro de 1918 e meses depois foi implantada a caixa escolar denominada de “Francisco Motta”⁵⁷, que era destinada principalmente à compra de uniformes e materiais escolares aos alunos mais pobres. Nesse mesmo ano, Pelino Cyrillo de Oliveira foi nomeado diretor da instituição, nomeação que teve apoio mais uma vez da população da região, que se manifestou nos periódicos da cidade, através de abaixo-assinados, solicitando a nomeação de Pelino como diretor do recém-criado grupo escolar.

Exmo. Sres. Drs. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, presidente do Estado e Americo Ferreira Lopes, secretário do Interior de Minas. Os abaixo assignados, satisfeitos com o acto patriótico recente de v.exs [...] solicitam a nomeação do professor Pelino Cyrillo de Oliveira para novo director do novo estabelecimento de ensino, que muito deve aos seus esforços e grande atividade...Trata-se de um funcionario esforçado e trabalhador, distinguido já, por diversas vezes, pelo governador do estado[...]O professor Pelino já é bastante conhecido no magistério estadual, onde se tem distinguido pela sua dedicação e outros requisitos necessarios ao bom desempenho de sua missão...⁵⁸

Braga (2009) expõe que o prédio se localizava em região contrária ao bairro de Mariano Procópio (onde se localizava o Grupo Escolar Antônio Carlos) e muito distante dos Grupos Centrais. Era uma distância significativa, já que crianças do bairro de São Matheus, para receberem instrução, percorriam um grande trajeto. Foi curiosamente o único edificado para a instalação de um grupo escolar na cidade, entretanto se aproximava muito de uma escola isolada, quando comparado a outras escolas graduadas, pois percebe-se que não possuía o espaço necessário para um grupo escolar. A figura a seguir trata-se de uma foto retirada do jornal *O Dia*, onde podemos constatar, assim como a autora supracitada, que o Grupo Escolar de São Matheus não possuía luxuosidade em sua estrutura física.

⁵⁶ O Dia, 30/06/1918, nº 469, p. 1 - A instrução.

⁵⁷ O Dia, 30/06/1918, nº 469, p. 2 - A instrução.

⁵⁸ Diário Mercantil, 26/05/1917, nº 1743, p.1 - A instrução.



Figura 4 – Primeiro prédio do Grupo Escolar de São Matheus

Fonte: Jornal “O Dia”, 30/01/1918.

3.4 OS PRIMEIROS ANOS DE INSTALAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

Alguns ofícios encontrados no APM revelam que, nos primeiros anos da consolidação da instituição, Pelino de Oliveira ocupava tanto o cargo de professor quanto de diretor do Grupo Escolar de São Matheus. Segundo o professor, tal experiência de acúmulo de funções não demonstrava bons resultados, e para um enriquecimento no ensino da instituição era fundamental a contratação de mais professores para o referido Grupo. Para o diretor, essa era uma medida de grande necessidade, já que ele poderia se dedicar melhor à direção, e era o que atendia aos reais interesses do ensino.

Sobre o papel desempenhado pelo diretor, Souza (1998) elucida que ele era visto como uma peça fundamental para o efetivo funcionamento do grupo escolar, já que ele era o principal responsável pelo andamento da instituição. Na visão do governo, eles eram os principais articulistas em revistas e periódicos, quando o assunto era relacionado ao ensino. O diretor tinha como função fiscalizar as classes durante as aulas, controlar funcionários como

as serventes e os porteiros, submeter os alunos a exames, organizar o quadro de professores, entre outras atividades.

Observamos, através de alguns documentos, que ainda em seus primeiros anos de funcionamento, o Grupo Escolar passou por algumas dificuldades. O diretor em questão demonstrava preocupação pela ampliação da escola graduada, já que o espaço era insuficiente para comportar satisfatoriamente todas as crianças matriculadas no grupo. As classes estavam sobrecarregadas de alunos e, como consequência, havia dificuldades de os professores ensinarem, o que posteriormente levou à diminuição da frequência dos alunos. Outra inquietação era a falta de material escolar e didático tanto para os professores quanto para os alunos, como vemos a seguir:

[...] Outra providencia que se toma imprescindível atualmente para o bem estar dos alumnos e boa disciplina do Grupo de São Matheus, é a construcção de duas cobertas no pateo de recreação, de duas varandas... além de dois salões , pois os que existem não bastam para comportar satisfatoriamente todas as creanças matriculadas no Grupo. Com o calor intenso desses dias não se pode admittir que fiquem os alunos privados de uma cobertura no recreio, e soffra o edifficio escolar aos rigores da canícula, trazendo como consequência o aquecimento excessivo das classes e o abatimento phisico das creanças. A construcção de outros salões é exigida pela grande matricula do Grupo, que tem as classes do primeiro anno sobrecarregadas de alumnos, facto este de suma importância para o ensino, não só porque determina a perda dos esforços dos professores, e por este motivo a diminuição da freqüência... Finalmente a falta de material didactico continuar a preocupar seriamente essa diretoria, que espera qualquer providencia a respeito da parte da administração pública...⁵⁹

Estudos de Souza (1998) revelam que em São Paulo, estado de onde emergiram os primeiros grupos escolares, as queixas dos diretores eram contínuas com relação aos espaços físicos. Os diretores pediam ao governo providências relacionadas aos reparos dos edificios, pois alguns não possuíam condições pedagógicas e higiênicas para o seu funcionamento, além de faltarem materiais básicos tanto para professores quanto para alunos.

⁵⁹ Correspondência enviada a Secretaria do Interior, por Pelino de Oliveira. SI- 3799, 20/02/1918.

3.5 OS ALUNOS DO GRUPO ESCOLAR DE SÃO MATHEUS

Quando nos questionarmos sobre quem eram os alunos do Grupo Escolar de São Matheus, é fundamental fazermos uma reflexão sobre um espaço maior como, por exemplo, a cidade. Esta, por sua vez, é um espaço de intensas relações. Assim como Miranda e Siman (2013, p. 15), acreditamos que é nesse espaço que guardamos “nossos sentidos de pertencimento e identidade. Mas também no espaço da cidade é que vão se dando os lapsos, as perdas, os esquecimentos e os silenciamentos”.

Dias (2014), ao estudar as escolas da baixada fluminense em Nova Iguaçu no período de 1916 a 1950, também se deparou com algumas interrogações sobre os sujeitos negros na escolarização do município. A autora destaca que, em uma pesquisa histórica, “ajustar as lentes para observar a experiência dos sujeitos é um meio de capturar como estrutura e processo se articulam” (p. 360). Dias tenta identificar o perfil da população e quais as suas principais atividades, para tentar entender quem são os alunos.

Assim como Dias (2014) buscamos identificar, neste tópico e no corrente, indícios sobre os alunos do Grupo Escolar de São Matheus a partir de alguns trabalhos produzidos sobre a população da cidade. Alguns dados já foram mencionados em outros momentos, mas vamos referenciá-los novamente para nos auxiliar a corroborar com nossas hipóteses investigativas.

Com base em Giroletti (1998) entendemos que em 1850, quando o povoado foi elevado a vila, sua população estimada era de 500 habitantes. Aos poucos ruas foram abertas e obras como matadouros, mercados, cemitérios e pontes foram consolidadas. Oliveira (2010) indica, a partir dos mapas populacionais, que entre 1833 e 1835 o antigo arraial de Santo Antônio de Juiz de Fora possuía 1.532 pessoas, das quais 583 eram livres e 949 cativas. Nas duas décadas a seguir o aumento foi consideravelmente alto; a população contava com 6.466 indivíduos, sendo 2.441 livres e 4.025 escravos.

Borges (2000) elucida que pessoas de outras regiões de Minas e do Brasil mudaram-se para Juiz de Fora, por conta também de atividades agroexportadoras. Como vimos, ainda por quase todo o século XIX a população negra foi maior na cidade. Esses trabalhadores foram responsáveis pela construção da rodovia União e Indústria e da Estrada de Ferro D. Pedro II, além de trabalharem nas fazendas e na cidade com funções diversas. A autora destaca que em meados do século XIX a cidade recebeu os primeiros imigrantes alemães, italianos e portugueses, e, no começo do século XX, os sírios e libaneses. “A cidade crescia e

dinamizava-se com a presença de pessoas de diversas origens e tradições, convivendo lado a lado com os brasileiros” (BORGES, 2000, p. 10).

Sobre a profissionalização, Oliveira (2010) apresenta dados sobre o ano de 1873 dos brasileiros e dos estrangeiros na cidade, sendo que 3.349 habitantes, entre homens e mulheres, informaram exercer funções manuais ou mecânicas. Entre 1860 e 1870 houve uma grande presença de trabalhadores imigrantes em oficinas, pequenas manufaturas, canteiros de obras e também no ramo de construção civil.

Os dados censitários mostram que no ano de 1873, quanto à participação de brasileiros não escravizados na freguesia de Santo Antônio de Juiz de Fora, 1.435 homens e 1.763 mulheres eram “sem profissão” definida. Oliveira (2010) acredita que esses eram, em sua maioria, donas de casa e trabalhadores com pouca qualificação, que realizavam atividades no campo ou na cidade. Sinaliza ainda que:

No terceiro quartel do século XIX, em particular existia nessa cidade mineira, assim como nos seus arredores, uma demanda contínua e multifacetada por trabalhadores de distintas condições e procedências. Escravizados, brasileiros livres e imigrantes mesclavam-se, coexistiam e concorriam no interior de um mercado de mão de obra em franco crescimento, que se diversificava no mesmo ritmo em que ocorria o recrudescimento das atividades mercantis e manufatureiras na área central do município. (OLIVEIRA, 2010, p. 107).

Segundo Giroletti (1988), no ano de 1877 havia 1.468 escravos, indicativo de que até o ano de 1888 eles eram a principal mão de obra nas fazendas de café. O autor também reafirma que a Companhia de União e Indústria contribuiu amplamente tanto para a mão de obra livre quanto para a mão de obra qualificada na cidade de Juiz de Fora, recorrendo também à contratação de imigrantes para o preenchimento das vagas de operários, serventes, carroceiros, oleiros, jardineiros, pintores, marceneiros e tecelões. Após a rescisão do contrato, esses trabalhadores tiveram diferentes destinos: alguns, com suas pequenas poupanças acumuladas, montaram pequenos negócios, como fábricas nos arrabaldes da cidade, outros montaram comércios, alguns continuaram com o cultivo em suas propriedades e outros fizeram parte da mão de obra especializada na cidade.

Giroletti (1988) faz uma reflexão sobre a empregabilidade das pessoas não imigrantes, ou seja, brasileiros que estavam morando na cidade, expondo que Juiz de Fora empregava a partir de dois grandes estágios de desenvolvimento industrial. O primeiro momento foi marcado pela implantação de pequenas indústrias, enquanto o segundo momento contava com o desenvolvimento de médias e grandes indústrias. A cafeicultura foi um fator econômico

forte e tornou-se a principal fonte de recursos, responsável também por atrair pessoas tanto da Zona da Mata quanto de diferentes estados e países.

Buscamos identificar, ainda que inicialmente, um pouco do perfil da população que residia em Juiz de Fora, visto que a cidade foi se constituindo e consolidando a partir dos brasileiros que estavam aqui e de diferentes nacionalidades.

A partir de alguns estudos (OLIVEIRA, 1953; OLIVEIRA, 2010) podemos constatar que aquela região do Grupo Escolar de São Matheus era bem diferente dos dias de hoje. Atualmente percebemos que é um dos bairros mais nobres de Juiz de Fora, mas algumas pesquisas revelam que aquela região e suas adjacências, principalmente os moradores, eram pobres, e muitos deles eram descendentes de escravos ou imigrantes naquele período, o que nos faz questionar sobre o descaso da construção do único prédio edificado para a instalação de um Grupo Escolar na cidade. Seria mesmo um problema de finanças do estado ou aquela Escola Graduada não teria a mesma importância, pois não se localizava em uma região tão central e atendia a famílias mais carentes daquela localidade?



Figura 5 – Primeiro prédio do Grupo Escolar de São Matheus com seus alunos

Fonte: Jornal “O DIA”, 30/06/1918.

A imagem acima foi retirada do jornal *O Dia*, onde também é destacado que os alunos eram em sua maioria desprovidos financeiramente. Nesse sentido, o “grupo pouparia as

creanças pobres das zonas suburbanas circunvizinhas de longas caminhadas”⁶⁰. Veremos mais sobre essa questão no estudo sobre os anos posteriores da consolidação dessa instituição.

3.6 ENTRE QUEIXAS E REIVINDICAÇÕES: UM NOVO PRÉDIO PARA O GRUPO ESCOLAR DE SÃO MATHEUS

As reivindicações por melhoramentos no Grupo Escolar ou para construções de novos espaços prosseguiram nos anos posteriores, principalmente na imprensa. Contudo, apenas em 1927 com a Reforma, quando Antônio Carlos ocupava a presidência do estado, é que os novos prédios foram construídos para os grupos de Mariano Procópio, Botanágua e São Matheus. Esses modernos projetos de Grupos Escolares eram diferentes dos primeiros, ou seja, dos grupos Centrais, e até mesmo do antigo grupo de São Matheus. O novo prédio do Grupo Escolar de São Matheus não se localizava no mesmo lugar que o primeiro, visto que esse segundo era bem mais amplo.

Esses novos prédios apresentavam cerca de 1.500 m² de área coberta, com o valor estimado em trezentos e cinquenta contos. Contavam com um número de dez classes em apenas um turno. Essas edificações eram muito bem iluminadas, havendo também outros espaços, como saguão de entrada, portaria, sala de espera, secretaria, gabinetes para diretora, médicos, assistência dentária e professores, sala de trabalhos manuais, museu, biblioteca, 24 gabinetes sanitários, pátios, galpões para ginástica, terraços de recreio e descanso. Segundo o *Diário Mercantil*, os novos edifícios apresentavam melhores condições, tendo já passado por inspeção de higiene e verificado que o espaço era seguro, de acordo com as regras da engenharia sanitária: ”apresenta-se sem ostentação architônica, mas com aspecto de atraente simplicidade linhas de elegante singeleza”⁶¹. E ainda: “os bellos predios são de uma singeleza distincta, de aspecto alegre e atraente, que muito dizem gosto de quem os idealizo, sob a inspiração do presidente magnânimo, que em nome do Estado oferece a cidade”⁶².

⁶⁰ O Dia, 30/06/1918, nº 469, p. 1 - A intrução.

⁶¹ Diário Mercantil, 21/07/1927, nº 4867, p.1 - Grupos Escolares.

⁶² Diário Mercantil, 25/06/1929, nº 5453, p. 2 - A inauguração amanhã, de novos edifícios escolares.

O novo prédio do Grupo Escolar de São Matheus foi inaugurado dia 26 de junho de 1929 e denominado de Fernando Lobo por Antônio Carlos de Andrada. A homenagem é vista nos jornais como uma das mais justas, já que o mesmo “desempenhou nessa cidade suas actividades na vida publica com desvelado interesse à Republica e aos seus princípios, pautando sempre seus actos dentro das mais rigorosa disciplina de character.”⁶³.

Veremos adiante duas fotos (Figuras 6 e 7) encontradas no pequeno arquivo da escola daquele período, onde percebemos ainda a presença do professor Pelino Cyrillo de Oliveira no então Grupo Escolar Fernando Lobo. É fundamental destacar que ele não ficou na direção desde a criação do primeiro Grupo, a professora Isabel Bastos assumiu a direção em 1921, 1923-1928 e ele retornou somente em 1930.

A análise das fotografias é fundamental para a pesquisa aqui trabalhada. Diante disso estudaremos alguns autores que nos auxiliam em seu entendimento. A fotografia pode ter múltiplos sentidos e, posteriormente, várias interpretações. Muitas vezes ela se associa a verdades absolutas, contudo, é necessário destacar que as fotografias que serão destacadas nos fazem pensar sobre os vestígios do passado.

Mauad (1996) elucida que a fotografia, ao longo de sua história, foi alvo de intensos debates, ligados principalmente a seus usos e funções, pois “entre o sujeito que olha e a imagem que elabora há muito mais que os olhos podem ver” (p. 76). Há três componentes principais na fotografia: o autor, o texto e o leitor. Segundo Mauad (2015, p. 83), “a experiência visual ao longo da história possibilita conhecer as sociedades, pelas suas imagens”. (p. 83). Para a autora, as imagens são pistas fundamentais, já que revelam aspectos culturais materiais e imateriais. Nesse sentido, destaca:

É indiscutível a importância da fotografia como marca cultural de uma época não só pelo passado ao qual ela nos remete, mas também, e principalmente, pelo passado que ela traz à tona. Um passado que revela, através do olhar fotográfico, um tempo e um espaço que fazem sentido. Um sentido individual que envolve a escolha efetivamente realizada e um coletivo que remete o sujeito a sua época. A fotografia, assim compreendida, deixa de ser uma imagem retida no tempo para se tornar uma mensagem que se processa através do tempo. (MAUAD, 1990, p. 19).

As fotografias na escola primária nos revelam um pouco desses vestígios que almejamos encontrar. Para nos auxiliar nessa reflexão, Souza (2001) expõe que a partir do século XX as fotografias de classe possuem distintos significados, atendendo a muitas

⁶³ Diário Mercantil, 25/06/1929, nº 5453, p. 2 - A inauguração amanhã, de novos edifícios escolares.

finalidades. São ligadas a todo o valor social que essas instituições tinham, participando na maioria das vezes dos álbuns de família. Podemos dizer que:

são a expressão da forma escolar – uma maneira de ser e comportar na escola –, representações de uma cultura institucional veiculadora de conhecimentos, valores, normas e símbolos considerados legítimos. Elas representam singularidades e identidades compartilhadas. (SOUZA, 2001, p. 81).

Para nos auxiliar no cruzamento de dados com mais êxito, seria importante a utilização dos mapas de frequência para uma análise mais aprofundada. Entretanto, tais registros não foram encontrados nem no APM, nem no arquivo da própria instituição. Dessa forma, quando analisamos as fotos das Figuras 6 e 7, destacamos alguns aspectos que nos chamaram muito a atenção: são duas classes, de 10 classes que a instituição possuía. Como mencionado, a mesma funcionava em apenas um turno. A primeira turma possuía cerca de 36 alunos, já a segunda, 31. Em ambas as turmas os meninos representavam a maioria. O diretor Pelino Cyrilo se destaca nas duas fotos. Em cada foto temos em destaque também duas mulheres, que não conseguimos identificá-las, mas acreditamos serem as professoras.

Nas fotografias, conseguimos observar, a partir dos rostos e posturas dos alunos certa disciplina e obediência. O número de meninas na foto é também considerável. Sobre isso, Souza (1998) destaca que o grupo escolar facilitou o acesso da mulher à escola primária. Outro fato que merece ser destacado é a diversidade de alunos: conseguimos ver a presença de alunos negros e brancos nas fotos, muitos deles descalços, o que comprova a existência de moradores pobres e muitos deles descendentes de escravos ou imigrantes naquele período. Sobre essa questão, Souza (1998) enfatiza que a escola republicana almejava reunir crianças que viviam em situações econômicas diferentes em um mesmo espaço e com a mesma instrução, formando-os para distintas ocupações no meio social.

Sobre os possíveis descendentes de escravos ou imigrantes que vemos nas referidas fotos, foi algo comum em várias partes do Brasil, como demonstra Souza (2009). Segundo a autora, no período de 1850 os fazendeiros e o governo os trouxeram amparados em um programa de subsídio, sendo a partir daí comum, nas classes escolares, crianças de vários setores da sociedade. Dessa forma, “ao atender um conjunto tão considerável de filhos de estrangeiros o grupo escolar pode ser apontado como uma instituição importante no processo de aculturação e nacionalização da população estrangeira” (SOUZA, 1998, p. 112), processo comum, visto nas terras mineiras como vemos nas fotografias.

Veiga (2008) buscou em seu trabalho discutir a inclusão escolar das crianças pobres, negras e mestiças no século XIX. Segundo a autora, nesse período não havia impedimentos legais de crianças negras e mestiças frequentarem escolas, mas a escola proporcionava, internamente, formas diferentes de exclusão. Acrescenta-se a isso o fato de que muitos dos alunos viviam em total precariedade e a escola convivia com a ausência de materiais básicos.

Quando pensamos sobre os alunos negros na república, Souza (1998, p. 112) traz um importante questionamento: “onde estavam os negros e qual acesso da população negra nas escolas modelares?”. Acreditamos ser esta uma questão que merece destaque e um estudo mais amplo, já que não encontramos tantos trabalhos que refletem sobre essa questão.

Apesar de vermos alguns alunos negros nas imagens, é fundamental destacar, como já mencionado anteriormente, que o estado de Minas Gerais era umas das principais províncias escravistas do Brasil. Como exemplo, podemos citar o trabalho de Oliveira (2010): segundo o autor, a partir dos mapas da população, pode-se contatar que o antigo arraial de Santo Antônio do Juiz de Fora, entre 1833- 1835, possuía cerca de 1532 pessoas. Dessas, 583 eram livres e 949 eram cativas. Vinte anos depois a população aumentou consideravelmente, o total de pessoas passou para 6.466, dos quais 2.441 eram livres e 4.025 eram escravos.

A presença das crianças negras nas fotos, apesar de serem poucas e possivelmente com grandes dificuldades de acesso, nos permite fazer apontamentos importantes. O bairro onde se localizava o Grupo Escolar de São Matheus e principalmente as suas adjacências era composto de muitos descendentes de escravos e, posteriormente, de crianças negras. Dessa forma, de acordo com Souza (2009), o pequeno número de crianças negras revela que poucas delas tinham acesso à educação básica, demonstrando que além de serem excluídos na vida social e no trabalho, eles eram excluídos também da educação.



Figura 6 – Alunos e professores, no Grupo Escolar Fernando Lobo

Fonte: Arquivo da Escola Estadual Fernando Lobo-1930



Figura 7 – Alunos e professores, no Grupo Escolar Fernando Lobo

Fonte: Arquivo da Escola Estadual Fernando Lobo-1930

As fotos das turmas e os indícios sobre a composição da população da região podem nos ajudar a problematizar algumas leituras sacralizadas no que tange à educação e à escolarização da população negra, que acabaram se tornando mitos historiográficos como a

inserção tardia da população negra, refutado entre outros estudos por Marcus Vinícius Fonseca (2007, 2009) e Veiga (2008). À luz dessas reflexões, confirmando as pesquisas com as fontes, é possível perceber a presença de alunos negros no Grupo Escolar de São Matheus, no que pese a invisibilidade construída pela história da educação e local a respeito, pois no período estudado nesta dissertação os negros continuavam marginalizados e discriminados.

Para refletirmos sobre a escolarização dos alunos negros em Juiz de Fora é fundamental destacarmos os trabalhos de Fonseca (2007a, 2007b, 2009). Ainda que seja um período anterior ao nosso, pode nos ajudar a refletir sobre a escolarização dos negros na cidade de Juiz de Fora. Em acordo com Fonseca (2007a, p. 14), entendemos que tratar a invisibilidade dos negros na historiografia brasileira é fundamental, pois durante muito tempo o negro era “um ser [...] em qual tudo era negado e que não possuía nenhuma capacidade de ação e reação dentro de uma sociedade escravista e patriarcal”. No entanto, essas abordagens vêm sendo transformadas e provocando modificações na historiografia.

O autor faz apontamentos pertinentes a partir da sua análise da documentação censitária, listas de professores e relatos de viajantes, elucidando que a ausência de negros no processo de escolarização não se confirma em relação a Minas Gerais do século XIX, já que grupos representados pelos negros se destacam em escolas de instrução elementar.

Marcus Vinícius Fonseca (2009) salienta que a história da educação tem trabalhado o perfil racial das escolas de formas diversas e muitas vezes é refutada a ligação dos negros com os espaços escolares, desconsiderando-os como sujeitos. O autor aponta que a presença de negros era maior no nível elementar; já no secundário tinha um número maior de alunos brancos. Tal informação pode ser indicativo distinto da presença dos dois grupos no processo de escolarização. Dessa forma:

Os brancos utilizavam a escolarização como elemento de consolidação da sua condição de elite e, para isso, procuravam percorrer todos os níveis dos processos de educação formal. Por outro lado, os negros utilizavam a escolarização como forma de agregar um status social que os distanciasse do mundo da escravidão e, para isso, bastava a inserção na escola elementar como um meio de acesso à cultura letrada. (FONSECA, 2009, p. 597).

Segundo Fonseca (2007b), em Minas Gerais, a escravidão não interferia e não impedia que os negros tivessem acesso à escolarização: “de certa forma a escravidão criava até mesmo impulsos contrários, fazendo com que os negros livres buscassem a escola como uma forma de afirmação da sua condição e como demonstração de um domínio dos códigos de liberdade”

(p. 240). No entanto, faz-se necessária uma investigação em outros estados sobre a dificuldade de escolarização dos mesmos.

Fonseca (2007b) pressupõe que a presença do Estado nas escolas isoladas era menor. Dessa forma, percebemos uma aproximação maior entre comunidade e escola, e, conseqüentemente, o perfil dos alunos era próximo da população em que a escola estava inserida. A partir do século XIX percebia-se a presença estatal com mais frequência no processo de escolarização. Nesse sentido Fonseca (2007b) afirma que com o advento da República e do grupo escolar reproduziu-se “um nível de organização em relação ao processo de escolarização que pode ter se tornado mais difícil ou mesmo inviabilizado a presença maciça de negros nos espaços escolares” (p. 245).

É fundamental destacar que essa é uma questão que merece ser estudada com mais afinco. Podemos ver a presença de alunos negros no Grupo Escolar de São Matheus, mas onde estariam os outros alunos em idade escolar? Será que estariam presentes nas escolas isoladas? Ou será que realmente não existiam? Parece-nos duvidoso, já que, como mencionamos e de acordo com Oliveira (2010, p. 65), naquela região havia a “formação de bairros inteiramente negros, como verdadeiras ilhas em torno da área central”.

Reconhecer a invisibilidade sobre a escolarização dos negros é um passo fundamental para as pesquisas em história da educação em relação ao pertencimento étnico-racial dos sujeitos. Por isso,

É necessário dizer que, se chegamos a um consenso de que a problematização *negros x educação* é fundamental no campo da pesquisa educacional, em geral, e histórica, em especial, urge, mais do que ampliar o conceito de fontes, reinventar formas e estratégias de tratamento dessas fontes; ousar e criar; operar com uma boa dose de sensibilidade e intuição, de persistência e paciência. Uma história da presença-ausência das comunidades negras em processos de educação-escolarização remete-nos e possibilita-nos fazer e pensar uma *outra* história da educação no contexto brasileiro. (PERES, 2002, p.101).

Durantes os anos posteriores o Grupo Escolar de São Matheus foi se firmando e tendo um papel importante na cidade. Os periódicos, ao longo dos anos destacam que a instituição representava para a cidade um grande progresso. Contudo, é de suma importância destacar, assim como todas as outras instituições, que muitos problemas surgiram ao longo dos anos, como a indisciplina de alunos, discussões entre professores, transferência de alunos etc., problemas que eram também comuns às escolas isoladas, tidas como ineficazes pelos moradores de suas regiões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É comum, nos trabalhos relacionados a Juiz de Fora, a valorização de uma elite local, uma tradição inventada em que se busca, de certa forma, apagar uma parcela de sujeitos e valorizar outros. Em nosso trabalho buscamos discutir, ainda que inicialmente, o importante papel da população para a consolidação de vários setores da cidade.

É inegável a importância dos Grupos Escolares no país. Retratar a história dessas primeiras instituições é um trabalho difícil, que exige do historiador um longo tempo de pesquisa e leituras sobre o foco do estudo, além de sensibilidade para distinguir as mais variadas informações e discorrer sobre o tema.

Nas pesquisas realizadas ao longo da dissertação pudemos verificar que, nos trabalhos sobre grupos escolares relacionados a Minas Gerais, os grupos são muito comparados com as escolas isoladas, já que seus espaços foram na maioria das vezes adaptados, já que o Estado não dispunha de verba suficiente para a consolidação dessas instituições.

Os primeiros grupos escolares de Juiz de Fora, como alguns outros instalados no estado e no país, não apresentavam a mesma valorização da arquitetura, já que apenas o de São Matheus foi pensado como tal, ainda que com vários problemas em sua estrutura. No entanto, representaram para a cidade um grande prestígio, como apontam os ofícios e periódicos. Retratar a historiografia deste grupo permitiu conhecer um pouco mais da sociedade republicana, que lutava por instrução pública. Os debates levantados permitiram perceber os interesses e as preocupações com a nova modalidade de ensino e a nova característica da escola. Ela foi sendo construída em meio a disputas e muito trabalho, mas foi se expandindo e se firmando como instituição pública e gratuita.

Ainda há muito que escrever sobre este e outros grupos escolares que merecem destaque. No entanto, é necessário mais tempo para discernir as informações para que a historiografia das escolas brasileiras seja retratada e permita mais descobertas, reflexões e inferências sobre a sua história.

Considerando as diferentes condições e relações com o poder, a construção do Grupo Escolar foi fruto de uma intensa mobilização, precedida de diversos debates, ficando marcada nesse caminho a participação de moradores da região, de forma coletiva, buscando e exigindo a criação do grupo. Em uma história, que privilegia as iniciativas das “figuras ilustres”, as

iniciativas dos moradores podem ser entendidas como exemplares no sentido da participação nos debates sobre a educação. Eles queriam escolas e foram à imprensa, organizaram abaixo-assinados. Não era uma luta por qualquer escola, pois eles buscavam a criação de um Grupo Escolar, entendido por eles como uma escola adequada às demandas do seu tempo.

Em vista dos argumentos apresentados, o estudo em questão permitiu reconstruir, ainda que em fase inicial, parte da história da criação Grupo Escolar de São Matheus. Apesar de envolvimento em interesses pessoais de políticos e professores, como supracitado, foi de suma importância para a cidade, que de certa forma viu na solidificação da instituição o desejo por melhores condições educacionais em seu processo de escolarização.

Concluimos aqui esta dissertação, mas não temos a pretensão de finalizar este estudo. Sabemos das lacunas que ainda permeiam a mesma, devido à complexidade encontrada ao longo da sua pesquisa histórica.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Fátima Rita Santaba; DURÃES Sarah Jane Alves. O Grupo Escolar Gonçalves Chaves: Um novo projeto escolar na cidade de Montes Claros/ MG (1906). CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 2., 2003, Uberlândia, MG. **Anais...** Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado.** Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ARAÚJO, José Carlos Souza. Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil.** São Paulo: Mercado de letras, 2006. p. 233-258.

_____. A imprensa, co-partícipe da educação do homem. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 1, p. 59-62, 2002.

ASSIS, Thais Reis de. Entre memórias e arquivos: a história do Grupo Escolar Antônio Martins (1907- 1930). In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 5., 2011, Viçosa, MG. **Anais...** Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2011.

BARBOSA, Luciano Senna Peres. **Viva o povo de juiz de fora: Eleições e estratégias discursivas na primeira república brasileira.** Juiz de Fora: UFJF/ FUNALFA, 2013.

BARBOSA, Marialva. Senhores da Memória. **Revista Brasileira de Comunicação**, São Paulo, v. XVIII, Jul./Dez. 1995.

BARBOSA, Yuri Amaral. **O processo urbano de Juiz de Fora – MG: Aspectos econômicos e espaciais do Caminho Novo ao ocaso industrial.** Monografia - Faculdade de Geografia, UFJF, Juiz de Fora, 2013.

BARROS, Cleyton Souza. **Eletricidade em Juiz de Fora: Modernização por fios e trilhos(1889-1915).** Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós- Graduação do Curso de História, UFJF, Juiz de Fora, 2008.

BERALDO, Ana Maria; YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes. Primeiros Grupos Escolares de Juiz de Fora. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 2., 2003, Uberlândia, MG. **Anais...** Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Célia Maia. **Solidariedades e Conflitos**: história de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2000. v. 1.

BOSCHI, Caio César. Os históricos compromissos mineiros: riqueza e potencialidade de uma espécie documental. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 61-82, 1986.

BRAGA, Marina F. **Arquitetura e espaço escolar na “Atenas Mineira”**: Os grupos escolares de Juiz de Fora (1907-1927). Dissertação (Mestrado em Educação) -Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

BRASIL. Decreto nº 1960 de 16 de dezembro de 1906. Regulamento da Instrução Primária e Normal no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. **Imprensa oficial do estado de Minas Gerais**, 1906. Acervo Arquivo Público Mineiro/BH.

_____. Decreto nº 1969 de 03 de janeiro de 1907. Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. **Imprensa oficial do estado de Minas Gerais**, 1906. Acervo Arquivo Público Mineiro/BH.

_____. Decreto nº 7970 de 15 de outubro de 1927. Regulamento da Instrução Primária e Normal no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. **Imprensa oficial do estado de Minas Gerais**, 1927. Acervo Arquivo Público Mineiro/BH.

_____. Biblioteca Nacional Digital. **Hemeroteca Digital**. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 25 abr. 2016.

CANDIÁ, Milena Aparecida Almeida. **O Artífice do Consenso**: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada no cenário educacional de Juiz de Fora (1907/1930). Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, UNIRIO, Rio de Janeiro, 2007.

CANDIÁ, Milena Aparecida Almeida; FERREIRA, Rosângela Veiga Júlio. O processo de criação do grupo Mariano Procópio na imprensa de Juiz de Fora: projetos em Disputa (1908-1910). In: IV CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 2007, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: UFJF/FACED, 2007.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAMON, Carla Simone. A construção de um intelectual: Estevam de Oliveira e suas biografias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO E SEUS SUJEITOS NA HISTÓRIA, 4., 2006, Goiânia, GO. **Anais...** Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás, 2006.

CHAMON, Carla Simone; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O olhar comparativo: Estevam de Oliveira e os grupos escolares em Minas, no Rio e em São Paulo. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 22, p. 17-41, jan./abr. 2010.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **“A Europa dos pobres”**: a Belle Èpoque mineira. Juiz de Fora: EDUFJF. 1994.

COHN, Maria Aparecida Figueiredo. O surgimento de uma escola noturna pública em Juiz de Fora – MG: O Grupo Escolar Estevam de Oliveira. CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 4., 2007, Juiz de Fora, MG. **Anais...** Juiz de Fora, MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

_____. **Do apito das fábricas ao toque dos sinos no grupo escolar Estevam de Oliveira (1914-1946)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DIAS, Amália. **Entre laranjas e letras: os processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)**. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2014.

ESTEVES, Albino (org.). **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 1915.

FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.) **Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. v. 1.

_____. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

_____. Cultura Escolar e Cultura Urbana. **Revista Presença Pedagógica**, v. 11, n. 66, p. 41-43, nov./dez. 2005.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio; PAULILO André Luiz e VIDAL Diana Gonçalves. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Revista Educação e Perspectiva**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença Ltda, 1985.

FERREIRA, Priscila Alves. **A Escola Normal de Juiz de Fora: crises e permanências (1881-1911)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FONSECA, Marcus V. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 13, p. 09-33, 2007a.

_____. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2007b.

_____. O predomínio dos negros nas escolas de Minas Gerais do século XIX. **Educação e Pesquisa** (USP. Impresso), v. 35, p. 585-599, 2009.

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora 1850-1930**. Juiz de Fora: Edufjf, 1988.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

GOMES, Ângela Maria de Castro. República e história do Brasil: Viriato Corrêa e uma história ensinável. In: YAZBECK, Dalva Carolina; ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. (Orgs.). **Cultura e história da educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa**. Juiz de Fora: UFJF, 2009. p. 9-20.

GONÇALVES, Irlen Antônio. **Cultura Escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891 -1918)**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

GONDRA, José Gonçalves; LEMOS, Daniel C. A. A necessidade polimorfa da escola e o processo de fabricação da ordem escolar. **Revista Rio de Janeiro**, n. 13-14, maio/dez 2004.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELLER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes da escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora - MG, 1828-1928)**. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa, 2006.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

JUNQUEIRA, Lígia de Souza. **A educação como propagadora e mantenedora da fé: representações das práticas educativas religiosas nos grupos escolares José Rangel e Delfim**

Moreira do município de Juiz de Fora (1945-1960). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFSJ, São João Del Rei, 2010.

_____. A consolidação de um novo modelo de escolarização: algumas reflexões sobre os grupos escolares José Rangel e Delfim Moreira do município de Juiz de Fora. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 5., 2011, Viçosa, MG. **Anais...** Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2011.

JUNQUEIRA, Lígia de Souza, CANDIÁ, Milena Aparecida Almeida. A educação como propagadora da fé: um estudo sobre o ensino religioso através das excursões do grupo escolar José Rangel - JF (1949-1960). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: O ENSINO E A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju, SE. **Anais...** Aracaju, SE: Universidade Federal do Sergipe, 2008.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990. p. 535-550.

MARTINS, Marco Aurélio Corrêa. As escolas da Colônia de D. Pedro II em Juiz de Fora e acesso à educação primária na transição do Império à República. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2013, Cuiabá. Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil, 2013. **Anais...** Cuiabá, 2013.

MAUAD, Ana Maria. **Sob o signo da imagem**: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. Tese (Doutorado e História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social ICHF, CEG, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

_____. Através da imagem: fotografia e história, interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

_____. Usos e funções da fotografia pública no conhecimento histórico escolar. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, p. 81-108, 2015.

MÁXIMO, Círian Gouveia; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Ordem e progresso: um anseio pedagógico (Uberlândia-MG, 1920-1945). In: V SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS - HISTEDBR, 2001, Campinas. **Anais V Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas - HISTEDBR**. Campinas: Gráfica FE/HISTEDBR, 2001.

MINAS GERAES. Collecção das Leis e decretos do Estado de Minas Geraes. Belo Horizonte, **Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes**, 1906a.

_____. Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Geraes. Belo Horizonte, **Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes**, 1906b.

MIRANDA, Sonia Regina. **Cidade, Capital e Poder**: Políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira. Dissertação. Universidade Federal Fluminense, 1990.

MIRANDA, Sônia Regina; SIMAN, Castro Mara Lana. A cidade como espaço limiar: sobre a experiência urbana e sua condição educativa, em caminhos de investigação. In: _____. **Cidade, Memória e Educação**. Juiz de Fora: UFJF, 2013, p.13- 37.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-44, v. 1.

MUSSE, Christina Ferraz. A imprensa e a memória de lugar: Juiz de Fora (1870/1940). In: XII CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE/ENCONTRO REGIONAL DE COMUNICAÇÃO FACOM/UFJF, 2007, Juiz de Fora. **Anais do XII congresso de Ciências da Comunicação da Região Sudeste**, Juiz de Fora, 2007.

_____. **A trajetória do Diário Mercantil**: alter ego da cidade de Juiz de Fora. Disponível em:< <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0491-1.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

NEDER, Carolina Barbosa. Obscuros Caminhos Percorridos entre a escola e a fábrica. In: IV CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 2007, Juiz de Fora. **Anais Eletrônicos do IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais**, Juiz de Fora, 2007.

NÓVOA, Antônio. A Imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, D. B; BASTOS, M. H. C. (Org.) **Educação em revista – A imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escritura Editora, 2002.

OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os trabalhadores e a cidade**: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direito (1877-1920). Rio de Janeiro: Funalfa/Editora FGV, 2010.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Famílias solidárias e desafios urbanos: os negros em Juiz de Fora. In: BORGES, Célia Maia (org.). **Solidariedades e conflitos**: história de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2000.

OLIVEIRA, Paulino. **A História de Juiz de Fora**. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

PERES, Teresinha Eliane. Sob(bre) o silêncio das fontes. A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 2, n. 4, p. 75-102, 2002.

RIZZINI, Irma; SCHUELLER, Alessandra Frota Martinez. Escola primária no estado do Rio de Janeiro: expansão e transformações (1930 a 1954). **Revista de Educação Pública (UFMT)**, v. 23, p. 877-896, 2014.

SANTOS, Dulce Pereira dos. Espaço urbano e educação: A trajetória da construção do primeiro Grupo Escolar na cidade de Januária (MG). CONGRESSO DE PESQUISA E

ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 4., 2007, Montes Claros, MG. **Anais...** Montes Claros, MG: Universidade Estadual de Montes Claros, 2007.

SCHUELLER, Alessandra Frota Martinez. "Escolas de verdade" para a República do Brasil: os grupos escolares na capital federal. In: XIII ENCONTRO DE HISTÓRIA, 2008, Seropédica. XIII Encontro de História. Identidades. **Caderno de Resumos e programação**. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2008. v. 1. p. 280-280.

SCHUELLER, Alessandra Frota Martinez; MAGALDI, Ana Maria. **Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>. Acesso em: 17 de agosto de 2015.

SHARPE, Jim. "A História Vista de Baixo". In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOIHET, Raquel. **A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SOUZA, Cristiane Oliveira de. A criação dos Grupos Escolares em Minas Gerais: experiências antecessoras à lei João Pinheiro de 1906. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: INVENÇÕES, TRADIÇÕES E ESCRITAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, 6., 2011. Vitória, E.S. **Anais...** Vitória, E.S: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

_____. **O projeto idealizado por Estevam de Oliveira em defesa das escolas graduadas (1900-1908)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFJF, Juiz de Fora, 2013.

SOUZA, Dileno Dustan Lucas . Estado movimentos sociais e escola pública do campo. In: VIII SEMINÁRIO DO TRABALHO, 2012, Marília. **Anais do VIII seminário do trabalho**, Marília, UNESP, 2012. v. 1.

SOUZA, Rosa Fátima de. Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

_____. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Demerval; ALMEIDA, Jane Soares de, SOUZA, Rosa Fátima De. **O Legado Educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados LTDA., 2004. p.109-161.

_____. **Alicerces da pátria: História da escola primária no estado de São Paulo (1890-1976)**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história: Micro-História**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. **Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX**. Campinas, 1994. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Campinas.

_____. Escola Pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, p. 502-517, 2008.

VIDAL, Diana Gonçalves. Fim do mundo do fim: avaliação, preservação e descarte documental. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação**. Campinas: USF, 2000.

VIEIRA, Livia. Os resultados da pesquisa sobre o Grupo Escolar de Mariana-MG (1889-1915). CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 7., 2013, Ouro Preto, MG. **Anais...** Ouro Preto, MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 2013.

VIÑAO-FRAGO, Antonio. Culturas escolares y reformas (sobre la naturaleza histórica de los sistemas e instituciones educativas). **Teias**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 116-134, jul./dez. 2000.

VISCARDI, Cláudia. M. R.; BORGES, Célia Maia ; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de ; CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira ; ALMEIDA, L. S. ; ARANTES, L. A. V. O Cotidiano dos portugueses de Juiz de Fora (1840-1940). In: CÉLIA MAIA BORGES. (Org.). **Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: UFJF, 2000, v. 1, p.19-52.

YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes. Formando bons trabalhadores: os primeiros grupos escolares em Juiz de Fora, Minas Gerais. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 02, p.99-106, jan/dez. 2003.

_____. Um projeto modernizador: o grupo escolar numa cidade de vocação industrial. In: VIDAL, Diana Gonçalves. (org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1917)**. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

_____. **Sementes da Inclusão: Grupos Escolares de Juiz de Fora 1907-2007**. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

YAZBECK, de Dalva Carolina de Menezes; CAPPELLE, Rosana Vidigal Santiago. A reforma de 1927 e as práticas do cotidiano dos Grupos Escolares em Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: O ENSINO E A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008. Aracaju, SE. **Anais...** Aracaju, SE: Universidade Federal do Sergipe, 2008.

YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes; SILVA, Marília Neto Kappel da. Imprensa & Educação: concepção e trajetória do primeiro ano de funcionamento dos Grupos Escolares de Juiz de Fora do município de Juiz de Fora. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 4., 2007, Juiz de Fora, MG. **Anais...** Juiz de Fora, MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

YAZBECK, D. C. M.; CRESPO, Ana Maria Beraldo. Os primeiros grupos escolares em Juiz de Fora. In: II CONGRESSO DE ENSINO E PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 2003, Uberlândia - MG. **Livro de Resumos do II Congresso de Ensino e Pesquisa em História da Educação em Minas Gerais**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

CORRESPONDÊNCIAS E PERIÓDICOS ANTIGOS

As Entrevistas do O DIA, sobre o Grupo Escolar de S. Matheus. Juiz de Fora: Typ. Americana, 1918, p.11. Acervo da Biblioteca Municipal de Juiz de Fora. (Livreto).

Carta à Secretaria do Interior. Orçamentos de Reformas em grupos escolares. JF. SI. 3943. Arquivo Público Mineiro. Data: 09 de outubro de 1916.

Correspondência enviada a Secretariado Estado de Minas, SD, pelo Sr. *Pelino Cyrillo de Oliveira e Isabel Bastos*. - SI 3943 - Papeis Findos, Arquivo Público Mineiro (APM).

Correspondência enviada a Secretaria do Estado de Minas, em 11/06/1916, pelos moradores do bairro de São Matheus - SI 3943 - Papeis Findos, Arquivo Público Mineiro (APM).

Correspondência enviada a Secretaria do Estado de Minas, em 15/08/1916, pelos moradores do bairro de São Matheus - SI 3943 - Papeis Findos, Arquivo Público Mineiro (APM).

Correspondência enviada ao Sr. Américo Lopes, em 28/09/1916, pelo Sr. Pelino Cyrillo de Oliveira - SI 3943 - Papeis Findos, Arquivo Público Mineiro (APM).

Correspondência enviada ao Sr. Américo Lopes, em 20/11/1916, pelo Sr. Lindolfo Gomes - SI 3943 - Papeis Findos, Arquivo Público Mineiro (APM).

Correspondência enviada a Secretaria do Interior, em 20/02/1918, por Pelino de Oliveira. SI-3799 - Papeis Findos, Arquivo Público Mineiro (APM).

Diário Mercantil, 01/08/1916, p. 1, Col. 6.

Diário Mercantil, 04/01/1917, nº 1624, p. 1. Col. 4, 5 e 6 - As nossas entrevistas.

Diário Mercantil, 19/01/1917, nº 1624, p. 1. Col. 5 e 6 - As nossas entrevistas.

Diário Mercantil, 02/03/1917, p. 1, Col. 2 - Grupo Escolar de São Matheus.

Diário Mercantil, 09/05/1917, nº 1728, p. 2 - Grupo Escolar de São Matheus.

Diário Mercantil, 26/05/1917, nº 1743, p.1 - A instrução.

Diário Mercantil, 21/07/1927, nº 4867, p.1 - Grupos Escolares.

Diário Mercantil, 25/06/1929, nº 5453, p. 2 - A inauguração amanhã, de novos edifícios escolares.

Diário Mercantil, 26/06/1929, nº 5454, p. 1.

Jornal do Commercio, 04/02/1907, p. 1 - A instrução.

Jornal do Commercio, 27/02/1907, p.1 - A instrução.

Jornal do Commercio, 15/08/1916, nº 8049, p. 1 - Grupo Escolar de São Matheus.

Jornal Panorama Sul, Julho de 2005, p. 2. Biblioteca Murilo Mendes.

O Dia, 30/06/1918, nº 469, p. 1 - A instrução.

O Pharol, 03/07/1914, nº 155, p. 1, Col. 5 - Pouca Prosa.

O Pharol, 29/08/1919, nº 202, p. 1, Col. 2 - Pouca Prosa.

VIDA ESCOLAR. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917. Arquivo Público Mineiro (APM).